



UnB
Universidade
de Brasília



UFPB
Universidade Federal
da Paraíba



UFRN
Universidade Federal
Do Rio Grande do Norte

Programa Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis

**INFORMAÇÕES A VALOR JUSTO: O ATENDIMENTO ÀS CARACTERÍSTICAS
QUALITATIVAS DAS ESTRUTURAS CONCEITUAIS DA CONTABILIDADE NA
PERSPECTIVA DOS RESULTADOS DE ESTUDOS EMPÍRICOS**

TATIANE DE OLIVEIRA MARQUES

BRASÍLIA - DF
2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)
Programa Multi-institucional e Inter-regional de Pós-Graduação em
Ciências Contábeis

TATIANE DE OLIVEIRA MARQUES

**INFORMAÇÕES A VALOR JUSTO: O ATENDIMENTO ÀS CARACTERÍSTICAS
QUALITATIVAS DAS ESTRUTURAS CONCEITUAIS DA CONTABILIDADE NA
PERSPECTIVA DOS RESULTADOS DE ESTUDOS EMPÍRICOS**

Tese submetida ao Programa Multi-institucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (UNB/UFPB/UFRN), como requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Katsumi Niyama

Área de concentração: Mensuração contábil
Linha de pesquisa: Contabilidade e mercado financeiro

BRASÍLIA - DF
2017

MM357i Marques, Tatiane de Oliveira
Informações a valor justo: o atendimento às
características qualitativas das estruturas
conceituais da contabilidade na perspectiva dos
resultados de estudos empíricos / Tatiane de Oliveira
Marques; orientador Jorge Katsumi Niyama. -Brasília,
2017.

125 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Ciências Contábeis)
-- Universidade de Brasília, 2017.

1. Estrutura conceitual. 2. Características
qualitativas. 3. valor justo. 4. relevância. 5.
confiabilidade. I. Niyama, Jorge Katsumi, orient. II.
Título.

TATIANE DE OLIVEIRA MARQUES

**INFORMAÇÕES A VALOR JUSTO: O ATENDIMENTO ÀS CARACTERÍSTICAS
QUALITATIVAS DAS ESTRUTURAS CONCEITUAIS DA CONTABILIDADE NA
PERSPECTIVA DOS RESULTADOS DE ESTUDOS EMPÍRICOS**

Tese submetida à apreciação da banca examinadora do Programa de Doutorado Multi-institucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (UnB/UFPB/UFRN), como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciências Contábeis.

Prof. Dr. Jorge Katsumi Niyama
Universidade de Brasília – UnB
Presidente e Orientador

Prof. Dr. César Augusto Tibúrcio Silva
Universidade de Brasília – UnB
Membro interno

Prof. Dr. José Alves Dantas
Universidade de Brasília – UnB
Membro interno não vinculado

Prof. Dr. José Alonso Borba
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Membro externo

Prof^ª. Dr^ª. Ana Maria Gomes Rodrigues
Universidade de Coimbra – Portugal
Membro externo

Brasília, 21 de março de 2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)

Reitora:

Profa. Dra. Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor:

Prof. Dr. Enrique Huelva

Decano de Pesquisa e Pós-Graduação:

Prof. Dr. Jaime Martins de Santana

Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade (FACE):

Prof. Dr. Roberto de Goes Ellery Júnior

Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA):

Prof. Dr. José Antônio de França

Coordenador-Geral do Programa Multi-institucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UnB/UFPB/UFRN:

Prof. Dr. César Augusto Tibúrcio Silva

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelas alegrias e emoções da vida, pelas dificuldades que me ensinaram a ser uma pessoa melhor, por colocar pessoas maravilhosas no meu caminho, por permitir que eu chegasse até o final desta etapa e concluísse mais este sonho.

Ao meu esposo, Charles, companheiro de sonhos. Agradeço pela paciência, pelo amor e, principalmente, pelo apoio incondicional. Seu incentivo e sua ajuda foram essenciais para a conclusão de mais esta etapa da minha vida acadêmica.

À minha mãe, Maria, pelo exemplo de vida, pelo amor, pelas orações, pela torcida, por entender a minha ausência e por sempre acreditar em mim. Aos meus irmãos, Jair e Thaís, e suas famílias, pelo amor, pelo carinho e pelos incentivos. À nona Rosa (*in memorian*) e ao nono Sebastião (*in memorian*) pelo amor e carinho, e pelos ensinamentos.

Ao meu orientador, professor Dr. Jorge Katsumi Niyama, entusiasta da Teoria da Contabilidade, com quem aprendi a gostar, entender e apreciar ainda mais a Teoria da Contabilidade. Obrigado pelos valiosos ensinamentos e contribuições no desenvolvimento desta pesquisa, pelo voto de confiança e pelo incentivo que foram essenciais para a conclusão deste doutoramento.

Aos professores do Programa Multi-institucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (UnB/UFPB/UFRN), em especial aos professores Dr. César Augusto Tibúrcio Silva, Dr. Otávio Ribeiro de Medeiros, Dr. Ivan Ricardo Gartner, Dr. Paulo Roberto Barbosa Lustosa, Dr. José Matias-Pereira, e Dr. Paulo Roberto Nobrega Cavalcante pelos valiosos ensinamentos.

À professora Dr^a. Ana Maria Gomes Rodrigues, da Universidade de Coimbra, e ao professor Dr. José Alonso Borba, da Universidade Federal de Santa Catarina, pelas contribuições ao trabalho.

Aos colegas de turma de doutorado, em especial, à amiga Gilmara pelos momentos de estudo, discussões e convívio.

Ao Programa Multi-institucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (UnB/UFPB/UFRN) na pessoa do coordenador, vice coordenador e servidores.

À Universidade de Brasília e servidores.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro.

Ao senhor Amaro Luiz de Oliveira Gomes, do International Accounting Standards Board (IASB), pelo fornecimento de materiais relevantes para o desenvolvimento desse trabalho.

Ao Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Minas Gerais.

Ao Programa Santander Universidades – Bolsas Ibero-Americanas para Jovens Professores e Pesquisadores e à Universidade de Coimbra – Portugal.

Agradeço imensamente a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que eu concluísse desse doutoramento.

RESUMO

O objetivo geral deste estudo foi analisar como as características qualitativas da informação contábil requeridas pelas Estruturas Conceituais da Contabilidade são aplicadas às informações geradas a partir do método valor justo. Para atingir este objetivo foi realizada pesquisa descritiva, qualitativa e bibliográfica. Foram identificadas as estruturas conceituais da contabilidade dos EUA e do IASB, e os estudos que analisaram as características qualitativas das informações a valor justo. Em seguida, foram analisados os dois conjuntos de informações e promovidas as discussões teóricas. Os resultados da pesquisa sugerem que as informações a valor justo têm atendido satisfatoriamente as características qualitativas da informação, pois sempre atenderam de maneira suficiente as características fundamentais dessas estruturas. Quando analisadas separadamente, os resultados sugerem que as informações marcadas a mercado (Nível 1 e 2 da estrutura conceitual do valor justo) não apresentaram dificuldades em atender às características qualitativas e seus atributos ao longo do tempo. Já no caso das informações marcadas a modelo (Nível 3), os resultados sugerem que essas atenderam e continuam a atender a característica da *relevância*. No entanto, encontraram dificuldades em atender os atributos de *neutralidade* e *verificabilidade*, a característica de *comparabilidade* da estrutura do FASB (1980), bem como os atributos de *neutralidade*, *prudência* e *integralidade* prejudicando a *confiabilidade* das informações, e a característica da *comparabilidade* da estrutura do IASB (1989). A dificuldade no atendimento do atributo *neutra* e no atendimento às características de melhoria *verificabilidade* e *comparabilidade* persiste mesmo depois das novas estruturas conceituais do FASB e do IASB (2010), o que prejudica o atendimento à característica fundamental *representação fiel*. Considerando-se a evolução das características qualitativas da informação contábil, realizadas nas modificações das estruturas conceituais da contabilidade, pode-se sugerir que as modificações foram favoráveis às informações a valor justo. Por fim, afirma-se que as informações a valor justo são úteis para a tomada de decisão, pois têm atendido as características fundamentais das estruturas conceituais analisadas no que tange à relevância, confiabilidade e representação fiel.

Palavras-chave: Estrutura conceitual; característica qualitativa; valor justo; relevância; confiabilidade; representação fiel.

ABSTRACT

The overall objective in this study was to analyze how the qualitative characteristics of accounting information required by the Conceptual Framework of Accounting are applied to the information generated from the fair value method. In order to achieve this objective, a descriptive, qualitative and bibliographic research was conducted. The EUA and IASB's conceptual framework of accounting were identified, and the studies which analyzed the qualitative characteristics from the fair value information. Subsequently, the two sets of information were analyzed and theoretical discussions were promoted. The results of the research suggest that the fair value information has satisfactorily granted the qualitative characteristics of information, because they have always sufficiently met the fundamental characteristics of these frameworks. When analyzed separately, the results suggest that the information mark to market (Level 1 and 2 of the conceptual framework of fair value) did not present difficulties in attending the qualitative characteristics and its attributes over time. In the case of the information mark to model (Level 3) the results suggest that it attended and continued to attend the characteristic of relevance. However, they found difficulties in attending the attributes of neutrality and verifiability, and the characteristic of comparability of the FASB's (1980) framework, as well as the attributes of neutrality, prudence and integrity, jeopardizing the reliability of information, and the characteristic of comparability of the IASB's (1989) framework. The difficulty in the service of the neutral attribute and in the service to the characteristics of improvement verifiability and comparability persist, even after the new conceptual frameworks from FASB and IASB (2010), which jeopardizes the service to the fundamental characteristic faithful representation. Considering the evolution of qualitative characteristics of accounting information performed in modifications of the conceptual frameworks of accounting, it can be suggested that modifications were favorable to the fair value information. Lastly, it can be affirmed that the fair value information is useful for decision making, since it has reached the fundamental characteristics of the analyzed conceptual frameworks analyzed with regard to relevance, and reliability and faithful representation.

Key-words: Conceptual framework; qualitative characteristic; fair value; relevance; reliability; faithful representation.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Características qualitativas da informação contábil.	31
Quadro 2 – Etapas do desenvolvimento da pesquisa.....	58
Quadro 3 – Parâmetros para a seleção do material.....	59
Quadro 4 – Estudos publicados por periódicos.	64
Quadro 5 – Vínculo institucional dos autores.	65
Quadro 6 – Tema principal dos estudos.	67
Quadro 7 – País da coleta dos dados.	69
Quadro 8 – Estudos que analisaram a característica de relevância.	72
Quadro 9 – Estudos sobre a relevância das informações da hierarquia do valor justo...	78
Quadro 10 – Estudos empíricos que abordaram a confiabilidade.	88

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Evolução das Estruturas Conceituais da Contabilidade.....	33
Figura 2 – Classificação dos dados na hierarquia do valor justo.....	51

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAA	American Accounting Association
AICPA	American Institute of Certified Public Accountants
APB	Accounting Principles Board
ARS	Accounting Research Studies
ASB	Appraisal Standards Board
ASOBAT	A Statement of Basic Accounting Theory
CAP	Committee on Accounting Procedure
EUA	Estados Unidos da América
FASB	Financial Accounting Standards Board
IAS	International Accounting Standards
IASB	International Accounting Standards Board
IASC	International Accounting Standards Committee
IFRS	Financial Reporting Standards
MOU	Memorandum of Understanding
SFAC	Statements of Financial Accounting Concepts
US GAAP	United States Generally Accepted Accounting Principles
SIMA	Sistema de Informação de Mercados Agrícolas
MASB	Malaysian Accounting Standard Board
FSP	FASB Staff Position

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Contextualização.....	11
1.2 Objetivos da pesquisa.....	14
1.2.1 Objetivo geral.....	14
1.2.2 Objetivos específicos.....	14
1.3 Justificativa da pesquisa.....	14
1.4 Delimitação da pesquisa.....	16
1.5 Limitações da pesquisa.....	17
1.6 Estrutura da tese.....	18
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
2.1 O desenvolvimento da estrutura conceitual da contabilidade, na perspectiva dos órgãos reguladores, ao longo da história.....	19
2.2 Características qualitativas da informação contábil.....	27
2.3 Evolução histórica do valor justo.....	39
2.3.1 Regulamentação do valor justo na contabilidade.....	42
2.3.2 Valor justo na atualidade.....	48
3. METODOLOGIA DE PESQUISA.....	57
3.1 Classificação da pesquisa.....	57
3.2 Etapas do desenvolvimento da pesquisa e técnicas de análise dos dados.....	58
3.3 Definição da amostra e seleção do material.....	59
3.4 Procedimentos para análise.....	61
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	63
4.1 Perfil do <i>corpus</i>	63
4.2 Perfil dos estudos.....	67
4.3 Análise dos achados dos estudos do <i>corpus</i>	70
4.3.1 Relevância.....	71
4.3.1.1 Atributos da relevância.....	81
4.3.1.1.1 Valor preditivo e confirmatório.....	81
4.3.1.1.2 Tempestividade.....	83
4.3.2 Confiabilidade e/ou representação fiel.....	86
4.3.1.2 Atributos da confiabilidade e/ou representação fiel.....	94
4.3.1.2.1 Neutralidade.....	94
4.3.1.2.2 Representação fiel.....	95
4.3.3 Comparabilidade.....	97
4.3.4 Verificabilidade.....	101
4.3.5 Compreensibilidade.....	102
4.3.6 Materialidade.....	102
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103

REFERÊNCIAS 107

ANEXO A 125

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

As demonstrações financeiras possuem o objetivo de atender as necessidades de informação dos usuários da informação contábil. Esses usuários formam um grupo diverso que possui diferentes necessidades de informação utilizadas para finalidades diversas. Na maioria dos casos, os usuários não possuíam ferramentas que os auxiliassem a explicitar suas necessidades aos órgãos normatizados da contabilidade. Por causa desta demanda, os órgãos tiveram que criar um conjunto de informações que suprisse as necessidades de todos os usuários.

A partir deste cenário, estruturas conceituais da contabilidade surgiram com o propósito de fornecer um corpo de conceitos para auxiliar na preparação e divulgação dessas informações. No entanto, os conceitos presentes nas estruturas conceituais, conforme as mudanças que acontecem na economia, são alterados pela contabilidade, com o objetivo de adequar-se às novas necessidades informacionais dos usuários. Um exemplo dessas mudanças está ligado às características qualitativas da informação contábil, responsáveis por indicar o que a informação deve apresentar para ser considerada útil ao usuário. Essas características vêm sendo aperfeiçoadas e adequadas com o passar do tempo para que a qualidade das informações melhore e para que somente informações úteis sejam divulgadas aos usuários. Por isso, os preparadores e usuários dos relatórios financeiros devem selecionar alternativas para mensurar e registrar os fatos contábeis a fim de atender as características qualitativas que tornam as informações mais úteis aos usuários (FASB, 1980).

A preparação de informações contábeis envolve a aplicação de uma série de conceitos, julgamentos, práticas e métodos que não estão necessariamente alinhados, de forma natural, com as características qualitativas recomendadas pela estrutura conceitual. Um dos métodos de avaliação da contabilidade é o valor justo. A origem do valor justo remonta ao ano de 1898 e seu conceito surgiu a partir de uma causa julgada pela suprema corte dos Estados Unidos da América (EUA). Naquele momento, não se estava buscando um método de avaliação contábil, mas uma forma de calcular um valor justo sobre o retorno de um investimento. Entretanto, após avaliação da alta instância que lhe deu

origem e o propósito para o qual foi criado, passou a envolver a contabilidade e, conseqüentemente, trouxe novos desafios.

Nas décadas de 1920 e 1930, o método foi utilizado na contabilidade das empresas nos EUA, mas com a crise de 1929, a contabilidade tornou-se mais conservadora e o valor justo foi abandonado. A justificativa para a abonação foi de que o método fornecia informações enganosas aos usuários. Contudo, nos anos 1960, o método voltou a ser utilizado e incorporado às normas de contabilidade, em um momento em que ainda não existia uma estrutura conceitual da contabilidade.

No momento em que foi publicada a primeira estrutura conceitual, em 1966, foi permitido que as diferentes características fossem atendidas em diferentes níveis de acordo com as demandas de informações. Com isso, bastava atender parcialmente algumas das características para que a informação encontrasse respaldo na estrutura conceitual. Essa possibilidade abriu espaço para a consolidação do método na avaliação de ativos e passivos.

O valor justo, desde a sua criação, possui duas fontes de dados para determinar os valores dos itens avaliados: i) marcação a mercado (atual Nível 1 e Nível 2 da hierarquia do valor justo), utilizada para avaliar itens que possuem mercado ativo, ou itens similares em mercados ativos; ii) marcação a modelo (atual Nível 3), utilizada para determinar o valor de itens que não tem mercado ativo nem similares com mercados ativos. Os valores provenientes de marcação a mercado são mais facilmente suportados pelas estruturas conceituais, já os valores marcados a modelo são mais complexos devido aos dados, critérios e modelos de avaliação serem desenvolvidos pelos próprios preparadores.

As técnicas de avaliação do valor justo já eram criticadas na própria criação do termo valor justo, ainda na área jurídica, no final do século XIX. Na contabilidade, as críticas sempre estiveram presentes, mas se agravaram durante a crise financeira de 2008. Fatores como a falta de confiabilidade dos dados, erros de mensuração, efeitos pró-cíclicos e excesso de alavancagem em tempos de crise (MARKARIAN, 2014) foram as principais críticas apresentadas ao método, chegando ao ponto de os pesquisadores acreditarem que o valor justo deveria ser eliminado (POZEN, 2009).

Mesmo com as críticas, o método teve continuidade. Para isso, levou-se em consideração os aspectos da adoção vistos como positivos. Por exemplo, a melhora na

qualidade e na transparência das informações financeiras, a geração de informação mais úteis que o custo histórico (JAGGI; WINDER; LEE, 2010), os valores mais relevantes que o custo histórico, e a possibilidade de melhores insights sobre o perfil de risco das empresas (PLANTIN; SAPRA; SHIN, 2008).

Tendo em seu histórico aspectos divergentes, diversos estudos sobre o método de valor justo foram realizados após a crise financeira de 2007, com o objetivo de analisar se o valor justo era o fator principal que desencadeou a crise, ou analisar o impacto que este método teve na contabilidade, no mercado financeiro e na própria crise (BADERTSCHER; BURKS; EASTON, 2012; BARTH; LANDSMAN, 2010; BONACI; MATIS; STROUHAL, 2010; BOWEN; KHAN, 2014; BRYAN; LILIEN, 2013; CHENG, 2012; FRANCIS, 2011; GRAČANIN; KALAČ, 2011; JAGGI; WINDER; LEE, 2010; LAUX; LEUZ, 2010; LIAO et al., 2013; LINSMEIER, 2011; MAGNAN, 2009; POZEN, 2009; PROCHÁZKA, 2011; QUDAH, 2012). Entretanto, os estudos já realizados ainda não foram suficientes para compreender todas as implicações do método. Ainda permanece uma lacuna científica no que tange a uma análise da aplicação das características qualitativas às informações geradas pelo valor justo como método de mensuração contábil.

Compreende-se que aspectos conflitantes nas bases de mensuração da contabilidade não são exclusividade do valor justo, de modo que cada uma das bases de mensuração (custo histórico, valor corrente, valor em uso, entre outros) possui vantagens e desvantagens em detrimento das demais quanto ao cumprimento dos critérios da estrutura conceitual. No entanto, uma revisão das atividades dos órgãos normatizadores da contabilidade, como o IASB e o FASB, revela que o uso do valor justo como base de mensuração da informação contábil tende a ser ampliado (BARTH, 2007). Essa constatação pode ser confirmada quase 100 anos depois de sua aplicação, dado a ampliação do uso do valor justo, reforçando ainda mais a necessidade de uma análise das informações que são geradas a partir desse método como forma de fornecimento de subsídios para os usuários tomarem suas decisões.

Nessa perspectiva, ao considerar que as estruturas conceituais da contabilidade, ao longo da história, tiveram o objetivo de nortear a elaboração de normas e padrões que conduzissem ao fornecimento de informações úteis aos usuários da informação contábil, elaborou-se como problema desta pesquisa a seguinte questão: as informações geradas a

partir do método de mensuração a valor justo atendem as características qualitativas requeridas pelas estruturas conceituais da contabilidade?

1.2 Objetivos da pesquisa

1.2.1 Objetivo geral

Analisar como as informações geradas a partir do método valor justo têm atendido às características qualitativas da informação contábil requeridas pelas Estruturas Conceituais da Contabilidade.

1.2.2 Objetivos específicos

- Identificar se as informações a valor justo têm atendido às características qualitativas da informação contábil;
- Identificar se há diferença no atendimento às características qualitativas do valor justo entre informações baseadas em valores obtidos a partir de marcação a mercado e a partir de marcação a modelo;
- Avaliar a evolução das características qualitativas da Estrutura Conceitual da Contabilidade e a aplicação dessas às informações a valor justo.

1.3 Justificativa da pesquisa

Esta tese se justifica, primeiramente, pela importância de uma discussão teórica sobre as informações que são geradas a partir do método do valor justo, o qual tem sido foco de discussões na área contábil, bem como em outras áreas, como finanças, economia, administração, psicologia, e direito, considerado o berço do método. Apesar dos diversos estudos sobre valor justo, ainda é incipiente a análise da contabilidade sobre valor justo a partir de uma perspectiva histórica que tenha aplicado uma perspectiva teórica interpretativa (GEORGIU; JACK, 2011), ou uma pesquisa teórica sobre as propriedades da mensuração do valor justo (HITZ, 2007). Além disso, esta tese busca fomentar uma compreensão mais consistente das características das informações que são geradas a partir

do valor justo, e das características que são requeridas pela estrutura conceitual com o objetivo de melhorar a qualidade e utilidade das informações geradas aos usuários das demonstrações contábeis.

O estudo proposto também justifica-se por desenvolver a compreensão do significado e da evolução da própria Estrutura Conceitual e do conceito de valor justo ao longo da história. Essa compreensão auxilia no entendimento das mudanças ocorridas mais recentemente na contabilidade quanto aos seus métodos de mensuração. Busca-se ir além da simples identificação de conceitos e características das informações do valor justo na Estrutura Conceitual da Contabilidade.

A análise longitudinal histórica explica como uma prática surgiu em determinado espaço-tempo, bem como problematiza as práticas atuais e a concepção de perspectivas futuras (JONES; OLDROYD, 2009). Também, revela como as ideias foram alteradas e influenciadas ao longo do tempo, destacando que mais proveitoso do que o processo de lembrar da história, seria o processo de obter conhecimento sobre o desenvolvimento das ideias ao longo desse processo histórico que contribuiriam para os métodos atuais (DEAN; CLARKE, 2010). Demo (1985) destaca a importância das discussões sobre definições conceituais, por possuírem relevância para a formação científica, principalmente, para a formação de quadros teóricos de referência, ou seja, os contextos essenciais para o pesquisador movimentar-se na pesquisa.

A terceira justificativa refere-se à escolha do método teórico para o desenvolvimento desta tese. Iudícibus e Martins (2015, p. 8) destacam que houve uma mudança nas pesquisas contábeis acadêmicas internacionais e nacionais, por meio da qual as pesquisas positivas têm se sobressaído em detrimento das pesquisas normativas voltadas para o desenvolvimento da prática, surgindo uma sensação de que “a utilidade e a utilização dos estudos e pesquisas acadêmicas distanciaram-se sobremaneira da prática contábil, e, por consequência, da Teoria da Contabilidade como tradicionalmente conhecida”.

Wolk e Tearney (1996) auxiliam no entendimento desse fato, ao destacarem que a adição recente de métodos de investigação na pesquisa contábil, que são utilizados em disciplinas como economia, matemática e estatística, pode ser explicada pela contabilidade ser uma disciplina acadêmica. Sendo acadêmica a disciplina tem a

necessidade de publicar suas pesquisas em revistas científicas, as quais possuem cada vez mais um viés de pesquisa positiva e exigem muitas vezes o uso de determinado método estatístico para a publicação dos trabalhos.

Dessa forma, pode-se dizer que as pesquisas teóricas têm sido pouco trabalhadas com a justificativa de que, por não utilizarem métodos estatísticos, não são "verificáveis" e, assim, perdem a relevância. Outra justificativa refere-se ao fato de que as pesquisas precisam ser publicadas em revistas que privilegiam ou exigem a pesquisa positiva, ou até mesmo com a justificativa de que as pesquisas teóricas não são mais necessárias, pois os órgãos normatizadores, responsáveis por emitir as normas contábeis, já realizam esse debate.

Porém, Iudícibus e Martins (2015) destacam que o desenvolvimento do pensamento teórico não é tarefa dos reguladores e normatizadores. Considera-se que esses profissionais estão envolvidos no desenvolvimento de estruturas conceituais regulatórias e normas práticas. Por outro lado, entende-se que o pensamento teórico deve ser desenvolvido na academia, local que possui um ambiente propício para o pensamento teórico mais livre. Assim, é relevante que temas da Ciência Contábil, como as estruturas conceituais, sejam identificados, analisados, apresentados num horizonte teórico.

Por fim, aspira-se que esta tese possa contribuir para a literatura como auxílio e incentivo às discussões entre teóricos e práticos. Busca-se demonstrar que, para que boas práticas contábeis possam ser desenvolvidas, é vital uma boa base teórica.

1.4 Delimitação da pesquisa

Nesta tese são utilizadas estruturas conceituais elaboradas e publicadas, principalmente, nos Estados Unidos da América (EUA) pela influência que os estudos americanos tiveram no desenvolvimento da contabilidade em âmbito mundial. Swieringa (2011) destaca que os organismos de normatização mundial, como Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Reino Unido e o próprio IASB, desenvolveram suas estruturas conceituais baseadas nas normas do FASB. A magnitude das normas do FASB era extremamente influenciável que autores como Sprouse (1988) acreditavam que “essas normas eram tão fundamentais que não eram suscetíveis de serem afetadas de forma

significativa por novos desenvolvimentos, pois eram sólidas e perdurariam” (SPROUSE, 1988 *apud* SWIERINGA (2011), p. 215).

Nessa perspectiva, a principal delimitação desta tese está associada ao tema. Isto é, à investigação do estudo das características qualitativas da informação contábil requeridas pelas principais estruturas conceituais da contabilidade do FASB e do IASB, e o atendimento dessas características pelas informações contábeis geradas a partir do método de mensuração valor justo.

1.5 Limitações da pesquisa

Uma das críticas que o método qualitativo recebe constantemente refere-se ao viés que o pesquisador exerce sobre a pesquisa. Cientistas sociais, como Max Weber, Pierre Bourdieu e Howard Becker, destacam que para evitar o viés do pesquisador, é fundamental que todos os passos a serem seguidos na pesquisa sejam claramente identificados. Mesmo assim, recusaram a ideia de uma suposta neutralidade do pesquisador, destacando que o pesquisador deve reconhecer o viés para que possa prevenir sua interferência nas conclusões da pesquisa (GOLDENBERG, 2011).

Nesse sentido, a principal limitação desta pesquisa consiste na determinação dos estudos que fazem parte do *corpus* da pesquisa e na seleção das estruturas conceituais da contabilidade. Compreende-se que o pesquisador, com base em estudo prévio sobre o assunto, exerce a livre escolha de incluir ou não determinada estrutura conceitual para compor a base da pesquisa, bem como os critérios para a seleção dos estudos que determinam as características da informação geradas pelo valor justo.

Entende-se também, como limitação deste estudo, o fato de a pesquisa ser desenvolvida com base em dados de outras pesquisas (pesquisa da pesquisa), sem a possibilidade de conferência dos dados apresentados. Além disso, não foram avaliadas as metodologias utilizadas para a realização desses estudos.

1.6 Estrutura da tese

Esta tese está dividida em cinco capítulos. No primeiro capítulo, apresenta-se a introdução geral ao trabalho, problema, objetivos, delimitação e limitações da pesquisa. O segundo capítulo contém o referencial teórico, destacando o desenvolvimento das estruturas conceituais da contabilidade e o valor justo. No terceiro capítulo é delimitado a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, enfatizando as etapas do desenvolvimento, a definição da amostra, a seleção do material e a formação do *corpus*, bem como as técnicas de análise utilizadas. No quarto capítulo são apresentados os dados encontrados e a discussão dos resultados. As considerações finais do trabalho são apresentadas no capítulo cinco.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Entre os anos 1800 e 1955, grande parte da teoria contábil estava preocupada em explicar e desenvolver a prática. O que foi nesse período desenvolvido estava sustentado em análises empíricas a partir da observação de como as empresas praticavam a contabilidade (GODFREY et al, 2006). Dessas observações, resultaram as primeiras tentativas de estabelecer uma estrutura conceitual.

As estruturas conceituais surgiram da necessidade de uniformizar práticas contábeis e foram adotadas na normatização formal da contabilidade. Passaram a constituir a base para sustentação da emissão de normas específicas ou conceitos voltados para a operacionalização da contabilidade (IUDICIBUS; MARTINS, 2015), bem como balizavam o atendimento dos relatórios financeiros ao objetivo de fornecimento de informações úteis para a tomada de decisões.

2.1 O desenvolvimento da estrutura conceitual da contabilidade, na perspectiva dos órgãos reguladores, ao longo da história

Os profissionais da contabilidade buscaram, por um longo período, o desenvolvimento de uma estrutura conceitual que pudesse abranger as atividades das entidades empresariais nos relatórios financeiros. Dentre as razões para essa busca pode-se destacar: i) a emissão de uma estrutura conceitual poderia aumentar a confiança dos usuários e o entendimento dos relatórios financeiros (mesmo sem evidências empíricas para isso); ii) a tentativa, por parte da classe contábil, de manter o poder de regulamentação em suas próprias mãos (DOPUCH; SUNDER, 1980); e iii) o desenvolvimento de uma estrutura conceitual poderia ser a chave para a existência de uma boa e consistente norma contábil (BURTON, 1978).

A maioria dos esforços para obtenção de uma estrutura conceitual foi desenvolvida em obras de estudiosos preocupados em dispor o ensino da contabilidade sobre uma base teórica sólida, por comitês acadêmicos e por órgãos profissionais da contabilidade. Em relação aos órgãos, estes mostraram alguma propensão em participar desse processo somente após as tentativas individuais dos estudiosos (PEASNELL, 1982).

As primeiras tentativas de desenvolver um quadro conceitual, na literatura contábil estadunidense, foram as teses de William A. Paton (1922) e John B. Canning (1929) (ZEFF, 1999). Paton (1922), em seu livro *Accounting Theory*, apresentou uma série de postulados básicos que sustentariam a contabilidade moderna. Também, afirmou que o contador estava preocupado em passar diversas horas procurando diferenças de centavos em contas, mas observava superficialmente questões sobre os métodos adotados pelos gerentes para a fixação dos preços dos inventários, deixando de lado a apreciação da proposta mais importante da contabilidade: a mensuração. Já Canning (1929), em seu livro *The Economics of Accountancy*, foi o primeiro a desenvolver e apresentar um quadro conceitual para avaliação e mensuração de ativos baseado em expectativas futuras (CANNING, 1929 *apud* ZEFF, 1999).

Ananias Charles Littleton foi outro pesquisador contábil cujos trabalhos assumiram uma forma teórica e suas ideias contribuíram de forma significativa para o pensamento moderno da contabilidade (MOST, 1982). Littleton tinha uma visão da teoria como uma explicação da prática, o que o tornava um autor positivista e não normativista. Foi por meio de seus estudos que propôs substituir a palavra "princípios" por "normas", adotada pelo FASB em 1973 (MOST, 1982).

Paton e Littleton (1940) fizeram contribuições importantes para a literatura contábil- Pode-se citar a produção de uma monografia considerada um clássico da contabilidade, "*An introduction to corporate accounting standards*", de 1940. Nesta pesquisa, os autores afirmaram que qualquer norma de contabilidade deveria ser baseada em princípios e ter uma base conceitual que orientasse a direção de padrões.

A partir da década de 1930 é que ocorreram as primeiras tentativas de regular as práticas contábeis nos EUA, em resposta ao colapso gerado pela Crise de 1929 (WALKER, 1992). Até aquele momento, a contabilidade não era regulamentada, e as empresas utilizavam práticas e procedimentos contábeis diversos que não eram divulgados. Era prática das empresas apresentar relatórios contábeis sem padrão, gerando pouco conhecimento e considerável falta de uniformidade entre as práticas contábeis adotadas, tanto de um ano para outro, quanto em uma mesma empresa, como entre empresas do mesmo setor (WALKER, 1992; WOLK; DODD; ROZYCHI, 2008).

A Crise de 1929 promoveu o aumento da utilidade do balanço patrimonial e da demonstração dos resultados, decorrente do interesse da sociedade nesses relatórios após a crise. Além disso, impulsionou o desenvolvimento de uma estrutura conceitual como base fundamental para elaboração dos padrões contábeis necessários para a elaboração das demonstrações financeiras (SUTTON; CORDERY; VAN ZIJL, 2015).

A primeira tentativa institucional de fornecer uma estrutura conceitual para a contabilidade foi realizada pela American Accounting Association (AAA), com a publicação de seu primeiro trabalho, intitulado *A Tentative Statement of Accounting Principles affecting Corporate Reports*, em 1936 (RIAHI-BELKAOUI, 2004). Por meio das contribuições da obra, corrigiu-se práticas contábeis consideradas impróprias e melhorou-se as práticas contemporâneas, assumindo, assim, a necessidade de uma estrutura coordenada para a Teoria da Contabilidade (MOST, 1982).

Em 1966, a AAA emitiu o estudo denominado *A Statement of Basic Accounting Theory* (ASOBAT) (HENDRIKSEN; BREDÁ, 1991), que direcionou a atenção para a “utilidade da decisão” das demonstrações financeiras (ZEFF, 1999). A pesquisa também definiu a contabilidade como “o processo de identificação, mensuração e comunicação das informações econômicas para permitir julgamentos e decisões por parte dos usuários da informação” (AAA, 1966, p. 1, tradução livre), conferindo ênfase às informações que beneficiariam a tomada de decisões pelos usuários das demonstrações financeiras (GAFFIKIN, 2005). Esse estudo causou uma ruptura entre vários estudos publicados entre 1936 e 1964 ao adotar a orientação baseada no usuário ao invés dos contadores. A pesquisa enfatizou que a contabilidade fosse definida com foco nas necessidades de informações dos usuários, além de sugerir novamente que os relatórios financeiros deveriam conter múltiplas bases de avaliações (PREVITS; MERINO, 1998).

Além da pesquisa exposta, Accounting Principles Board (APB) realizou estudos para determinar os postulados e princípios gerais da contabilidade e identificou quatro grandes níveis em que a contabilidade deveria ser abordada: i) postulados ii) princípios; iii) regras ou guias para a aplicação dos princípios à situações específicas; iv) pesquisa, acrescentando que um conjunto amplo de princípios deveriam ser formulados com base nos postulados (ZEFF, 1999).

Nesse sentido, os resultados dos referidos estudos serviram como base para todo o corpo de futuros pronunciamentos contábeis emitidos pelo American Institute of Certified Public Accountants (AICPA), idealizador do APB. Nesse contexto, deu-se origem ao primeiro programa institucional para o estabelecimento de uma estrutura conceitual (embora o termo “estrutura conceitual” somente tenha sido utilizado a partir da década de 1970) (ZEFF, 1999). Um dos estudos do APB foi a *APB Statement 4 - Basic concepts and accounting principles underlying financial statement of business enterprises* (AICPA, 1970), por meio do qual surgiu *Accounting Research Studies (ARS) 7: Inventory of Generally Accepted Accounting Principles for Business Enterprises*.

Em 1971, a AICPA formou dois grupos especiais para estudar o caminho a ser seguido na definição do *United States Generally Accepted Accounting Principles* (US GAAP) e os objetivos dos relatórios financeiros. O primeiro foi o *Study Group on Establishment of Accounting Principles*, presidido por Francis M. Wheat, nomeado “The Wheat Committee”, que tinha o objetivo de identificar os meios pelos quais os princípios contábeis seriam estabelecidos. O segundo foi *Study Group on the Objectives of Financial Statement*, presidido por Robert M. Trueblood, intitulado “The Trueblood Committee”, o qual visava propor os objetivos das demonstrações financeiras para orientar a melhoria do relatório financeiro (AICPA, 1973).

Atendendo ao seu propósito de rever o objetivo das demonstrações contábeis, o Comitê Trueblood destacou que “o desenvolvimento desses objetivos não deveria ser baseado nas necessidades operacionais dos gerentes das empresas, mas sim nas necessidades dos usuários externos das demonstrações financeiras das empresas e organizações” (AICPA, 1973, p. 9-10, tradução livre). Esse comitê ainda recomendou que fosse produzida uma declaração normativa e não uma inferência a partir da prática, como havia sido feito até o momento (ZEFF, 1999).

Ademais, coube ao Comitê Trueblood apresentar o objetivo básico das demonstrações financeiras, de “fornecer informações úteis para os investidores e credores preverem, compararem e avaliarem os potenciais fluxos de caixa em termos de quantidade, tempo e incerteza relacionada” (AICPA, 1973, p. 20, tradução livre). Esse objetivo enfatizou a saída de informações úteis e exigia que todos os objetivos, normas, princípios, procedimentos e práticas contábeis servissem às necessidades dos usuários, mesmo que tais necessidades ainda não tivessem sido identificadas em estudos (AICPA,

1973). Nesse mesmo relatório, o comitê concluiu que o uso exclusivo de uma única base de avaliação poderia não atender aos objetivos das demonstrações financeiras, destacando o custo histórico, os valores de saída, custo corrente atual e o fluxo de caixa descontado (AICPA, 1973).

Sobre o destaque para os usuários investidores e credores, o Comitê Trueblood acreditava que as demonstrações financeiras deveriam “servir principalmente àqueles usuários que tinham autoridade, habilidade ou recursos limitados para obter informações e que dependiam das demonstrações financeiras como a sua principal fonte de informações sobre as atividades econômicas da empresa” (AICPA, 1973, p. 62, tradução livre). Ainda para satisfazer às necessidades de informação dos usuários, e seguindo os passos da AAA, o Comitê Trueblood destacou que as informações contidas nas demonstrações financeiras, ou em outros relatórios de atividade da empresa, deveriam possuir as características de relevância e materialidade, forma e essência, confiabilidade, livre de viés, comparabilidade, consistência e compreensibilidade (AICPA, 1973). Essas características deveriam basear-se essencialmente nas necessidades dos usuários das demonstrações, pois na tomada de decisões os usuários, além de compreender a informações apresentadas, seriam capazes de avaliar a sua confiabilidade e compará-las com informações sobre oportunidades, alternativas e experiências anteriores (AICPA, 1973).

Já o *Wheat Committee* propôs a criação de um organismo independente que ficou conhecido como *Financial Accounting Standards Board* (FASB). O AICPA aprovou a proposta e o FASB foi criado em 1973 para suceder o APB, após sua tentativa mal sucedida em estabelecer os postulados básicos e os princípios gerais da contabilidade. Para Pike e Chui (2012), a falta de sucesso do APB foi relacionada a sua tentativa de emitir normas contábeis sem dispor de uma estrutura conceitual, o que contribuiu para a falta de coesão nas normas.

No relatório em que esse comitê recomendou a criação do FASB, não foi previsto que o conselho se comprometeria em desenvolver um quadro conceitual para a contabilidade, mas ressaltou-se que a necessidade de uma base conceitual estava sendo debatida há vários anos nos círculos contábeis. Além disso, destacou-se que a contabilidade e os relatórios contábeis deveriam ser baseados em um conjunto de convenções ou normas destinado a atingir os objetivos desejados pela contabilidade e os

seus relatórios contábeis (ZEFF, 1999). Destarte, um dos projetos iniciais do FASB foi um estudo destinado a identificar os "*Board Qualitative Standards for Financial Reporting*", que viriam a ser as normas qualitativas gerais para os relatórios financeiros. Depois de extenso trabalho sobre este projeto, o FASB decidiu ampliar o escopo do projeto e incluiu os objetivos das demonstrações financeiras, as características qualitativas da informação, e as necessidades dos usuários da informação contábil, formando uma estrutura conceitual da contabilidade (MOST, 1982), considerada a primeira estrutura conceitual oficial (WYATT, 1991).

O objetivo do projeto da estrutura conceitual era o de fornecer uma base teórica consistente para o desenvolvimento das normas contábeis nos EUA. Era esperado que essa base servisse para orientar o órgão responsável pelo estabelecimento das normas contábeis, proporcionasse um quadro de referência para resolver questões contábeis na falta de normas já emitidas, determinasse limites para julgamento na elaboração das demonstrações financeiras, e aumentasse o entendimento e a confiança dos usuários das demonstrações financeiras (MOST, 1982).

Nos anos 1970, os EUA estavam na vanguarda do estabelecimento de normas de contabilidade, sendo o primeiro país a criar um organismo de normatização, o FASB. O conjunto de normas contábeis emitido por esse órgão, US GAAP, foi visto como o melhor conjunto disponível de normas contábeis. Mas a crença de normas de alta qualidade diminuiu significativamente depois dos escândalos contábeis da Enron e WorldCom em 2001-2002 (ALALI; CAO, 2010).

Ainda, na década de 1970, foi fundado o International Accounting Standards Committee (IASC), denominado International Accounting Standards Board (IASB), a partir de 2001. Este era um órgão internacional com o objetivo de não apenas gerar normas de contabilidade, mas também com a função de debater, estruturar e formalizar uma base conceitual da contabilidade (GEORGIU; JACK, 2011). Sua estrutura conceitual foi emitida em 1989, constituída de diversas semelhanças com a estrutura conceitual do FASB, concluída em 1985.

O FASB e o IASB iniciaram um processo de convergência das normas contábeis no início dos anos 2000, com o objetivo de reduzir as diferenças entre o US GAAP e as IAS/IFRS. Em 2002, os dois órgãos normatizadores assinaram o *Memorandum of*

Understanding (MOU), também conhecido como Acordo de Norwalk, firmando o acordo de convergência entre os dois conjuntos de normas, inclusive, das estruturas conceituais de contabilidade – tema inserido na agenda do projeto de convergência em outubro de 2004, com o objetivo de desenvolver uma estrutura conceitual comum a partir das duas existentes.

A principal motivação para este projeto foi o de convergir as estruturas conceituais dos dois organismos a fim de fornecer uma base intelectual consistente para a convergência dos dois conjuntos de normas. Era essencial desenvolver normas internacionais baseadas em princípios que pudessem levar a relatórios do que a fornecer informações necessárias para investimento, crédito e decisões semelhantes (MCGREGOR; STREET, 2007).

No entanto, além da convergência, esperava-se que o desenvolvimento de uma nova estrutura conceitual colaborasse para preencher as lacunas para atingir a completude e a remoção de contradições internas para melhorar a consistência (WHITTINGTON, 2008). Já para O'Brien (2009), o projeto de convergência não foi apenas uma convergência de estruturas conceituais existentes, e sim uma alteração de conceitos para avançar com um modelo de relatórios financeiros baseados no valor justo. Essa situação foi destacada pelo próprio pelo presidente do FASB, Robert Herz, que declarou que o valor justo não estava definido nas estruturas conceituais existentes, tanto do IASB como do FASB. Mesmo não sendo definido, há vários anos normas sobre o uso do valor justo eram emitidas por ambos os conselhos e o uso desse método de mensuração era crescente, de modo que era necessário um novo projeto de estrutura conceitual (MCGREGOR; STREET, 2007).

O projeto da convergência foi dividido em oito fases, sendo a primeira concluída em setembro de 2010, na qual foram apresentados o objetivo da elaboração e da divulgação de relatórios contábil-financeiros de propósito geral, e as características qualitativas da informação contábil-financeira útil (IASB, 2008). Depois da conclusão e divulgação da primeira fase do projeto em conjunto, ele foi cancelado, e ambos os órgãos seguem na atualização das respectivas estruturas conceituais (FASB, 201?). O objetivo das demonstrações financeiras, segundo o IASB e o FASB (IASB, 2010; FASB, 2010, p. 1, tradução livre), é o de “fornecer informações sobre a entidade que reporta a informação,

que sejam úteis aos investidores existentes e em potencial, a credores de empréstimos, e a outros credores, na tomada de decisões sobre fornecer recursos para a entidade”.

Quanto aos potenciais usuários das informações contábeis, a estrutura conceitual do IASB, de 1989, definia os usuários como “investidores atuais e potenciais, empregados, credores, fornecedores e outros credores comerciais, clientes, governos e suas agências e o público” (IASB, 1989, p. 5). Já na atual estrutura conceitual, os usuários são definidos como “investidores existentes e potenciais, credores por empréstimos e outros credores (FASB, 2010; IASB, 2010, p. 9). Essa mudança de definição dos usuários, para Markarian (2014), não foi trivial e consolidou ainda mais o papel do valor justo nos relatórios financeiros. Isso acontece porque os provedores de capital enfatizam o retorno sobre o seu capital, medido através de preços de mercado, como a principal referência para o fornecimento do capital.

O foco em um grupo de usuários primários foi considerado necessário para evitar a produção de uma estrutura conceitual que fosse demasiadamente vaga para ser útil. O IASB e o FASB escolheram os provedores de capital como o principal grupo de usuários por três razões: i) este grupo tem a necessidade mais crítica e imediata de informações; ii) os órgãos normatizadores são obrigados a concentrar-se nas necessidades dos participantes do mercado de capitais; iii) as informações necessárias para este grupo provavelmente suprem a maior parte das necessidades de outros grupos de usuários (HENRY; HOLZMANN, 2011).

Na nova estrutura conceitual, as características foram classificadas em dois grupos: i) características qualitativas fundamentais; ii) características qualitativas de melhoria. São consideradas características qualitativas fundamentais a relevância e a representação fiel, que atuam em conjunto para tornar a informação útil para a tomada de decisão. O papel das características qualitativas de melhoria – comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e a compreensibilidade – é o de reforçar e melhorar a informação relevante e representada fielmente (FASB, 2010; IASB, 2010).

O FASB e o IASB sugerem que o processo mais eficiente e eficaz para a aplicação das características qualitativas é: primeiro, identificar o fenômeno econômico que tenha o potencial para ser útil aos usuários da informação financeira; segundo, identificar o tipo de informação sobre o fenômeno que seria mais relevante caso esteja disponível e possa

ser representada fielmente; e terceiro, determinar se essa informação está disponível e pode ser representada fielmente (FASB, 2010; IASB, 2010). A aplicação das características qualitativas fundamentais deve ser iniciada pela relevância, pois é considerada essencial e cuja ausência já deveria interromper a atividade de divulgação da informação. Atendida a relevância, a próxima característica a ser atendida é a representação fiel. No entanto, é relevante que ambas as características estejam presentes conjuntamente na informação para que essa seja considerada útil à tomada de decisão (FASB, 2010). Dessa maneira, espera-se que “[...] nenhuma representação fiel de um fenômeno irrelevante e nenhuma representação infiel de um fenômeno relevante [...]” sejam divulgadas pela contabilidade (IASB, 2010, p. 19).

Para a aplicação das características qualitativas de melhoria recomenda-se que essas devam ser maximizadas na medida do possível, pois auxiliam na melhoria da utilidade da informação. Todavia, individualmente ou em grupo, essas características não têm a capacidade de tornar a informação útil se esta for irrelevante ou não for representada fidedignamente (WELLS, 2011).

2.2 Características qualitativas da informação contábil

O conjunto das características qualitativas da informação contábil surgiu pela primeira vez no relatório ASOBAT (AAA, 1966). No entanto, há relatos individuais de algumas características na literatura contábil americana inicial, como a confiabilidade, abordada por Sanders, Hatfield e Moore (1938), que tentaram estabelecer princípios e normas para a contabilidade, e determinaram que as transações do negócio deveriam ser escrituradas com registro histórico confiável. Também, pode-se citar Paton e Littleton (1940, p. 18) os quais indicaram que “evidências verificáveis e objetivas” eram elementos importantes e necessários para que a contabilidade pudesse fornecer informações confiáveis. Essa evidência verificável e objetiva foi descrita pelos autores como aquela “fornecida por documentos autênticos relatando as transações”.

Assim, apesar do ASOBAT ter apresentado uma das contribuições mais importantes da área, não é adequado afirmar que essas características foram uma nova determinação promulgada nesse relatório. O que se pode afirmar é que AAA foi

responsável por reunir essas características em seu relatório (BARLEV; HADDAD, 2003).

Apesar de não ser um órgão de normatização contábil, para que as informações pudessem atender as necessidades dos usuários, a AAA denominou as características como “normas da informação contábil”. Nesse sentido, buscou compreender quais características a informação contábil deveria apresentar para ser útil (AAA, 1966). Segundo a AAA (1966), se as normas selecionadas fossem estabelecidas como necessárias e suficientes para a teoria básica da contabilidade, elas auxiliariam no estabelecimento do escopo da contabilidade, e não apenas como ponto de referência para a prática da época.

O relatório ASOBAT representou uma mudança importante no pensamento sobre as teorias contábeis ao dar maior ênfase às normas qualitativas (relevância, quantificabilidade, verificabilidade e livre de viés), e ao ser otimista sobre a possibilidade de uma única teoria para a contabilidade (MOST, 1982). Essas normas foram consideradas um tipo diferente de esforço, pois a ambição dos autores foi além de qualquer estudo que havia sido tentado. Anteriormente os autores tentaram ocupar o campo da informação contábil de modo geral, não se dedicando apenas a parte que poderia ser expressa em termos monetários, nem se limitando a um ou outro conceito (MOST, 1982).

No entanto, algumas críticas foram proferidas em relação ao uso dessas normas, por exemplo, a de que o comitê adotou a característica de relevância como sua norma primária, mas não apresentou como essa norma poderia ser testada (BUCKLEY; KIRCHER; MATHEWS, 1968). Esse autor ainda destacou a importância da formulação de um conjunto preciso de termos fundamentais. O pesquisador considerou que se houvesse alguma falha na definição dos conceitos utilizados não só a comunicação entre contadores estaria dificultada, mas também poderia resultar em algumas fragilidades fundamentais dentro da lógica da estrutura. Essa observação também foi feita mais tarde em relação a outros termos em outras estruturas conceituais, como o termo confiabilidade na SFAC nº 2.

A própria AAA também destacou que havia dificuldades. Depois de avaliar a norma de verificabilidade *versus* relevância, e fazer um dos seus julgamentos mais

importantes (custo histórico *versus* valor corrente), o comitê concluiu que as informações financeiras deveriam demonstrar informações retiradas de ambos os modelos. Esse procedimento foi considerado uma recomendação radical para a época (ZEFF, 1999), pois abria espaço para a relevância se sobrepor à verificabilidade.

Depois do relatório ASOBAT, o APB 4 foi o primeiro documento oficial que reconheceu o papel primordial do objetivo da utilidade e da importância da informação contábil (STAUBUS, 1972 *apud* ERB; PELGER, 2015), considerando que certas qualidades ou características tornavam a informação financeira útil (AICPA, 1970). Esse conjunto de características, os chamados objetivos qualitativos da informação, tinham a função de auxiliar na determinação de quais recursos, obrigações e alterações deveriam ser mensurados e relatados, e como esse processo deveria ocorrer para tornar a informação mais útil (AICPA, 1970).

Os objetivos qualitativos divulgados pelo APB foram relacionados com “os grandes objetivos éticos da verdade, justiça e equidade, que são aceitos como metas desejáveis pela sociedade como um todo”, mas são menos abstratos do que os objetivos éticos e, portanto, poderiam ser aplicados diretamente para a contabilidade financeira (AICPA, 1970, p. 36). Porém, foi destacado no relatório que esses objetivos eram generalizados e que exigiam julgamento para serem utilizados, pois existiam as influências ambientais e a própria falta de compreensão completa desses objetivos.

Ulteriormente ao APB 4, uma estrutura conceitual foi emitida pelo FASB, subdividida em cinco declarações, denominadas Statements of Financial Accounting Concepts (SFAC). As duas primeiras, *Objectives of financial reporting by business enterprises* – SFAC nº 1 (FASB, 1978a) e *Qualitative characteristics of accounting information* – SFAC nº 2 (FASB, 1980a), tiveram impacto generalizado sobre a natureza das três declarações seguintes, *Elements of financial statements of business enterprises* – SFAC nº 3 (FASB, 1980b), *Objectives of financial reporting by nonbusiness organizations* – SFAC nº 4 (FASB, 1980c), e *Recognition and measurement in financial statements of business enterprises* – SFAC nº 5 (FASB, 1984a). Depois dessas, o FASB emitiu mais três declarações: SFAC nº 6 – *Elements of financial statements* (FASB, 1985a), que substituiu a SFAC nº 3 e alterou a SFAC nº 2; a SFAC nº 7 – *Using cash flow information and present value in accounting measurements* (FASB, 2000); SFAC nº 8 –

Conceptual framework for financial reporting (FASB, 2010), que substituiu as SFAC n° 1 e n° 2.

No momento da publicação da SFAC n° 2, um dos pontos discutidos e apresentados foi o rol de características qualitativas que as informações contábeis deveriam apresentar para serem consideradas úteis. Essas características foram separadas em duas hierarquias em relação às qualidades específicas para o usuário e as qualidades inerentes à informação (FASB, 1980a). Conforme destacado na SFAC n° 2, a informação não podia ser útil para o usuário se ela não fosse uma informação compreensível. Dessa forma, a característica qualitativa específica para este usuário deveria ser a compreensibilidade. Já em relação às características específicas para a decisão, essas foram subdivididas em primárias, relevância e confiabilidade, e secundárias, comparabilidade e consistência (FASB, 1980a).

Como esse conjunto de declarações foi considerado suficientemente completo para ser aplicado na prática, em situações de escolhas contábeis, a profissão contábil teve a oportunidade de desenvolver um modelo contábil mais consistente e mais lógico (KOEPPEN, 1988). No entanto, Kripke (1989) pareceu discordar que essa estrutura conceitual era completa, afirmando que as declarações, principalmente as SFACs 1, 2 e 6, trouxeram pouca novidade, e que era difícil apoiar a ideia de que essas declarações constituíram uma estrutura conceitual significativa. Seus argumentos se baseavam no fato de que meio século antes George O. May, praticante e escritor contábil, já havia afirmado que a questão mais importante da contabilidade era o custo ou valor, e que este problema ainda não havia sido resolvido. Por conta disso, Kripke (1989) afirmava que a estrutura conceitual proposta pelo FASB não contribuiu em nada para a solução desse problema, visto que o modelo de contabilidade sugerido continuava sendo com base no custo histórico.

A principal justificativa utilizada pelo FASB para a continuidade do uso do custo histórico era a confiabilidade dos dados, em virtude da sua verificabilidade. Por conta disso continuou a ser adotado mesmo depois de os valores de mercado serem apresentados como mais relevantes e de confiabilidade idêntica em pelo menos duas situações. Essas situações eram relacionadas ao valor de mercado para moeda estrangeira e para títulos mobiliários (KRIPKE, 1989).

Já o IASC apresentou sua estrutura conceitual em abril de 1989, declarando o compromisso de reduzir as diferenças existentes ao redor do mundo na preparação e apresentação das demonstrações financeiras, buscando harmonizar as normas e procedimentos contábeis (IASB, 1989). O IASC (1989) considerou ainda que para uma melhor harmonização das normas contábeis, deveria existir uma concentração em se preparar demonstrações financeiras, com o objetivo de fornecer informações úteis para a tomada de decisão (para as quais também determinou um conjunto de características qualitativas).

O conjunto de características qualitativas da informação contábil propostas pelas estruturas conceituais mencionadas estão apresentadas no Quadro 1:

Quadro 1 – Características qualitativas da informação contábil.

Ano	Vigente até	Estrutura conceitual	Características qualitativas da informação contábil	
1966	-	ASOBAT - A Statement of Basic Accounting Theory.	Normas básicas para a informação contábil Relevância Verificabilidade Quantificabilidade Livre de viés	
1970	-	APB Statement 4 - Basic concepts and accounting principles underlying financial statement of business enterprises.	Objetivos da informação Objetivo primário Relevância	
			Objetivos desejáveis Verificabilidade Comparabilidade Compreensibilidade Tempestividade Neutralidade Integralidade	
1972	-	Trueblood committee - Objectives of financial Statements.	Relevância Confiabilidade Comparabilidade Consistência Compreensibilidade Livre de viés Essência sobre a forma	
1980	1984	SFAC No. 2 - Qualitative characteristics of accounting information – FASB.	Qualidade específica do usuário Compreensibilidade	
			Qualidades específicas da decisão	
			Qualidade primária Relevância Valor preditivo Valor confirmatório Tempestividade Confiabilidade Verificabilidade Neutralidade Representação fiel	Qualidade secundária Comparabilidade e consistência Materialidade

			Qualidade específica do usuário	
			Compreensibilidade	
			Qualidades específicas da decisão	
			Qualidade primária	Qualidade secundária
1980	1984	SFAC No. 6 - Elements of financial statements.	Relevância Valor preditivo Valor confirmatório Tempestividade Confiabilidade Verificabilidade Neutralidade Representação fiel	Comparabilidade e consistência Materialidade
1989	2010	Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements – IASB.	Características qualitativas Compreensibilidade Relevância Valor preditivo Valor confirmatório Materialidade Confiabilidade Neutralidade Representação fiel Integralidade Essência e forma Prudência Comparabilidade	
2010	Presente	SFAC No. 8 – Conceptual framework for financial reporting – FASB.	Características fundamentais Relevância Valor preditivo Valor confirmatório Materialidade Representação fiel Completa Neutra Livre de erro	Características de melhoria Verificabilidade Comparabilidade Compreensibilidade Tempestividade
	Presente	Conceptual Framework for Financial Reporting – IASB.		

Fonte: baseado em (AAA, 1966), (AICPA, 1970), (AICPA, 1973), (FASB, 1980a), (FASB, 1985a), (IASB, 1989), (FASB, 2010) e (IASB, 2010).

Desde a primeira estrutura diversas características foram modificadas, reclassificadas, incluídas e excluídas, como observado no Quadro 1. Essas modificações nas estruturas também são ilustradas na Figura 1:

Figura 1- Evolução das Estruturas Conceituais da Contabilidade.

Etapa/ano	1966	1970	1973	1980-1984	1985-2010	2010-até hoje	1989-2010	2010-até hoje
Etapa 1 – Identificação das principais estruturas conceituais da contabilidade	ASOBAT - A Statement of Basic Accounting Theory	APB Statement 4 - Basic concepts and accounting principles underlying financial statement of business enterprises	Trueblood committee - Objectives of financial Statements	Período FASB			Período IASB	
				SFAC No. 2 - Qualitative characteristics of accounting information	SFAC No. 6 - Elements of financial statements	SFAC No. 8 - Conceptual framework for financial reporting	Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements	Conceptual Framework for Financial Reporting
Etapa 2 – Identificação das características da informação contábil requeridas pelas estruturas conceituais da contabilidade	Primárias/ fundamentais	Relevância	Relevância e materialidade	Relevância Valor preditivo Valor confirmatório	Relevância Valor preditivo Valor confirmatório	Relevância Valor preditivo Valor confirmatório Materialidade	Relevância Valor preditivo Valor confirmatório Materialidade	Relevância Valor preditivo Valor confirmatório Materialidade
		Verificabilidade	Confiançabilidade	Confiançabilidade	Confiançabilidade	Confiançabilidade	Confiançabilidade	Confiançabilidade
	Secundárias/ desejáveis	Quantificabilidade Livre de viés	Integralidade Comparabilidade Compreensibilidade	Comparabilidade e consistência Compreensibilidade Materialidade	Comparabilidade e consistência Compreensibilidade Materialidade	Representação fiel: Completa Neutra Livre de erro	Neutralidade Representação fiel Essência sobre a forma Prudência Integralidade Comparabilidade Compreensibilidade	Representação fiel: Completa Neutra Livre de erro
			Comparabilidade Consistência Compreensibilidade	Comparabilidade e consistência Compreensibilidade Materialidade	Comparabilidade e consistência Compreensibilidade Materialidade	Verificabilidade Comparabilidade Compreensibilidade Tempestividade	Neutralidade Representação fiel Essência sobre a forma Prudência Integralidade Comparabilidade Compreensibilidade	Verificabilidade Comparabilidade Compreensibilidade Tempestividade

Fonte: dados da pesquisa.

⊗ : Exclusão da característica na Estrutura conceitual.

A relevância é a característica requerida por todas as estruturas conceituais listadas no Quadro 1. Essa característica foi apresentada pela primeira vez no ASOBAT (1966) como a norma fundamental entre as quatro normas recomendadas para as informações contábeis. Contudo, esta característica quando apresentada de forma isolada era considerada insuficiente, porém necessária para todas as informações contábeis, visto que nenhuma das outras normas tinha essa supremacia (AAA, 1966).

Nas estruturas conceituais seguintes, a relevância manteve-se em destaque. Permaneceu como: objetivo primário, no APB 4; qualidade primária, na SFAC nº 2; característica principal, na estrutura conceitual do IASC em 1989; e característica fundamental, na estrutura conceitual do FASB/IASB de 2010.

Até o fim da década de 1970, não havia sido definido de que maneira a informação contábil poderia ser considerada relevante. Apenas era afirmado que a “informação contábil relevante auxilia nas decisões econômicas para as quais ela é utilizada” (AICPA, 1970, p. 36). Para esclarecer esta característica, o FASB (1980a, p. 3) relatou que a “informação contábil relevante é a capaz de fazer a diferença em uma decisão, auxiliando os usuários a formar previsões (valor preditivo) sobre os resultados de eventos passados, presentes e futuros ou para confirmar (valor confirmatório) ou corrigir expectativas anteriores”. Definiu ainda que a informação pode fazer a diferença para as decisões, se melhorar a capacidade dos tomadores de decisão de prever ou fornecer *feedback* em expectativas anteriores.

Utilizando esta mesma linha de definição, o IASC (1989) também destacou os papéis preditivos e confirmatórios da informação contábil, sendo que em 2010 foram apresentados como fatores decisivos para a característica de relevância. Considerava-se que a informação para fazer a diferença deveria possuir valor preditivo, valor confirmatório ou ambos (FASB, 2010; IASB, 2010).

Enquanto que a capacidade preditiva auxilia os usuários na avaliação e previsão correta dos resultados de eventos passados, presentes ou futuros das transações, o valor confirmatório é utilizado para realizar avaliações prévias. Esse valor auxilia na confirmação ou correção das avaliações anteriores (*feedback*), sendo a comunicação realizada em tempo hábil (tempestividade). A essas características, foi acrescentada a necessidade da informação apresentar materialidade (a omissão ou a divulgação

distorcida da informação pode influenciar a tomada de decisões pelos usuários sobre a entidade que relata a informação) (IASB, 1989; FASB, 2010; IASB, 2010).

A confiabilidade foi sugerida pelo comitê Trueblood. Na SFAC nº. 2 ela passou a ser uma qualidade primária, junto com a relevância. Também recebeu três atributos: i) verificabilidade (que já fazia parte da estrutura conceitual desde o ASOBAT); ii) neutralidade; iii) a representação fiel. Na estrutura do IASB não havia verificabilidade, mas foram adicionados os atributos integralidade, essência sobre a forma e prudência. Na estrutura de 2010, a confiabilidade foi substituída pela representação fiel, com os atributos completa, neutra e livre de erro.

Para obter a característica de confiabilidade, a informação precisava apresentar fidelidade representacional, ser verificável e neutra (FASB, 1980a). A neutralidade e a verificabilidade, por sua vez, já haviam sido apresentadas pela APB4 como objetivos desejáveis da informação. Compreende-se que:

- a fidelidade na representação significa que há correspondência entre os fatos que aparecem nas demonstrações financeiras e os fatos que se pretendia representar (KOEPPEN, 1988);
- a verificabilidade significa que diferentes observadores experientes e independentes sobre o mesmo fato devem chegar a um consenso geral (KOEPPEN, 1988);
- a neutralidade representa a liberdade de viés, sem influenciar o comportamento do usuário em uma direção em particular ou a um resultado predeterminado (FASB, 1980a).

Quando o IASB adotou a confiabilidade como uma característica principal, ele retirou o termo verificável e, assim, acrescentou a essência sobre a forma e prudência. A essência sobre a forma requeria que as transações fossem contabilizadas e apresentadas de acordo com a sua essência e realidade econômica (IASB, 1989). Já a prudência estava relacionada à inclusão de um grau de precaução nos julgamentos necessários ao trabalho dos preparadores das demonstrações contábeis. Ao fazer as estimativas em casos de incertezas não superestimava os ativos e receitas, nem subestimava os passivos e as despesas (IASB, 1989).

Na publicação da estrutura conceitual do IASB de 2010, a essência sobre a forma foi excluída por ser considerada redundante com a representação fiel (PAULSON GJERDE; HUGHES, 2009). Com a manutenção do termo neutralidade, excluíram a prudência e o conservadorismo como características desejáveis dos relatórios financeiros. Nessas alterações, autores alertaram que o fato poderia prejudicar a utilidade das informações financeiras (PAULSON GJERDE; HUGHES, 2009; HENRY; HOLZMANN, 2011), pois o conservadorismo reduzia a assimetria da informação ao restringir a capacidade do gestor de manipular os relatórios financeiros (LAFOND, WATTS, 2008). Ainda nessas mudanças, o IASB excluiu a característica da integralidade, apresentada apenas na APB 4 e na estrutura conceitual do IASC (1989). Essa característica significava relatar todos os dados contábeis que apresentasse razoavelmente as demais características, no caso da APB 4. Já no caso do IASC, deveria ser apresentada de forma completa dentro dos limites de materialidade e custo.

Juntamente com a relevância, a confiabilidade foi apresentada como a característica qualitativa mais importante da informação contábil. Apesar de pouco tempo de vigência, ambas foram temas de diversos debates, com o principal argumento de que era necessário um *trade-off* entre elas quando se refere aos métodos de mensuração custo histórico e valor justo (ERB; PELGER, 2015).

A substituição do termo confiabilidade pela representação fiel foi considerada uma das decisões mais surpreendentes do projeto de alteração da estrutura conceitual do FASB e do IASB (LENNARD, 2007; WHITTINGTON, 2008) A substituição foi justificada pela mudança de foco dos órgãos normatizadores, passou-se o destaque de custo histórico para o de valor justo. Com o maior uso do valor justo, o conceito de confiabilidade tornou-se inconveniente e sua presença nas estruturas conceituais estimularia críticas às normas que promovem o valor justo. A solução encontrada foi remover os termos problemáticos da estrutura conceitual (O'BRIEN, 2009).

Com base nesse fato, O'Brien (2009) concluiu que a convergência das estruturas conceituais do FASB e do IASB ocorreu, primeiramente, para eliminar os conceitos que não suportavam a direção que o estabelecimento das normas tomava (a contabilidade a valor justo) do que para negociar e acertar as diferenças existentes nas estruturas conceituais. Corroborando com O'Brien (2009), diversos autores afirmam que a remoção completa do termo “confiabilidade” foi uma decisão importante, pois a mudança de

terminologia eliminou a possibilidade de um *trade-off* entre a relevância e a confiabilidade (WHITTINGTON, 2008; BRADBURY, 2008; MARKARIAN, 2014; ZHANG; ANDREW, 2014; SUTTON; CORDERY; VAN ZIJL, 2015).

Contudo, para outros autores, a elevação do termo representação fiel de característica secundária para característica qualitativa fundamental, e a exclusão da característica de confiabilidade gerou desconforto. Isso porque, essa elevação foi considerada um meio para que a contabilidade a valor justo pudesse ser mais utilizada nas normas contábeis (PEASNELL; DEAN; GEBHARDT, 2009) (ZHANG, 2011).

Na consulta pública sobre a nova estrutura conceitual, realizada pelo IASB e pelo FASB, em 2008, a proposta da substituição do termo confiabilidade pela representação fiel tornou-se impopular entre os respondentes, os quais expressaram interesse em manter a confiabilidade como uma qualidade primária das informações contábeis (O'BRIEN, 2009). Como resposta, o IASB argumentou que decidiu sobre a substituição do termo confiabilidade depois que os comentários dos respondentes, estes de diversas consultas públicas sobre as propostas de várias normas, indicaram a falta de um entendimento comum sobre o termo confiabilidade (ZHANG, 2011). Não havia sido possível explicar com sucesso o significado de confiança. Algumas pessoas envolvidas interpretavam confiabilidade como algo verificável, livre de viés, neutro, preciso, representação fiel, ou como alguma combinação desses termos (PAULSON GJERDE; HUGHES, 2009; HENRY; HOLZMANN, 2011). Também alegou-se que esforços adicionais para explicar o significado de confiabilidade poderiam não ser produtivos. Dessa forma, buscaram um termo que transmitisse mais claramente o significado pretendido (O'BRIEN, 2009).

Mas o termo representação fiel não implica uma precisão absoluta na estimativa nem a certeza sobre o resultado (BARTH, 2007, p. 10), mas refere-se a representar com fidedignidade o fenômeno que se propõe representar, ou seja, a realidade econômica, sendo que para isso necessita-se de uma informação completa, neutra e livre de erro.

A característica da verificabilidade foi apresentada inicialmente pela ASOBAT (AAA, 1966, p. 7). Essa característica somente seria alcançada se “duas ou mais pessoas qualificadas examinassem os mesmos dados” e apresentassem as “medidas ou conclusões essencialmente semelhantes”. Na APB 4, a verificabilidade foi apresentada como um objetivo desejável da informação contábil (AICPA, 1970), sendo incluída na estrutura

conceitual do FASB (2010) e do IASB (2010) como uma característica qualitativa de melhoria. Segundo essas estruturas conceituais, a verificabilidade significa que diferentes observadores experientes e independentes podem chegar a um consenso, não necessariamente em completa concordância, e que uma representação em particular é uma representação fiel (IASB, 2010; FASB, 2010).

A característica de compreensibilidade foi inserida pela primeira vez na APB 4 como um objetivo desejável da informação contábil (AICPA, 1970). Na SFAC nº. 2, foi apresentada como qualidade específica do usuário. Na estrutura do IASC (1989), foi apresentada como uma característica principal, passando para característica de melhoria nas estruturas do FASB e IASB, em 2010. A característica representa a qualidade da informação que permite aos usuários compreender seu significado, desde que possuam conhecimento razoável das atividades empresariais, econômicas e de relatórios financeiros, e estudem a informação com razoável atenção (BARTH, 2007; WELLS, 2011).

A compreensibilidade pode ser alcançada na classificação, na caracterização e na apresentação da informação de forma clara e concisa (IASB, 2010; FASB, 2010). No entanto, alguns fenômenos são complexos e não podem ser facilmente compreendidos, o que pode suscitar a exclusão das informações sobre esses fenômenos dos relatórios financeiros. Como consequência, poderia torná-los mais facilmente compreendidos, porém, ao mesmo tempo, poderia tornar os relatórios incompletos e até mesmo distorcidos (IASB, 2010; FASB, 2010).

A característica da comparabilidade, inserida pela APB 4 e mantida às estruturas dos FASB e do IASB de 2010, permite a identificação e a compreensão das similaridades dos itens e as diferenças entre eles, necessitando para isso, no mínimo, dois itens (FASB, 2010; IASB, 2010). No entanto, comparabilidade não significa uniformidade, mas que é necessário que as informações possam ser comparadas com informações semelhantes da mesma entidade, naquele período ou em outro, ou com informações semelhantes de outras entidades (WELLS, 2011).

Porém, Christensen (2010) ressalta que é impossível maximizar todas as características qualitativas de forma simultânea e, conseqüentemente, existe uma procura por *trade-offs*. A relevância e a confiabilidade foram identificadas como os atributos mais

importantes dessas características, no entanto, não é descrito que a escolha ideal devesse ser por este par de atributos (CHRISTENSEN, 2010). Entende-se que outros *trade-offs* também já foram requeridos ou permitidos, como tempestividade e verificabilidade (O'BRIEN, 2009).

Segundo Zhang e Andrew (2014), alguns autores defendem que o reenquadramento das características qualitativas da informação financeira nas estruturas conceituais do FASB e do IASB, em 2010, estabeleceram uma base conceitual para a contabilidade a valor justo, com o objetivo de dominar as abordagens de mensuração dentro das práticas contábeis. Contudo, ainda permaneceram as preocupações sobre a confiabilidade desse tipo de avaliação de mercado.

O que pode ser afirmado é que atualmente o uso do valor justo é recomendado e incentivado por vários órgãos normatizadores, como o IASB, FASB e, até mesmo, pela *Securities and Exchange Commission* (SEC). Para esses órgãos, a recomendação pelo uso do valor justo foi introduzida para aumentar a relevância das informações e melhorar os relatórios financeiros (BARLEV; HADDAD, 2003; LANDSMAN, 2006; EMERSON; KARIM; RUTLEDGE, 2010). Segundo esses autores, pode haver argumentos válidos provenientes daqueles que se opõem a contabilização pelo valor justo, mas a realidade é que o valor justo tende a consolidar-se e sua utilização deve ser ainda mais expandida.

2.3 Evolução histórica do valor justo

Consideramos, no entanto, que a base de todos os cálculos quanto à razoabilidade das taxas a serem cobradas por uma empresa para a manutenção de uma estrada sob sanção legislativa, deve ser o **valor justo** da propriedade que está sendo usada por ela para a comodidade do público (SMYTH vs. AMES *apud* MCCARTY, 1915, p. 10; tradução livre; grifamos).

É na sentença do caso *Smith vs. Ames*, dada pela Suprema Corte dos EUA, em 1898, que são encontrados os primeiros indícios do uso do termo “valor justo” (LEE, 2008). O juiz decidiu a favor dos acionistas das companhias ferroviárias em obter um retorno justo sobre os seus investimentos, e que este valor só poderia ser alcançado se fosse calculado sobre o “valor justo da propriedade” (MCCARTY, 1915).

No momento da decisão não havia uma fórmula para o cálculo desse valor, mas a Suprema Corte completou sua decisão ao afirmar que para determinar o “valor justo da propriedade” era necessário considerar alguns aspectos, como:

[...] o custo original da construção, o montante gasto em melhorias permanentes, a quantidade e o valor de mercado dos seus títulos e ações, o valor presente comparado com o custo original de construção, a capacidade de ganho provável da propriedade sobre taxas prevista pelo estatuto, bem como a soma necessária para atender a despesas operacionais, são questões a serem consideradas em cada caso. Nós não dizemos que não pode haver outros assuntos a serem considerados na estimativa do valor da propriedade [...] (SMYTH vs AMES, 1898 *apud* MCCARTY, 1915, p. 10) (tradução livre).

A determinação desses valores não foi tarefa simples para as companhias, dado que o custo original, por exemplo, deveria ser determinado com base na quantidade de terra, trabalho e materiais envolvidos, e que tais dados poderiam não estar disponíveis nos livros da companhia. Nesse sentido, os dados deveriam ser estimados a partir da história do imóvel ou de outras fontes de informações (MCCARTY, 1915). As companhias passaram anos fazendo o levantamento dos dados em suas propriedades, pois, como o retorno dos seus investimentos seria dado com base nesse valor, era necessário ter um valor mais acurado possível (MCCARTY, 1915).

Em março de 1913, o congresso dos EUA aprovou a Lei Federal de Avaliação, que determinava itens para a apuração do custo das companhias ferroviárias do país, sobre o qual seria pago o retorno justo do investimento realizado pelos acionistas. Segundo McCarty (1915), se fosse utilizado o disposto nessa Lei, juntamente com a jurisprudência de diversos casos, como o *Smith vs Ames* (1898), ou o *Minnesota Rate Cases*, supunha-se que, o que era necessário para determinar o valor justo estava sendo utilizado, sendo portanto, o resultado obtido suficiente para estimar o valor justo.

No entanto, McCarty (1915) criticou o fato de a única maneira dos investidores obterem um retorno justo sobre os seus investimentos era estimando o “valor justo da propriedade”, o qual só poderia ser determinado a partir dos dados estabelecidos pela Lei Federal de Avaliação. Caso não fosse feito dessa forma, alguns resultados importantes poderiam ser omitidos para a determinação desse valor justo. A apuração não deveria ser “controlada por regras artificiais”, pois não era uma questão de fórmula, mas de ter um julgamento adequado de todos os fatos relevantes da companhia (MCCARTY, 1915, p. 15).

A referência a valores atuais para estimar os valores dos ativos foi aceita pelo judiciário, levando a legitimação da prática e adoção pelas empresas nos EUA entre a década de 1920 e 1930 (DEAN; CLARKE, 2010; GEORGIU; JACK, 2011). Contudo, depois da crise de 1929, houve um movimento geral em busca de uma contabilidade mais conservadora. Instituiu-se um movimento longe do uso dos valores correntes, levando ao abandono desse conceito de contabilidade em 1940. Com isso, as práticas de reavaliar ativos imobilizados e o fornecimento de divulgações sobre seus valores atuais foram praticamente extintos dos relatórios financeiros dos EUA. A razão apresentada para essa extinção foi o fato de esses valores fornecerem informações enganosas ao usuário da informação (WALKER, 1992; SEC, 2008 *apud* DE JAGER, 2014a). Como exemplo dessas informações enganosas, citam-se os altos valores atribuídos a minas abandonadas que tinham desabado ou estavam cheias de água, declarações sobre o valor de reservas de minério que não haviam sido sistematicamente avaliadas, ou ainda, altos valores declarados sobre “direitos de água” de um riacho baseado no custo de obtenção de água através do abastecimento da cidade (WALKER, 1992, p. 15).

Já no setor financeiro, os bancos e outras instituições que eram obrigados a divulgar o valor de seus empréstimos e suas participações financeiras a valor de mercado, tiveram os valores de mercado desses ativos diminuídos durante a recessão econômica. Essas instituições foram, de certa forma, obrigadas a relatar perdas, reduzir os seus capitais e empréstimos, o que afetou negativamente as atividades empresariais e intensificou a crise econômica, levando o setor financeiro a substituir o método de avaliação a valor de mercado pelo método a custo histórico (BARLEV; HADDAD, 2003).

Quarenta e seis anos depois do caso *Smith vs Ames* (1898), o tribunal norte americano também rejeitou a doutrina do valor justo no caso da Comissão Federal de Energia *vs Hope Natural Gas* (1944). Foi alegado que o valor justo não poderia servir como base para a regulação das taxas se ele tinha sido tomado como significado de valor de mercado, uma vez que o valor de mercado de qualquer entidade ou suas ações ordinárias dependiam de seus rendimentos ou lucros, os quais dependiam da taxa (KAHN, 1988 *apud* GEORGIU; JACK, 2011), em um processo considerado cíclico.

Já o valor de mercado não foi totalmente extinto da contabilidade nesse período. O *Committee on Accounting Procedure* (CAP) manteve o termo mercado para ativos não

financeiros no seu boletim de 1947, incluindo a avaliação “custo ou mercado, o menor” para os estoques. O CAP afirmou que o valor de mercado não deveria exceder o valor líquido realizável (CAP 1947 *apud* FASB, 1980a). Moonitz (1961) introduziu o conceito de valor de mercado no estudo apresentado à ARS1 (AICPA, 1970), e Sprouse e Moonitz (1962) incluíram o conceito de preço de mercado. Os pesquisadores sugeriram que os títulos negociáveis fossem avaliados ao preço de mercado no estudo ARS 3 (APB, 1962).

Desse modo, nos anos 1960 e 1970, o conceito de valor justo ressurgiu, dessa vez no cenário público, no debate da contabilização das mudanças nos preços devidos à alta inflação registrada nesse período. Mais recentemente, passou a ser utilizado para a mensuração de vários ativos e passivos. Esta passagem de um estágio para outro, e a própria inclusão desse método de avaliação na contabilidade, pode ter ocorrido sem uma devida reflexão teórica (SEBASTIAN; DĂNUȚ; MARIA, 2014). Não foram consideradas as características peculiares de cada cenário, bem como não foi realizada uma reflexão adequada para os debates sobre os assuntos que precederam essa adoção (DEAN; CLARKE, 2010), como a qualidade, relevância, confiabilidade e até mesmo a compreensibilidade da informação a valor justo.

Analisando a história, o valor justo, no início da era das ferrovias, nos EUA, na década de 1890, foi traduzido de cálculo de propósito específico para a determinação do valor das propriedades, para uma prática contábil em empresas privadas na década de 1920. Posteriormente, veio ao cenário público para reconhecer os efeitos da inflação nas demonstrações financeiras e, por fim, chegou ao status de método de mensuração de ativos e passivos (DEAN; CLARKE, 2010). Tornou-se personagem marcante na crise financeira global (a partir de 2008), chegando a ser considerado o culpado pela crise.

Ainda que possa existir a percepção de que o valor justo é algo novo, observa-se que ele já existe como método de avaliação há mais de um século, desde o caso *Smyth v Ames*, em 1898.

2.3.1 Regulamentação do valor justo na contabilidade

A transição do valor justo entre os tribunais e a contabilidade fez com que sua introdução como modelo de avaliação de ativos e passivos, na década 1960, ocorresse em

várias normas de forma fragmentada e dispersa. (MILLER; BAHNSON, 2007 *apud* SHANKLIN; HUNTER; WILHELMS, 2010). Já nas normas internacionais de contabilidade, até a década de 1990, o valor justo era somente utilizado como um método de avaliação para determinadas operações e instrumentos financeiros, não sendo considerado um modelo de avaliação geral de ativos e passivos (CRISTEA, 2015).

Durante a década de 1990, vários episódios contribuíram para o aumento da importância e da consolidação desse método de avaliação nos relatórios financeiros, primeiramente, das instituições financeiras e mais tarde para as demais empresas. Como exemplos, podem ser citados: a incapacidade da contabilidade a custo histórico refletir a saúde financeira e a viabilidade das instituições financeiras; os problemas de insuficiência de capital de muitos bancos durante o final dos anos 1980 e início dos anos 1990; e o apoio da SEC à contabilidade a valor justo e os próprios pronunciamentos do FASB que exigiam a adoção da contabilidade a valor justo para grandes instituições financeiras (CORNETT; REZAEE; TEHRANIAN, 1996).

A primeira norma contábil do FASB que referenciou o valor justo foi a *Financial Accounting Standards* nº 8 (FAS 8) – *Accounting for the Translation of Foreign Currency Transactions and Foreign Currency Financial Statements* (FASB, 1975a). Essa norma recomendava que os ativos e passivos de uma operação realizada no exterior deveriam ser ajustados ao seu valor justo na data da aquisição. Em dezembro do mesmo ano, o valor justo foi citado como um método alternativo de mensuração de valores mobiliários negociáveis em empresas industriais na SFAS nº. 12 - *Accounting for Certain Marketable Securities* (FASB, 1975b).

Depois dessas normas, o valor justo foi citado em várias outras normas do FASB:

- SFAS nº. 15 – *Accounting by Debtors and Creditors for Troubled Debt Restructurings* (FASB, 1977a);
- SFAS nº. 19 – *Financial Accounting and Reporting by Oil and Gas Producing Companies* (FASB, 1977b);
- SFAS nº. 23 – *Inception of the Lease an amendment of FASB Statement No. 13* (FASB, 1978b);
- SFAS nº. 28 – *Accounting for Sales with Leasebacks an amendment of FASB Statement No. 13* (FASB, 1979a);

- SFAS n°. 26 – Profit Recognition on Sales - Type Leases of Real Estate an amendment of FASB Statement No. 13 (FASB, 1979b);
- SFAS n°. 35 – Accounting and Reporting by Defined Benefit Pension Plans (FASB, 1980d);
- SFAS n°. 38 – Accounting for Preacquisition Contingencies of Purchased Enterprises an amendment of APB Opinion No. 16 (FASB, 1980e);
- SFAS n°. 39 – Financial Reporting and Changing Prices - Specialized Assets - Mining and Oil and Gas a supplement to FASB Statement No. 33 (FASB, 1980f);
- SFAS n°. 40 – Financial Reporting and Changing Prices: Specialized Assets – Timberlands and Growing Timber a supplement to FASB Statement No. 33 (FASB, 1980g);
- SFAS n°. 41 – Financial Reporting and Changing Prices: Specialized Assets - Income-Producing Real Estate a supplement to FASB Statement No. 33 (FASB, 1980h);
- SFAS n°. 45 – Accounting for Franchise Fee Revenue (FASB, 1981);
- SFAS n°. 60 – Accounting and Reporting by Insurance Enterprises (FASB, 1982a);
- SFAS n°. 63 – Financial Reporting by Broadcasters (FASB, 1982b);
- SFAS n°. 65 – Accounting for Certain Mortgage Banking Activities (FASB, 1982c);
- SFAS n°. 67 – Accounting for Costs and Initial Rental Operations of Real Estate Projects (FASB, 1982d);
- SFAS n°. 72 – Accounting for Certain Acquisitions of Banking or Thrift Institutions an amendment of APB Opinion No. 17, an interpretation of APB Opinions 16 and 17, and an amendment of FASB Interpretation No. 9 (FASB, 1983);
- SFAS n°. 80 – Accounting for Futures Contracts (FASB, 1984b);
- SFAS n°. 88 – Employers’ Accounting for Settlements and Curtailments of Defined Benefit Pension Plans and for Termination Benefits (FASB, 1985b);

- SFAS n°. 90 – Regulated Enterprises - Accounting for Abandonments and Disallowances of Plant Costs an amendment of FASB Statement No. 71 (FASB, 1986);
- SFAS n°. 93 – Recognition of Depreciation by Not-for-Profit Organizations (FASB, 1987a);
- SFAS n°. 96 – Accounting for Income Taxes (FASB, 1987b);
- SFAS n°. 98 – Accounting for Leases: Sale-Leaseback Transactions Involving Real Estate; Sales-Type Leases of Real Estate; Definition of the Lease Term; Initial Direct Costs of Direct Financing Leases (FASB, 1988);
- SFAS n°. 102 – Statement of Cash Flows - Exemption of Certain Enterprises and Classification of Cash Flows from Certain Securities Acquired for Resale an amendment of FASB Statement No. 95 (FASB, 1989a);
- SFAS n°. 104 – Statement of Cash Flows - Net Reporting of Certain Cash Receipts and Cash Payments and Classification of Cash Flows from Hedging Transactions an amendment of FASB Statement No. 95 (FASB, 1989b);
- SFAS n°. 106 – Employers’ Accounting for Postretirement Benefits Other Than Pensions (FASB, 1990);
- SFAS n°. 107 – Disclosures about Fair Value of Financial Instruments (FASB, 1991);
- SFAS n°. 110 – Reporting by Defined Benefit Pension Plans of Investment Contracts an amendment of FASB Statement No. 35 (FASB, 1992a);
- SFAS n°. 113 – Accounting and Reporting for Reinsurance of Short-Duration and Long-Duration Contracts an amendment of FASB Statement No. 60 (FASB, 1992b);
- SFAS n°. 114 – Accounting by Creditors for Impairment of a Loan an amendment of FASB Statements No. 5 and 15 (FASB, 1993a);
- SFAS n°. 115 – Accounting for Certain Investments in Debt and Equity Securities (FASB, 1993b);
- SFAS n°. 116 – Accounting for Contributions Received and Contributions Made (FASB, 1993c);

- SFAS n°. 117 – Financial Statements of Not-for-Profit Organizations (FASB, 1993d);
- SFAS n°. 118 – Accounting by Creditors for Impairment of a Loan-Income Recognition and Disclosures an amendment of FASB Statement No. 114 (FASB, 1994a);
- SFAS n°. 119 – Disclosure about Derivative Financial Instruments and Fair Value of Financial Instruments (FASB, 1994b);
- SFAS n°. 121 – Accounting for the Impairment of Long-Lived Assets and for Long-Lived Assets to Be Disposed Of (FASB, 1995a);
- SFAS n°. 122 – Accounting for Mortgage Servicing Rights an amendment of FASB Statement No. 65 (FASB, 1995b);
- SFAS n°. 123 – Accounting for Stock-Based Compensation (FASB, 1995c);
- SFAS n°. 124 – Accounting for Certain Investments Held by Not-for-Profit Organizations (FASB, 1995d);
- SFAS n°. 125 – Accounting for Transfers and Servicing of Financial Assets and Extinguishments of Liabilities (FASB, 1996a);
- SFAS n°. 126 – Exemption from Certain Required Disclosures about Financial Instruments for Certain Nonpublic Entities an amendment of FASB Statement No. 107 (FASB, 1996b);
- SFAS n°. 128 – Earnings per Share (FASB, 1997a); SFAS n°. 130 – Reporting Comprehensive Income (FASB, 1997b);
- SFAS n°. 133 – Accounting for Derivative Instruments and Hedging Activities (FASB, 1998), sendo consolidado sua forma de mensuração e apresentação na SFAS n°. 157 – Fair Value Measurements (FASB, 2006).

Nas normas do IASB, o valor justo foi tratado como: IAS n°. 16 – Property, Plant and Equipment (IASC, 1993); IAS n°. 18 – Revenue (DELOITTE GLOBAL SERVICES LIMITED, 2017a); IAS n°. 20 – Accounting for Government Grants and Disclosure of Government Assistance (IASC, 1983); IAS n°. 22 – (DELOITTE GLOBAL SERVICES LIMITED, 2017b); IAS n°. 32 – Financial Instruments: Presentation (IASC, 2000); IAS n°. 39 – Financial Instruments: Recognition and Measurement (EUROPEAN COMMISSION, 2011); IAS n°. 40 – Investment Property (IASC, 2001a); IAS n°. 41 –

Agriculture (IASB, 2001b); IFRS n.º 7 – Financial Instruments: Disclosures (IASB, 2001), sendo consolidadas na IFRS n.º 13 – Fair Value Measurement (IASB, 2011).

A SFAS n.º 133 (FASB, 1998) marcou uma fase importante na promoção da contabilidade a valor justo. A norma estabeleceu uma estrutura abrangente para padronizar a contabilização dos derivativos e atividades de *hedge*, determinou que os derivativos fossem apresentados no balanço patrimonial ao seu valor justo e que as mudanças ocorridas nesse valor fossem reconhecidas na demonstração de resultado.

No final de 2006 e início de 2007, o FASB adicionou duas importantes novas normas à discussão do tema valor justo, a SFAS n.º 157 - *Fair Value Measurements* (FASB, 2006) e a SFAS n.º 159 - *The Fair Value Option for Financial Assets and Financial Liabilities* (FASB, 2007). Essas normas tinham como objetivos fornecer maior consistência e comparabilidade na mensuração do valor justo, requerer uma maior divulgação sobre a mensuração desses valores e melhorar os relatórios financeiros, reduzindo a volatilidade no resultado causado pela mensuração de forma diferente entre ativos e passivos (EMERSON; KARIM; RUTLEDGE, 2010; GOH et al, 2015).

A SFAS n.º 157 (FASB, 2006) foi considerada a principal norma que afetou as contas do balanço patrimonial que requeriam ou permitiam a mensuração a valor justo por meio de outras normas. A norma foi baseada na crença de que os valores correntes (como era chamado o valor justo) eram mais relevantes para a tomada de decisões que o custo histórico (WOLK; DODD; ROZYCHI, 2008). Nesse sentido, a norma foi a base para o IASB elaborar a IFRS n.º 13 - *Fair value measurement* (IASB, 2011), a qual foi emitida em 2013 e teve como objetivo consolidar todas as normas do IASB sobre valor justo em uma única norma.

No que concerne às definições de valor justo, uma das primeiras definições apresentadas ocorreu na SFAS n.º 13 - *Accounting for leases* (FASB, 1976 p. 4, tradução livre), que definiu o valor justo como “o preço pelo qual a propriedade poderia ser vendida em uma transação de condições normais entre partes não relacionadas”.

Mais tarde, na SFAS n.º 67, de 1982, foi apresentada uma definição mais ampla de valor justo. O valor justo era compreendido como “o montante em dinheiro ou outro valor equivalente a dinheiro, considerando o que uma parcela de bens imóveis renderia em uma venda atual entre um comprador disposto e um vendedor disposto (ex. preço de

venda), isto é, exceto em uma venda ou liquidação forçada” (FASB, 1982d, p. 11, tradução livre).

Já no início da década de 1990, o FASB apresentou uma nova ampliação para o conceito de valor justo, determinando que a melhor evidência de valor justo dos instrumentos financeiros era o “preço de mercado”. Na falta desse preço de mercado, poderia ser utilizado “preço de mercado de instrumentos financeiros com características semelhantes”, ou ainda “estimativas de preços de mercado com base em modelos de precificação” (FASB, 1991, p. 7). Por meio desse aspecto, deu-se início a discussão sobre a determinação dos níveis de valor justo, que foram apresentados mais tarde na SFAS nº. 157.

Devido às variações que surgiram para o termo valor justo, como valor de mercado, valor presente, marcação a mercado, a partir da norma SFAS nº. 115 (FASB, 1993b) o FASB declarou que o termo valor justo também seria utilizado para valor de mercado (SEBASTIAN; DĂNUȚ; MARIA, 2014). Essa declaração surgiu com o objetivo de evitar dúvidas entre os termos, pois alguns haviam entendido que o uso valor de mercado era somente para itens negociados em mercados secundários ativos, por exemplo, nos mercados de câmbio, o que não era a intenção do FASB (FASB, 1993b). Outro objetivo dessa declaração foi de ser consistente com a terminologia que já estava sendo utilizada na SFAS nº. 107 e também por outros órgãos de normatização contábil (FASB, 1993b). Além disso, o conceito de valor justo era mais amplo do que o conceito de valor de mercado.

2.3.2 Valor justo na atualidade

As normas da contabilidade tratam o valor justo na SFAS nº. 157 (nos EUA) e na IFRS 13. Ambas apresentam três componentes principais sobre o tema: i) definição do valor justo; ii) estabelecimento de uma estrutura para a mensuração do valor justo de ativos e passivos; e iii) ampliação das exigências de informações a serem divulgadas a valor justo para permitir aos usuários das demonstrações financeiras a avaliação dos dados utilizados na mensuração (FASB, 2006; IASB, 2011).

O valor justo foi definido como “o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação normal entre participantes do mercado na data da mensuração” (FASB, 2010, p. 2; IASB, 2010). Já para a mensuração foi orientada a utilização de informações que pudessem ser obtidas de várias fontes, as quais poderiam variar quanto ao nível de confiabilidade – que refere-se ao grau de garantia suscetível de ser obtido através da verificação de que a informação representa fielmente o que se propõe representar –, e quanto aos métodos e técnicas de avaliação utilizados na mensuração (FORNARO; BARBERA, 2007).

As várias técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo, como as abordagens de mercado, de renda ou de custo, necessitam de dados que podem ser observáveis ou não observáveis por esses participantes (FASB, 2010). Os dados observáveis são os que refletem os pressupostos que os participantes do mercado utilizariam para precificar um ativo ou um passivo, desenvolvido com base em dados de mercado e obtidos a partir de fontes independentes da entidade que relata a informação. Já dados não observáveis são os que refletem os próprios pressupostos da entidade que está relatando a informação, sobre as premissas que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou o passivo, e desenvolvido com base nas melhores informações disponíveis na data.

Os órgãos normatizadores recomendaram que fosse maximizado o uso de dados observáveis e minimizado o uso de dados não observáveis. Os dados não observáveis destinam-se a realização de mensurações em situações em que não há atividades suficientes no mercado para a determinação dos valores, e dificultando a confirmação dos dados pelos usuários da informação. Essa recomendação dos normatizadores foi justificada na convicção de que os preços cotados em mercados ativos fornecem evidências mais confiáveis do valor justo (GOH et al., 2015).

Quando dados não observáveis são utilizados, a entidade que está relatando deve utilizar as melhores informações que ela dispõe no momento. Essas informações devem referir-se às estimativas que os participantes do mercado utilizariam na determinação do preço do ativo ou do passivo, incluindo suposições sobre o risco, por exemplo, o risco inerente aos modelos de precificação utilizados para mensurar o valor justo (FASB, 2006; IASB, 2011).

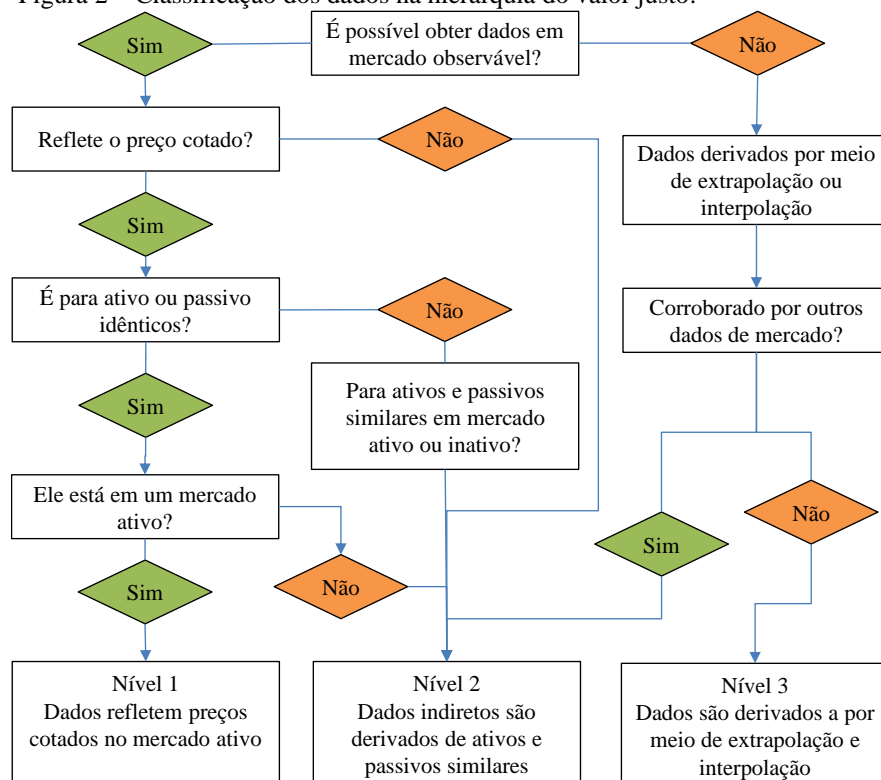
Já com o objetivo de aumentar a consistência e a comparabilidade na mensuração do valor justo, foi estabelecida uma hierarquia de três níveis para os dados utilizados nas técnicas de avaliação. Com isso, busca-se dar maior prioridade para preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, e menor prioridade para valores mensurados a partir de dados não observáveis (IASB, 2011). Os insumos observáveis foram classificados como Nível 1 e Nível 2, com o cuidado de que não fossem realizados ajustes significativos no segundo. Já os insumos não observáveis foram classificados no Nível 3. A classificação da hierarquia prioriza os dados utilizados pelas técnicas de avaliação, e não as técnicas de avaliação. Desse modo, se, como exemplo, for utilizada a técnica de valor presente para mensuração a valor justo de determinado ativo, podem ser utilizados dados de Nível 2 ou de Nível 3, dependendo das informações que forem necessárias para a mensuração.

A hierarquia do valor justo foi desenvolvida para servir de guia para que os preparadores das demonstrações financeiras determinassem o valor justo de uma forma mais confiável e comparável (KAYA, 2013a), baseada no tipo e no grau de confiabilidade dos dados que são utilizados para mensurar o valor justo (GOH et al, 2015). A hierarquia do valor justo fornece informações úteis aos investidores por minimizar os problemas de assimetria de informações decorrentes do uso de insumos menos confiáveis (Nível 3) (SONG; THOMAS; YI, 2010).

Com relação à hierarquia do valor justo, Laux e Leuz (2010) e Kaya (2013) afirmam que enquanto os dados de Nível 1 estiverem disponíveis, o valor justo fornece pouco espaço para manipulação de dados e, geralmente, fornece informações confiáveis. Quanto aos dados de Nível 2, os autores consideram que a situação fica “interessante”, pois nesse caso a contabilidade a valor justo permite alguma discricção aos preparadores das demonstrações financeiras. Por último, no que diz respeito às entradas de Nível 3, eles consideram que a situação fica “muito interessante”, pois a administração tem considerável discricção na determinação das avaliações.

Para auxiliar na classificação dos níveis corretos dos dados utilizados para a determinação do valor justo, Campbell, Owens-Jackson e Robinson (2008) desenvolveram um fluxograma, apresentado na Figura 2.

Figura 2 – Classificação dos dados na hierarquia do valor justo.



Fonte: Baseado em CAMPBELL; OWENS-JACKSON; ROBINSON, (2008, p. 34).

Os dados do Nível 1 são preços cotados, sem ajustes, em mercados ativos para os ativos e passivos idênticos que a entidade tem acesso na data da mensuração. Considera-se mercado ativo aquele no qual ocorrem transações frequentes e volumes suficientes para o fornecimento de informações de forma contínua sobre os preços (FASB, 2006). Dessa forma, o valor justo Nível 1 é considerado por alguns autores como o menos problemático dos três níveis em relação à confiabilidade da informação (BOYER, 2007).

No entanto, Veron (2008) ressalta que a ideia de que os preços de mercado, quando observáveis, fornecem a melhor indicação possível de valor justo é falho. Além de ser falho, amplia o problema da pró-ciclicidade, pois aumenta a aparente solidez dos balanços no topo do ciclo e o reduz pela mesma medida na parte inferior do ciclo. Como justificativa para este argumento, o autor refere-se a pesquisas econômicas que têm demonstrado ao longo de décadas que os mercados são muitas vezes imperfeitos, “mesmo em tempos normais e mais ainda em períodos de bolhas especulativas ou de pânico coletivo”. Isso acontece, especialmente, por causa da assimetria informacional e

diferenças entre os participantes do mercado em termos de crenças e comportamentos (VERON, 2008).

Ryan (2008) e Masood e Bellalahb (2014) rebateram essa crítica, afirmando que, embora alguns se preocupam com possíveis valores de mercado incorretos, os autores consideram que as mensurações que utilizam dados de mercado puros, ou seja, sem ajustes (Nível 1), são “extremamente confiáveis e equivalente ao nirvana contábil” (RYAN, 2008, p. 1626). Além disso, geralmente são representações fiéis e máxima do valor que pretendem representar, desde que obtidos em mercados líquidos (GRIFFIN, 2014; LAWRENCE; SIRIVIRIYAKUL; SLOAN, 2016).

No Nível 2, os insumos variam entre: i) preços cotados para ativos e passivos similares em mercados ativos; ii) preços cotados para ativos e passivos idênticos ou similares em mercados que não estejam ativos; e iii) dados diferentes dos preços cotados ou dados que não são diretamente observáveis, mas que são derivados ou corroborados por dados de mercado observáveis (FASB, 2006; IASB, 2011). As mensurações do Nível 2 são consideradas “menos que o ideal, mas geralmente ainda bastante confiável”, dependendo da natureza e magnitude das adaptações necessárias (RYAN, 2008, p. 1626). Já Vernon (2008) afirma que as mensurações que utilizam valores de itens semelhantes estão longe de ser o ideal, mas que não justificam uma mudança nas normas, uma vez que não há uma norma alternativa que conduziria a uma melhor contabilidade.

No Nível 3, os dados não são observáveis, o que significa que serão utilizadas informações internas da empresa para estabelecer o valor justo e refletir os pressupostos da empresa relatora em relação aos pressupostos que os participantes do mercado utilizariam na avaliação do ativo ou passivo. Assim, este nível é utilizado quando não há um mercado ativo para ativos e passivos, ou ativos semelhantes. Também quando não há um mercado ativo para não similares para a precificação, o que pode apresentar um maior grau de subjetividade e julgamento na determinação dos valores (FASB, 2006; IASB, 2011).

Estudos têm apresentado evidências de manipulação dos dados que são baseados em estimativas próprias das empresas (Nível 3) para fins de gerenciamento de resultado (ABOODY; BARTH; KASZNIK, 2006). Essas evidências apontam que as estimativas de valor justo podem ser facilmente manipuladas na ausência de um mercado ativo (Nível

1) e que “gestores desonestos são suscetíveis a encontrar na contabilidade a valor justo um meio para manipular o resultado líquido” (BENSTON, 2008, p. 106, tradução livre). Ademais, existem evidências de que os dados não observáveis são determinados subjetivamente pelos gestores que são sujeitos a erros aleatórios, podendo causar distorções significativas nas demonstrações financeiras (RONEN, 2008; KAYA, 2013a). Por fim, no caso do uso de técnicas de avaliação, os pressupostos utilizados podem variar de uma empresa para outra, afetando negativamente a comparabilidade das informações (CHEBAC; ONICA, 2009).

Singh e Doliya (2015) ressaltam que a verificabilidade e a confiabilidade são questões fundamentais para as mensurações baseadas nos Níveis 2 e 3. Para tentar amenizar esses problemas, os órgãos normatizadores exigem que as empresas divulguem informações, tanto quantitativas como qualitativas, mais detalhadas para o valor justo Nível 3 do que o exigido de outros níveis (RIEDL; SERAFEIM, 2011). Essas divulgações adicionais tornam mais transparentes os efeitos dessas mensurações sobre as demonstrações financeiras (RYAN, 2008).

No entanto, mesmo com a divulgação de informações adicionais, a grande maioria dos investidores veem os modelos de precificação de Nível 3 como o último recurso a ser utilizado. Os investidores tendem a preferir referências de preços de mercado quando tais referências existem. Isso porque é preferível uma transação de mercado, mesmo que imperfeita, em princípio, a um modelo interno elaborado pela própria empresa (VERON, 2008).

Já a complexidade e a subjetividade, decorrentes dos dados menos confiáveis, deixam tanto o Nível 2 quanto o Nível 3 sujeitos a uma maior manipulação ou erro de estimação pela administração. Esse contexto aumenta a incerteza dos investidores em relação a essas informações (GRIFFIN, 2014; SINGH; DOLIYA, 2015; BENS; CHENG; NEAMTIU, 2016). Isso contribui para que os usuários se tornem defensores ou opositores da utilização desse método de mensuração (LAUX; LEUZ, 2009). Os defensores argumentam que o valor justo reflete as condições atuais do mercado, fornecem informações úteis (SHANKLIN; HUNTER; WILHELMS, 2010), mais relevantes e compreensíveis para as decisões dos usuários das demonstrações contábeis (BARLEV; HADDAD, 2003; RAMANNA, 2013), em tempo hábil, aumentando a transparência e o incentivo de ações corretivas imediatas. (LAUX; LEUZ, 2009; BENS; CHENG;

NEAMTIU, 2016). Além disso, melhora a comparabilidade das informações (VENKATACHALAM, 1996; NELSON, 1996; ECCHER; RAMESH; THIAGARAJAN, 1996; PARK; PARK; RO, 1999; BARTH; BEAVER; LANDSMAN, 2001; SEOW; TAM, 2002; LANDSMAN, 2007; HASSAN; MOHD-SALEH, 2010; CHRISTENSEN; NIKOLAEV, 2013) e se aproxima da realidade econômica do elemento patrimonial que está sendo mensurado.

Compreende-se, inclusive, que o valor justo: i) agrega valor às decisões da empresa; ii) reduz a complexidade, ressaltando que a implementação é simples para instrumentos financeiros de curto prazo; iii) melhora a comparabilidade, pois permite fornecer valores comparáveis de instrumentos financeiros equivalentes; iv) melhora a neutralidade, pois é determinado por referências externas ou diretamente em valores de mercado, ou ainda na ausência de um mercado ativo para referência, utiliza-se um modelo com base nos parâmetros de dados externos, sendo dessa forma neutro por não ser influenciado pela empresa (CRISTEA, 2015). Também, entende-se que o valor justo é considerado mais preciso e relevante do que a contabilidade de custo histórico na mensuração da atual capacidade da empresa empregar seus recursos, e reflete mudanças nas condições financeiras resultantes de flutuações nas taxas de juros (CORNETT; REZAAE; TEHRANIAN, 1996).

Por fim, os defensores do valor justo também defendem que este fator não é o culpado pela crise financeira (BARTH; LANDSMAN, 2010; LAUX; LEUZ, 2010; PROCHÁZKA, 2011; GRAČANIN; KALAČ, 2011; FRANCIS, 2011; YU, 2014). Porém, teve sua contribuição como mensageiro (WALLACE, 2009; BONACI; MATIS; STROUHAL, 2010).

Já os opositores, em relação ao valor justo, pontuam que: i) não é relevante; ii) os preços podem ser distorcidos pelas ineficiências do mercado, pela irracionalidade dos investidores ou por problemas de liquidez (BARLEV; HADDAD, 2003); iii) os valores de mercado com base em modelos não são confiáveis (WYATT, 1991; BARLEV; HADDAD, 2003; LAUX; LEUZ, 2009); iv) contribuem para os problemas de prociclicidade, agravando as oscilações no sistema financeiro (VERON, 2008; LAUX; LEUZ, 2009; DE JAGER, 2014a); v) chegar no valor “real” é altamente subjetivo (SHANKLIN; HUNTER; WILHELMS, 2010); e vi) sem mercado ativo, seria impossível determinar o valor justo para determinados instrumentos financeiros, o que pode tornar

as demonstrações financeiras enganosas (CULYER, 1993 *apud* SHANKLIN; HUNTER; WILHELMS, 2010).

Nessa perspectiva, afirma-se que o valor justo: i) aumenta a volatilidade dos lucros e do capital por não refletir com precisão a realidade das operações e posições financeiras da empresa; ii) causa aumento do custo de capital das entidades pela falta de informações sobre os efeitos do valor justo no desenvolvimento dos negócios, aumentando as incertezas e causando distorções nos preços (CORNETT; REZAEI; TEHRANIAN, 1996; CHEBAC; ONICA, 2009; CRISTEA, 2015); iii) a falta de confiabilidade aumenta excessivamente a subjetividade nas mensurações de Nível 2 e Nível 3, principalmente, pelo uso de informações que nem sempre são baseadas em transações reais, mas em modelos que dependem de expectativas e projeções da administração (HITZ, 2007); iv) leva os preparadores das demonstrações financeiras a usarem a “imaginação” e determinarem preços hipotéticos (KAYA, 2013, p. 57).

Muitas das preocupações levantadas sobre contabilidade a valor justo também dizem respeito à suposição rigorosa de mercados eficientes, mesmo sob condições pelas quais essa eficiência não existe ou é improvável de existir (SUTTON; CORDERY; VAN ZIJL, 2015). Assim, o valor justo está sujeito às mesmas formas de manipulação de gestão que se destina a corrigir, ou seja, ele pretende corrigir problemas de gestão, mas acaba por servir para o gerenciamento de resultados (POWER, 2010).

Alguns autores ainda culpavam a contabilidade a valor justo pela distorção dos resultados financeiros e das decisões empresariais durante a crise financeira de 2007. Acreditavam que as regras de avaliação do valor justo produziram resultados inconsistentes que não refletiam a realidade, levando as empresas a parecerem mais saudáveis do que eram (MAGNAN, 2009; SHANKLIN; HUNTER; WILHELMS, 2010; MALA; CHAND, 2012; DE JAGER, 2014). Nesse mesmo viés, consideravam que o valor justo seria uma ameaça até mesmo para a convergência das práticas contábeis no mundo (MALA; CHAND, 2012).

Também pesa negativamente o fato de os valores justos serem mais difíceis de serem determinados em mercados sem liquidez, onde há um número limitado de operações para obter uma estimativa de valor justo. A ausência de um mercado pleno e abrangente (mercado ativo) para os títulos que estão sendo avaliados pode indicar que o

preço que está sendo pedido é muito alto. Este fator torna difícil para os comerciantes determinarem o que é um valor de mercado adequado para os títulos (WALLACE, 2009).

A possibilidade de estimar o valor justo em mercados em mal funcionamento, seja em mercados em queda ou sem liquidez, que podem fornecer medidas que não representam fielmente seus valores, foi explicitamente excluído como fonte de valor justo na IFRS 13 (SUTTON; CORDERY; VAN ZIJL, 2015). A orientação existente refere-se especificamente a uma operação ordenada, e não a uma transação forçada (IASB, 2011).

Outro ponto que gera fortes debates sobre o valor justo é a sua comparação com o custo histórico. Defensores do custo histórico afirmam que ele é mais confiável que o valor justo. Esse debate é, de certa forma, abrangido por duas palavras: confiabilidade *versus* relevância. No entanto, mesmo que seja fácil identificar as falhas inerentes da contabilidade a valor justo, é menos fácil de identificar um método alternativo que cumpra melhor as características de relevância, confiabilidade, comparabilidade e compreensibilidade (VERON, 2008). O valor justo é, nesse sentido, considerado uma tendência em expansão, por ser considerado o melhor método para a valorização de ativos (CHEBAC; ONICA, 2009).

Por fim, observa-se que o valor justo possui vantagens e desvantagens, das quais algumas dependem da situação econômica. Uma economia com comportamentos fortes de crescimento ou retração poderá influenciar o valor justo dos itens avaliados. O aumento na discricionariedade dos gestores também gera riscos de manipulação de demonstrações. Percebe-se que o valor justo resolveu alguns problemas que existiam antes do seu uso, mas originou outros tantos. Não há indícios de que o debate entre defensores e críticos do valor justo esteja próximo do fim, de modo que resta a necessidade de constantes estudos na busca de aprimoramentos do método, bem como o monitoramento dos efeitos da sua aplicação.

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

Neste capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos adotados no desenvolvimento deste estudo. Na primeira seção, apresenta-se a classificação da pesquisa, e na segunda seção as etapas do desenvolvimento da pesquisa. Na terceira seção, apresenta-se os critérios utilizados para a definição da amostra e, por fim, são apresentadas as técnicas de análise dos resultados na quarta seção.

3.1 Classificação da pesquisa

Esta pesquisa se classifica como de natureza descritiva, apoiada em uma abordagem qualitativa. As pesquisas qualitativas são essencialmente descritivas e aplicadas com o objetivo de explicar a origem, estabelecer relações e causas da existência de um fenômeno. Além disso, são empregadas para deduzir as consequências que esse fenômeno causará no futuro (TRIVINOS, 1987; GIL, 2008).

As pesquisas qualitativas também são caracterizadas pela preocupação com o processo tanto quanto com os resultados e o produto final. Entende-se que a investigação do fenômeno ocorre “em sua estrutura íntima, latente, inclusive não visível ou observável à simples observação ou reflexão” (TRIVINOS, 1987, p. 129), com o intuito de identificar suas relações e avançar no conhecimento de seus aspectos.

O objetivo proposto neste estudo busca um resultado mais abrangente do que uma simples descrição das percepções de pesquisadores sobre as informações contábeis a valor justo. Propõe-se compreender como as informações geradas a partir do método de valor justo têm atendido as características das informações requeridas pelas estruturas conceituais ao longo da história.

Para tanto, esta pesquisa se caracteriza como pesquisa bibliográfica, por possibilitar um amplo alcance de informações e a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações (GIL, 2010). Esses procedimentos têm sido utilizados em pesquisas descritivas ou exploratórias, que são aquelas nas quais o objeto estudado ainda é pouco conhecido (LIMA; MIOTO, 2007).

A pesquisa bibliográfica abrange a bibliografia disponível sobre o tema que está sendo estudado, como boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas e teses (MARCONI; LAKATOS, 2003) e, principalmente, de livros e artigos científicos (GIL, 2010). Não se trata de mera repetição do que já foi estudado sobre determinado tópico, mas o exame de um tema sob outro enfoque ou abordagem, proporcionando novas conclusões (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 183), as quais condizem com a finalidade desta tese.

3.2 Etapas do desenvolvimento da pesquisa e técnicas de análise dos dados

A pesquisa foi desenvolvida em cinco etapas, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – Etapas do desenvolvimento da pesquisa.

Etapas da pesquisa	Descrição
1	Levantamento das principais estruturas conceituais da contabilidade.
2	Identificação das características da informação contábil requeridas pelas estruturas conceituais da contabilidade.
3	Identificação dos estudos científicos que analisaram as características qualitativas das informações a valor justo.
4	Análise dos resultados dos estudos identificados na Etapa 2 e 3.
5	Discussão dos resultados identificados na Etapa 4.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Na primeira etapa do desenvolvimento da pesquisa, foram identificadas as Estruturas Conceituais da Contabilidade nas quais constam as características qualitativas das informações contábeis. Na segunda etapa, foram identificadas as características da informação contábil nessas estruturas conceituais apontadas como necessárias para que as informações contábeis fossem/sejam consideradas úteis para os usuários. Na terceira etapa, foram identificados os estudos científicos que analisaram como as características qualitativas estavam sendo aplicadas nas informações geradas a partir do método do valor justo. Na quarta etapa, foram analisados os resultados dos estudos obtidos na Etapa 3. Por fim, na Etapa 5, foram discutidos os resultados obtidos na Etapa 4, com o intuito de responder ao objetivo geral da pesquisa.

Para atender a Etapa 4 da pesquisa, as características das informações contábeis foram separadas em “Essenciais” e “Complementares”. Essas características foram denominadas como Características Qualitativas e de Melhoria, respectivamente, tanto pelo IASB como pelo FASB, chegando ao conjunto de características apresentado no Quadro 1.

3.3 Definição da amostra e seleção do material

Mesmo nas pesquisas qualitativas enfrenta-se o problema da amostragem que consiste na escolha de casos a serem analisados, pessoas a serem entrevistadas, ou até mesmo na decisão de quais os tipos mais adequados de documentos devem ser analisados (FLICK, 2009). No entanto, na pesquisa qualitativa, ao contrário da pesquisa quantitativa, não há a preocupação de que a amostra tenha representatividade numérica do grupo pesquisado. A preocupação está em compreender com profundidade um determinado grupo social, uma organização, uma instituição, uma trajetória, um tema etc. (GOLDENBERG, 2011).

A amostra deve ser representativa no sentido de ser capaz de demonstrar a relevância do fenômeno que se quer estudar, incluindo não somente casos, pessoas, documentos centrais ou fundamentais à questão pesquisada. Espera-se incluir também casos extremos ou de intensidades diferentes, orientada para uma amostra heterogênea que permita o máximo possível de comparações e saturação dos dados (FLICK, 2009).

Para orientar a coleta de dados foram definidos parâmetros que orientam o trabalho do pesquisador. Os parâmetros determinados para esta tese são apresentados no Quadro 3.

Quadro 3 – Parâmetros para a seleção do material.

Principais fontes estudadas	Parâmetro linguístico	Parâmetro cronológico	Parâmetro temático
Artigos científicos	Português Inglês Espanhol	Período disponível para pesquisa por meio de bases de dados	Teoria da Contabilidade Estrutura conceitual Valor justo Características da informação

Fonte: Adaptação a partir de Lima e Miotto (2007).

Os documentos coletados com base nesses parâmetros formaram o chamado *corpus* de materiais. Esse nome refere-se ao conjunto de dados na pesquisa qualitativa (FLICK, 2009).

O *corpus* desta pesquisa foi construído com base em artigos científicos publicados no âmbito nacional e internacional que apresentaram como objeto de estudo a contabilidade a valor justo e as características qualitativas da informação contábil. Para a seleção dos artigos científicos utilizou-se o processo de revisão sistemática da literatura,

a qual orienta de forma sistematizada a busca pelos materiais em bases de dados que disponibilizam grandes quantidades de artigos científicos.

Inicialmente, o tema central desta pesquisa foi definido como: “características das informações contábeis a valor justo”. Para a busca dos artigos relacionados a esse tema, nas bases de dados foram determinadas as seguintes palavras-chave: "*fair value*", "*market value*", "*mark-to-market*" e "*value relevance*".

O passo seguinte foi a definição das bases de dados para a busca dos artigos. Foram definidas as bases de dados eletrônicas Scopus, EBSCO Host e ScienceDirect. Essas bases foram selecionadas por abrangerem o maior número de periódicos e os principais periódicos da área. No entanto, estudos que foram identificados durante o desenvolvimento do referencial teórico também foram utilizados para compor o *corpus* da pesquisa. A abrangência da consulta nas bases de dados englobou todo o período disponibilizado por cada base, sendo desde 1960 para a Scopus, desde 1899 para a EBSCO Host, e desde 1823 para ScienceDirect, com data limite de dezembro de 2016.

Na base de dados Scopus, a pesquisa foi limitada ao campo *Título do artigo*. As áreas limitadas foram "*Business, Management and Accounting*" e "*Economics, Econometrics and Finance*", do tipo "*Article*", "*Review*" e "*Article in press*", limitando aos artigos que são provenientes de jornais acadêmicos de língua inglesa, espanhola e portuguesa.

A busca na base EBSCO Host foi limitada aos termos no campo *Título*, em textos completos e em jornais acadêmicos de língua inglesa, espanhola e portuguesa. Já na base ScienceDirect, a busca deu-se nos periódicos da área de "*Social Sciences and Humanities*", sub-área de "*Business, Management and Accounting*" e "*Economics, Econometrics and Finance*", limitando a busca dos termos no campo *Título*.

Para uma maior robustez do *corpus* desta pesquisa, também foi realizada a busca por artigos diretamente no site dos principais periódicos de língua inglesa da área da contabilidade (ANEXO A). Nesses periódicos foram realizadas buscas de artigos que apresentaram o termo "*fair value*", "*market value*" e "*mark-to-market*" no título. O período de análise compreendeu todo o período disponibilizado para consulta de cada periódico conta data final em dezembro de 2016.

Esses artigos foram adicionados à busca realizada nas bases de dados e, após esse processo, encerrou-se a busca de artigos para compor a amostra final, resultando em uma amostra total de 1.965 artigos. Assim, os dados (título, resumo, ano de publicação, nome dos autores e local da publicação, periódico) da amostra total foram exportados para uma planilha eletrônica (Excel), na qual, primeiramente, foram eliminados os artigos em duplicidade. Nessa fase foram excluídos 334 artigos, restando 1.631 artigos na amostra.

Dando continuidade ao processo, foram lidos os títulos e os resumos dos estudos com o intuito de identificar o objetivo e determinar os que estavam alinhados com o tema de pesquisa “valor justo” e “características qualitativas da informação contábil”. Nessa etapa foram eliminados 1.044 estudos que não estavam alinhados com o tema de pesquisa, restando uma amostra de 587 estudos. Em seguida, foram identificados os estudos que estavam disponíveis, restando 401 estudos.

Na etapa seguinte foi realizada a leitura das conclusões dessas pesquisas para confirmar o objetivo do estudo apresentado no resumo. Nessa etapa restaram 90 estudos, os quais foram lidos integralmente com o objetivo de eliminar dúvidas que ainda persistiam, principalmente com relação ao objetivo do estudo. Nessa etapa foram eliminados 21 estudos. Os 69 estudos restantes compõem o *corpus* desta pesquisa.

3.4 Procedimentos para análise

Após a construção do *corpus*, foi necessário documentar os dados. Essa documentação compreendeu três etapas: i) catalogação dos dados em planilha eletrônica para identificação das características; ii) edição dos dados; iii) construção do texto (análise dos resultados).

A partir da catalogação dos dados em planilha eletrônica, seguiu-se para a definição das técnicas utilizadas para a análise dos materiais selecionados. No caso da pesquisa bibliográfica, a leitura se apresenta como a principal técnica, pois é através dela que as informações são identificadas e analisadas (LIMA; MIOTO, 2007). Leituras sucessivas dos materiais, principalmente, das análises e das conclusões dos artigos, foram realizadas com o intuito de obter informações ou os dados necessários para a pesquisa. A partir das leituras, e com os dados coletados sobre a aplicação das características

qualitativas às informações geradas a partir do método de mensuração valor justo, procedeu-se a análise dos resultados e as discussões teóricas.

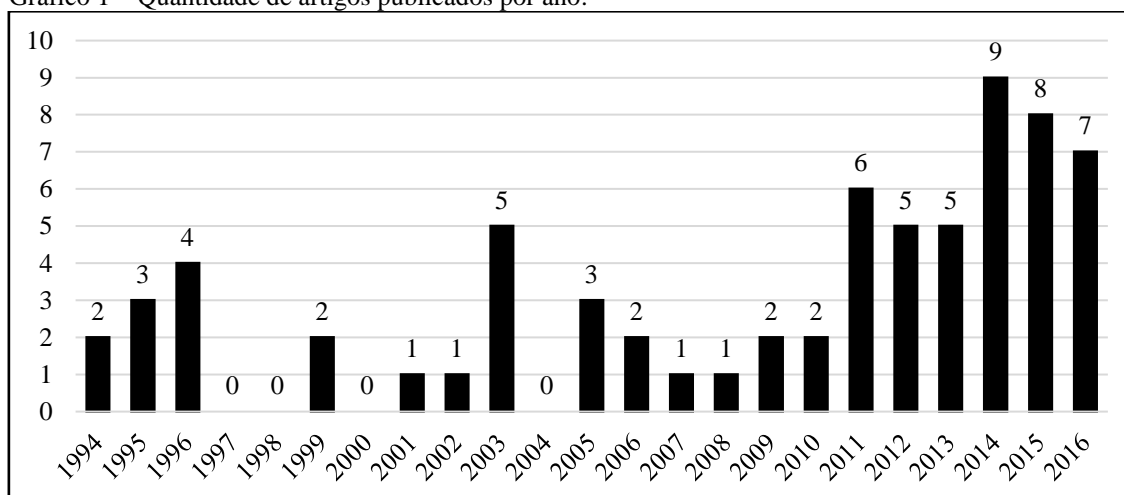
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos dados foi dividida em três partes: perfil do *corpus*; perfil dos dados dos estudos; e os achados dos estudos. Na análise do perfil do *corpus*, são descritas as principais características dos estudos, como periódico e ano da publicação, vínculo institucional dos autores, e país de origem da instituição na qual o autor está vinculado. No perfil dos dados dos estudos, são apresentadas as características qualitativas analisadas, o setor da economia em que o estudo foi desenvolvido, o país em que a amostra foi coletada e o método de pesquisa. Por fim, é apresentada a análise dos achados dos estudos sobre as características qualitativas nas informações geradas a partir do método valor justo.

4.1 Perfil do *corpus*

A amostra é composta por 69 estudos, os quais estão publicados em 39 periódicos diferentes, no período compreendido entre 1994 e 2016, conforme distribuição apresentada no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Quantidade de artigos publicados por ano.



Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se, no Gráfico 1, que os 69 estudos foram publicados em um intervalo de 23 anos (entre 1994 e 2016). Não foram encontradas publicações sobre o tema desta pesquisa nos anos de 1997, 1998, 2000 e 2004. De 1994 até o ano de 2010, as publicações sobre o tema não foram regulares e nem apresentaram tendência de crescimento ou

diminuição. O ano de 1996 foi marcado por publicações que se tornaram referência mundial na pesquisa de valor justo, abrindo caminho para a discussão sobre a relevância das informações a valor justo. Já o período com maior quantidade de publicações é entre os anos de 2011 e 2016, e representam 58% da amostra. Essa maior quantidade de publicações sobre o tema, no período referido, pode estar relacionada à consolidação das estruturas conceituais do FASB e do IASB, que ocorreu em 2010. Também tem relação com o período de pós-crise financeira, na qual o valor justo foi apresentado como um dos possíveis fatores que influenciou, ou causou, a crise financeira.

Os estudos foram publicados em 39 periódicos diferentes, conforme apresentado no Quadro 4. Na primeira coluna, apresenta-se a quantidade de estudos que foram publicados em cada periódico. Na segunda e terceira coluna, são apresentados os países de origem e o nome do periódico. O país de origem do periódico é apresentado de acordo com o portal SCImago Journal & Country Rank, desenvolvido pela Universidade de Granada, na Espanha.

Quadro 4 – Estudos publicados por periódicos.

Q	País	Periódico
9	EUA	The Accounting Review.
5	EUA	Journal of Accounting and Public Policy.
4	Holanda	Journal of Accounting and Economics.
3	EUA	Review of Accounting Studies.
	EUA	Journal of Accounting, Auditing & Finance; Review of Quantitative Finance & Accounting.
2	Austrália	Abacus; Accounting Forum; Australian Accounting Review.
	EUA	Research in Accounting Regulation.
	Reino Unido	Accounting Research Journal; European Accounting Review; Journal of Accounting & Finance; Journal of Business Finance & Accounting.
1	Reino Unido	British Accounting Review; International Journal of Emerging Markets; Journal of Accounting Research; Journal of Banking Regulation; Journal of Behavioral Finance; Journal of Property Investment and Finance; Journal of Risk & Insurance; Review of Accounting and Finance; The International Journal of Accounting.
	EUA	Agricultural Finance Review; Contemporary Accounting Research; International Journal of Business; Journal of Accounting Auditing & Finance; Journal of Asia-Pacific Business; Journal of Management and Governance.
	Brasil	Custos e Agronegócio; Revista Contemporânea de Contabilidade; Revista Universo Contábil.
	Malásia	Asian Academy of Management Journal of Accounting and Finance; International Journal of Economics and Management.
	Sérvia	Journal of Industrial Engineering and Management.
	Singapura	Review of Pacific Basin Financial Markets and Policies.
	Índia	IUP Journal of Accounting Research & Audit Practices.
	Canadá	Accounting Perspectives.
	Espanha	Revista de Contabilidad / Spanish Accounting Review.

Fonte: Dados da pesquisa.

Os 39 periódicos são originários de 11 países diferentes, sendo que só dois países (Reino Unido 13 (33%) e EUA (12 (31%)) concentram 25 (64%) do total dos periódicos. Destaca-se que 14 (36%) periódicos apresentaram mais de uma publicação, concentrando 44 (64%) estudos da amostra. Os 25 (36%) periódicos restantes possuem apenas uma publicação, concentrando os 25 (64%) estudos restantes. O periódico *The Accounting Review*, considerado um dos mais antigos e mais importante periódico acadêmico da área da Contabilidade, é o periódico com maior quantidade de publicações, 9 (13%) do total dos estudos.

No Quadro 5 são apresentados os vínculos institucionais dos autores, baseado na instituição acadêmica destacada no estudo. Na primeira e segunda coluna, são apresentados o continente e a quantidade (Q) de instituições por continente, na sequência, o país da instituição e a quantidade (Q) de instituição por país, e por fim, a instituição dos autores e quantidade (Q) de autores por instituição.

Vale ressaltar que o Cazaquistão pertence ao continente asiático e europeu, mas para esta análise foi considerado no continente asiático, por ter a maior parte do seu território pertencente à Ásia.

Quadro 5 – Vínculo institucional dos autores.

Conti- nente	Q	País da instituição	Q	Instituição do autor	Q
América	61	EUA	55	Indiana University; Michigan State University.	4
				DePaul University; Emory University; Harvard University; Stanford University; University of Michigan.	3
				California State University-Fullerton; Columbia University; Fairleigh Dickinson University; Kent State University; Pennsylvania State University; Purdue University; Syracuse University; University of California; University of Florida; University of Houston; University of Houston-Clear Lake; University of Kentucky; University of Missouri; University of New York; University of North Carolina; University of Oklahoma; University of Texas at Austin; University of Iowa.	2
				Bentley University; Boston University; Citadel LLC; Drexel University; Duke University; Federal Reserve Bank of Atlanta; Florida International University; Loyola University New Orleans; Massachusetts Institute of Technology; Missouri University of Science and Technology; Morgan State University; Northwestern University; Ohio State University; Oregon State University; Rice University; Rider University; Sacred Heart University; Texas A&M University; The University of Georgia; University at Albany; University of Connecticut; University of Maryland; University of Rhode Island; University of Rochester;	1

			University of South Florida; University of Washington; University of Wisconsin Oshkosh; Wayne State University.			
			Baruch College–CUNY.	1		
			Brasil	3	Universidade Federal da Paraíba.	8
					Universidade de São Paulo.	4
			Universidade Federal Rural do Semi-Árido.	1		
		Canadá	3	Concordia University; Saint Mary's University; University of Winnipeg.	1	
Europa	21	Inglaterra	5	London Business School; University of Aberdeen.	2	
				Lancaster University; London School of Economics and Political Science; University of Glasgow.	1	
		França	3	EDHEC Business School; ISC Paris School of Management; University of Cergy-Pontoise.	1	
		Itália	3	Bocconi University; University of Padova.	2	
				University of Turin.	1	
		Suécia	2	Gothenburg Research Institute; Jönköping International Business School.	1	
		Alemanha	2	Leipzig Graduate School of Management.	2	
				University of Cologne.	1	
		Holanda	1	University of Amsterdam.	1	
		Portugal	1	University of Aveiro.	4	
		Suíça	1	University of Neuchatel.	1	
		Reino Unido	1	University of Dundee.	3	
Espanha	1	Universidad de Granada.	4			
Finlândia	1	Hanken School of Economics.	2			
Ásia	10	China	2	Guangdong University.	2	
				Tsinghua University.	1	
		Coréia do Sul	2	Ajou University.	1	
				Sungkyunkwan University.	1	
		Índia	1	Indian Institute of Technology Roorkee.	1	
		Israel	1	Hebrew University.	1	
		Kuwait	1	Gulf University.	1	
		Malásia	1	Universiti Kebangsaan Malaysia.	3	
Singapura	1	Singapore Management University.	4			
Taiwan	1	National Yunlin University of Science and Technology.	2			
Oceania	6	Austrália	6	University of Melbourne; University of Western Australia.	2	
				Central Queensland University; Curtin University of Technology; Griffith University; Queensland University of Technology.	1	
África	2	África do Sul	1	University of Cape Town.	1	
		Tunísia	1	Sousse Institute of Management.	1	

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com os dados do Quadro 5, os autores dos estudos da amostra estão vinculados a 100 instituições acadêmicas situadas em 25 países em cinco continentes. Ressalta-se que é no continente americano que está localizada a maior parte dessas instituições, totalizando 61 (61%), seguido do continente europeu, com 21 (21%).

Com relação aos países com maior quantidade de instituições, são destacados os EUA com 55 (55%), a Austrália com 6 (6%), e o Reino Unido com 5 (5%). Brasil, Canadá, França e Itália possuem 3 (3%) cada, e em seguida, Alemanha, Suécia, Coreia

do Sul e China com 2 (2%) cada. Os demais países possuem apenas 1 instituição e representam 14% do total.

4.2 Perfil dos estudos

Os resultados dos estudos sobre as características qualitativas das informações contábeis foram agrupados de acordo com as características analisadas, sendo que alguns estudos analisaram mais de uma, conforme demonstrado no Quadro 6. Os estudos que abordaram mais de uma variável sempre envolveram a relevância e/ou confiabilidade, as quais também poderiam ser envolvidas com outras características. Nesses casos, o estudo foi incluído nos grupos de todas as variáveis estudadas, o que explica o total de características (81) ser diferente do total de estudos da amostra desta pesquisa (69).

Dentro dos grupos das características, os estudos foram novamente segmentados de acordo com o setor da economia, com o intuito de separar o setor financeiro dos demais setores econômicos para uma análise mais consistente. Essa separação é necessária pelo fato de o setor financeiro estar mais familiarizado com o valor justo, mas, principalmente, pela maior representatividade de ativos e passivos avaliados a valor justo.

Quadro 6 – Tema principal dos estudos.

Característica	Setor econômico	1994	1995	1996	1999	2001	2002	2003	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total por setor	Total
Relevância	Financeiro	1	1	4	1		1	1	2	1				1		1	2	4	3	23	46	
	Outros		1		1			2		1	1	1	2		3	3	3	2	2	1		23
Confiabilidade	Financeiro	1	1					2	2					1				1			8	22
	Outros	1	1			1		1				1		1	2	2	1	2	1		14	
Valor preditivo	Financeiro																	1	1	1	3	4
	Outros																	1			1	
Comparabilidade	Financeiro																				0	3
	Outros													1					1	1	3	
Tempestividade	Financeiro																1				1	3
	Outros																			1	1	
Neutralidade	Financeiro															1		1			2	2
	Outros																				0	
Verificabilidade	Financeiro															1					1	1
	Outros																				0	
Total por setor	Financeiro	2	2	4	1	0	1	3	4	1	0	0	0	1	1	2	2	5	5	5	39	
	Outros	1	2	0	1	1	0	3	0	1	1	2	2	1	6	5	4	5	4	3	42	
Total por ano		3	4	4	2	1	1	6	4	2	1	2	2	2	7	7	6	10	9	8	81	81

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados apresentados no Quadro 6, evidenciam que as principais características analisadas foram *relevância* (46 estudos, 57% da amostra) e *confiabilidade* (22 estudos, 27% da amostra). A *relevância* e a *confiabilidade* estão entre as primeiras características abordadas nas pesquisas e continuaram a ser pesquisadas ao longo dos 23 anos da amostra. Apenas no ano de 2001 não foram encontrados estudos sobre *relevância*. Essas informações corroboram com as estruturas conceituais analisadas de que a *relevância* e a *confiabilidade* são apresentadas como os principais critérios para o processo de reconhecimento de um item no balanço patrimonial e na demonstração de resultado.

Outro aspecto evidenciado no Quadro 6 é o setor da economia, analisado nos estudos. Dos 69 estudos da amostra 39 (48%) utilizaram informações contábeis de bancos para suas investigações, sendo que 23 (59%) desses analisaram a *relevância* e 8 (21%) a *confiabilidade*, totalizando 31 (79%). A grande proporção de estudos com informações contábeis de bancos, como amostra de valor justo, pode estar relacionada ao fato de a maior parte dos ativos dos bancos serem ativos financeiros, dos quais muitos são relatados a valor justo. Além disso, os ativos financeiros dos bancos foram os primeiros a exigir a mensuração e a divulgação sob regras do valor justo. Outro fator que contribui para esta amostra de informações contábeis de bancos são os regulamentos do setor, que exigem a divulgação dessas informações. Essa exigência facilita e contribui na obtenção de grandes quantidades de dados em um mesmo banco de dados. Os 42 (52%) estudos restantes utilizaram dados de diversos setores, como imobiliário, público, energético, seguradoras, exploração leiteira e setor extrativista. Preparadores e usuários das demonstrações contábeis, e estudantes foram utilizados como amostra para estudos experimentais, como *proxi* de usuários da informação contábil. Também foram utilizados grupos de empresas listadas em bolsa de valores, sem a separação por setor econômico.

Na Parte I do Quadro 7, são apresentados o ano e a quantidade de estudos publicados, e os países em que os dados foram coletados para a realização dos estudos. Já na Parte II são apresentados os dados consolidados por continente e por país de cada continente, e os percentuais da representatividade dos países, apresentados em relação ao total de 69 estudos.

Quadro 7 – País da coleta dos dados.

Parte I					Parte II							
Ano	Quant	País da amostra	Ano	Quant	País da amostra	Cont	País	Total	%			
1994	2	EUA	2012	2	EUA	América 44 (64%)	EUA	39	57%			
1995	1	Dinamarca		1	Peru		Brasil	4	6%			
	2	EUA		1	França		Peru	1	1%			
1996	4	EUA		1	Diversos		Europa 13 (19%)	Reino Unido	4	6%		
1999	2	EUA	2013	2	Europa	França		2	3%			
2001	1	Reino Unido		2	Brasil	Europa		3	4%			
2002	1	EUA		1	EUA	Dinamarca		1	1%			
2003	5	EUA		1	Taiwan	Espanha		1	1%			
2005	2	EUA		2014	6	EUA		Portugal	1	1%		
2006	1	Austrália	1		África do Sul	Grécia		1	1%			
	1	EUA	1		Brasil	Ásia 4 (6%)	China	1	1%			
2008	1	Reino Unido	1		Reino Unido		Malásia	1	1%			
2009	1	Espanha	2015	5	EUA	Taiwan	1	1%				
	1	Diversos				Jordânia	1	1%				
2010	1	Malásia				1	Portugal	Oceania 2 (3%)	Austrália	2	3%	
	1	EUA				1	China		África 1 (1%)	África do Sul	1	1%
2011	3	EUA				1	Brasil	Diversos 5 (7%)				
	1	Europa	2016	3	Diversos							
	1	Reino Unido		2	EUA							
1	Austrália	1		Jordânia								
		1		França								
Total	33			36		Total		69	100%			

Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se (Quadro 7) que a maior parte das amostras analisadas (39 amostras, 57% do total) nos estudos são procedentes dos EUA, seguido por Reino Unido e Brasil, com 4 amostras (6%) cada. O destaque para os EUA possivelmente ocorre por ter sido o primeiro país a exigir o uso de valor de mercado (atual valor justo) para os instrumentos financeiros, como também pela facilidade de acesso as informações.

O grupo de “diversos”, composto por 5 (7%) amostras, representa as amostras que foram coletadas em bancos de dados, como Google, empresas globais que divulgam seus demonstrativos com base nas IFRS ou que utilizam as normas internacionais de contabilidade pública, sem especificar os países. Já o restante da amostra (15 estudos, 24%) é procedente de outros 12 países dos cinco continentes, tornando bastante diversificado o conjunto da amostra.

4.3 Análise dos achados dos estudos do *corpus*

As características qualitativas da informação contábil consistem em um conjunto de qualidades que as informações devem conter para que sejam úteis aos usuários. Apesar das discussões acerca deste tema já perdurarem aproximadamente um século, uma estrutura conceitual foi estabelecida com maior objetividade pela AAA em 1966, quando foi publicado o ASOBAT. Esse foi um importante marco para a contabilidade, pois se iniciou a fase de maior ênfase ao atendimento das necessidades informacionais dos usuários.

A estrutura conceitual veio sendo modificada com o passar dos anos, com novas versões, qualificações e atualizações. Dentre as diferentes configurações das estruturas conceituais analisadas, características foram inseridas, alteradas e/ou excluídas. Sempre esteve presente o atendimento a todas as características em sua plenitude (AAA, 1966; AICPA, 1970; CHRISTENSEN, 2010; FASB, 2010; IASB, 2010). As próprias características levam a situações que necessitam de *trade-offs* (O'BRIEN, 2009) de modo que é preciso uma hierarquia das características, considerando o grau de importância que para que o conflito entre as características seja atenuado.

Como esse estudo aborda diferentes estruturas conceituais nas quais as mesmas características foram modificadas e reordenadas diversas vezes, a discussão será organizada com base na ordem das características na estrutura em vigor. Entretanto, a discussão da característica será longitudinal às estruturas conceituais.

Nas estruturas conceituais anteriores, a relevância foi considerada o principal objetivo qualitativo da informação contábil, pois a informação era inútil, independentemente de satisfazer as demais características (AICPA, 1970; FASB, 1980). Já na estrutura atual, que vigora desde 2010, a relevância e a representação fiel receberam essa importância quando o FASB (2010) e o IASB (2010) apresentaram que uma informação *deve ser* relevante e representar fielmente aquilo que se propunha a apresentar para que seja considerada útil ao usuário. Complementam ao afirmar que “nem sempre uma representação fiel de um fenômeno irrelevante, nem uma representação infiel de um fenômeno relevante, ajuda os usuários a tomar boas decisões” (FASB, 2010, p. 19, tradução livre).

Mesmo quando uma hierarquia para as características qualitativas não fosse apresentada pelas estruturas conceituais, como no ASOBAT (AAA, 1966), a *relevância* sempre foi apresentada com maior destaque que as demais. A partir de 1973, a *confiabilidade* passou a fazer parte desse conjunto de características, e em conjunto com a *relevância* tornaram-se características fundamentais da informação contábil. Foi também a partir dessa data que foram estabelecidas as características secundárias, as quais vinham reforçar ou limitar as características fundamentais (AICPA, 1973).

4.3.1 Relevância

A relevância é a única característica qualitativa que fez parte de todas as Estruturas Conceituais da Contabilidade analisadas neste estudo. Desde o ASOBAT, é considerada uma das “Normas básicas para a informação contábil” (AAA, 1966), denominada como “característica fundamental das informações contábeis” (FASB, 2010; IASB 2010). Durante este período, a relevância sempre manteve o status de objetivo ou característica primária, ou seja, característica imprescindível para a utilidade da informação contábil.

Nos anos 1980, tanto FASB quanto IASB introduziram atributos à relevância, com o objetivo de melhorar a utilidade da informação. Com a publicação da SFAC No. 2, em 1980 (FASB, 1980), foram incluídos os atributos *valor preditivo*, *valor confirmatório* e *tempestividade* (que até então era tratada como característica secundária, pela APB-4). Já em 1989, o IASB publicou sua estrutura conceitual e trouxe a relevância acompanhada dos atributos *valor preditivo*, *valor confirmatório* e *materialidade* (IASB, 1989). Em suma, para que uma informação fosse considerada relevante ela deveria ter valor preditivo e valor confirmatório, ser tempestiva (no caso do FASB) e ter materialidade (no caso do IASB). Antes disso, o comitê Trueblood já havia indicado a característica *relevância e materialidade*, perpetuando até 1980. Já se trazia, neste período, a materialidade para junto da relevância.

Em 2010, com a harmonização da estrutura conceitual entre o FASB e o IASB, a *tempestividade* voltou a ser considerada uma característica secundária (desejável). Por outro lado, a *materialidade* passou a integrar os atributos da relevância pelo FASB (FASB, 2010; IASB, 2010).

O retorno da *tempestividade* para as características secundárias ocorreu pelos órgãos normatizadores perceberem que, apesar de muito desejável, a informação tempestiva só é útil se a informação for relevante e fielmente representada. Mas o inverso não é confirmado, ressaltando que nem sempre todas as características qualitativas serão atendidas, mesmo assim a informação continuará a ser útil. Já o retorno da *materialidade* aos atributos da relevância deu-se pela materialidade não ser considerada uma restrição, e sim um aspecto da relevância sobre a capacidade da entidade relatora em relatar a informação (FASB, 2010; IASB, 2010).

No Quadro 8 são apresentados os estudos da amostra que analisaram a relevância das informações a valor justo. Os estudos foram separados em cinco categorias, de acordo com os ativos e/ou passivos abordados. Também há uma subdivisão segundo o setor da economia ao qual a amostra analisada pertence. Por fim, são elencados os autores e os itens analisados que apresentaram e os que não apresentaram relevância, de acordo com os resultados dos estudos.

Quadro 8 – Estudos que analisaram a característica de relevância.

Cate- goria	Setor	Autor	Itens que apresentaram relevância	Itens que não apresentaram relevância
Instrumentos financeiros	Financeiro	Barth (1994)	Títulos de investimento	Ganhos e perdas a valor justo de títulos de investimento.
		Barth, Beaver e Landsman (1996)	Títulos de investimento; empréstimos; e financiamentos de longo prazo.	Depósitos; e instrumentos financeiros fora do balanço.
		Venkatachalam (1996)	Depósitos; e, instrumentos financeiros fora do balanço.	
		Eccher, Ramesh e Thiagarajan (1996)	Títulos de investimentos; empréstimos; financiamentos de longo prazo; depósitos; e instrumentos financeiros fora do balanço.	
		Nelson (1996)	Títulos de investimento no ano de 1992.	Empréstimos; depósitos; dívida de longo prazo; e, instrumentos financeiros fora do balanço.
				Títulos de investimento no ano de 1993.
		Park, Park e Ro (1999)	Títulos de investimento mantidos para negociação e mantidos até o vencimento.	

	Khurana e Kim (2003)	Títulos disponíveis para venda negociados ativamente em mercados bem estabelecidos (valor justo mais relevante que o custo histórico).	
		Instrumentos financeiros não negociados ativamente em mercados bem estabelecidos (custo histórico mais relevante que o valor justo).	
	Wang, Alam e Makar (2005)	Derivativos para negociação; e derivativos mantidos até o vencimento.	
	Ahmed, Kilic e Lobo (2006)	Derivativos para fins de gestão de risco reconhecido (antes da SFAS nº. 133).	Derivativos para fins de gestão de risco divulgado (antes da SFAS nº. 133).
		Derivativos para fins de gestão de risco divulgado e foi reconhecido (após da SFAS nº. 133).	
	Beltratti, Spear e Szabo (2013)	<i>Write-down</i> (baixas) durante a crise financeira.	
	Fiechter e Novotny-Farkas (2016)	Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado; mantidos para negociação; e, disponíveis para venda.	
Seguradoras	Petroni e Wahlen (1995)	Títulos de investimento – Ações e títulos em Tesouraria dos Estados Unidos – (poder explicativo superior ao custo histórico); Títulos municipais e corporativos (não possuem poder explicativo superior ao custo histórico).	
Setor extrativista	Hassan, Percy e Stewart (2006)	Instrumentos financeiros reconhecidos.	
Imobiliário e fundos de investimento	Danbolt e Rees (2008)	Propriedades para investimento.	
Imobiliário	Galera e López (2009)	Propriedades para investimento.	
Imobiliário	BarHava e Rozen (2015)	Títulos de investimento.	
Energia elétrica	Eng, Saudagaran e Yoon (2009)		Títulos de investimento mantidos até o vencimento e mantidos para venda.
Diversos	Koonce, Nelson e Shakespeare (2011)	Valor justo dos ativos financeiros.	
Diversos	Simko (1999)	Instrumentos financeiros.	
	Graham, Lefanowicz e Petroni (2003)	Títulos de investimento.	
	Hassan e Mohd-Saleh (2010)	Antes da norma MASB 24: Qualidade da informação voluntária sobre instrumentos financeiros.	O tipo de informação (boa ou má) sobre os instrumentos financeiros.

			Após a norma MASB 24: Qualidade da informação obrigatória sobre instrumentos financeiros é menos positiva.	
		Werner (2011)		<i>Pension funds</i> (benefícios a empregados).
		Arouri, Bellalah e Hamida (2012)	Instrumentos financeiros.	
Hierarquia do valor justo	Financeiro	Song, Thomas e Yi (2010)	Hierarquia do valor justo.	
		Du, Li e Xu (2014)	Transferências entre os níveis do valor justo.	
		Lu e Mande (2014)	Hierarquia do valor justo.	
		Goh et al (2015)	Hierarquia do valor justo.	
		Siekkinen (2016a)	Hierarquia do valor justo.	
		Siekkinen (2016b)	Hierarquia do valor justo.	
	Fundos de investimentos	Lawrence, Siriviriyakul e Sloan (2016)	Hierarquia do valor justo.	
Ganhos e perdas	Financeiro	Ahmed e Takeda (1995)	Ganhos e perdas não realizados, depois do controle da sensibilidade à taxa de juros de outros ativos líquidos.	
			Ganhos e perdas realizados em períodos normais.	
		Seow e Tam (2002)	Ganhos e perdas de instrumentos financeiros mantidos para negociação e mantidos até o vencimento.	Informações separadas de ganhos e perdas para instrumentos mantidos até o vencimento e mantidos para negociação.
		Chiqueto, Silva, Colossal e Carvalho (2015)		(Antes da crise) - Ganhos e perdas não realizados de títulos disponíveis para venda e mantidos até o vencimento.
	Durante a crise - Ganhos e perdas realizados e não realizados de títulos disponíveis para venda e mantidos até o vencimento.			
	Fundos de investimentos	Carroll, Linsmeier e Petroni (2003)	Ganhos e perdas de instrumentos financeiros.	
	Imobiliário e fundos de investimento	Danbolt e Rees (2008)	Ganhos de valor justo das propriedades para investimento.	
	Tecnologia	Fang, Chen e Fu (2013)	Antes da crise - Ganhos e perdas realizados e não realizados de instrumentos financeiros.	
			Durante a crise – Total de ganhos e perdas realizados e não realizados de instrumentos financeiros.	

			Durante a crise – Ganhos e perdas não realizados de instrumentos financeiros.	Durante a crise – Ganhos e perdas realizados de instrumentos financeiros.
Valor justo total	Financeiro	Song (2015)	Volatilidade do mercado sobre as estimativas de valor justo.	
		Rozen (2015)	Estimativas de valor justo quando a empresa apresenta resultado favorável.	Estimativas de valor justo quando a empresa apresenta resultado ruim e os valores justos estão abaixo do custo histórico.
	Diversos	Liu, Yao e Yao (2012)	Estimativas do valor justo.	
Ativos intangíveis	Diversos	Silva Filho, Machado e Machado (2013)	Ativos biológicos.	
		Silva Filho, Martins e Machado (2013)	Ativos biológicos.	
		Martins, Machado e Callado (2014)	Ativos biológicos.	
	Diversos	Baboukardos, Rimmel (2014)	Ágio (<i>goodwill</i>).	
		Zhuang e Luo (2015)	Grau de concorrência na indústria	Grau de concorrência - durante a crise.

Fonte: Dados da pesquisa.

A relevância foi analisada, principalmente, para as informações sobre instrumentos financeiros, como: títulos de investimentos disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e mantidos para negociação; empréstimos; financiamentos de longo prazo; depósitos; instrumentos financeiros mantidos fora do balanço; *write-down* (baixas) durante a crise financeira; derivativos para fins de gestão de risco; e propriedades para investimento. Nesses itens, as evidências empíricas sugerem que as informações de valor justo são relevantes, o que vem se confirmando em grande parte dos estudos.

Entretanto, estudos não encontraram evidências de relevância para uma parte dos itens analisados (BARTH, 1994; BARTH; BEAVER; LANDSMAN, 1996; NELSON, 1996), ou para toda a amostra analisada (ENG; SAUDAGARAN; YOON, 2009; WERNER, 2011). Também não foi percebida relevância nos tipos de informação classificada em boa ou ruim (HASSAN; MOHD-SALEH, 2010), em ganhos ou perdas (SEOW; TAM, 2002), ou para informações sobre resultados ruins (POZEN, 2015), bem como para informações durante a crise financeira (FANG; CHEN; FU, 2013; ZHUANG; LUO, 2015).

Barth (1994) interpretou que o resultado de falta de relevância das informações sobre ganhos e perdas a valor justo de títulos de investimento teve um erro de estimação

no seu modelo que forneceu valor justo relatado pequeno, mas relevante. Porém, quando duas estimativas anuais de valor justo foram utilizadas para calcular os ganhos e perdas, o efeito da combinação das estimativas tornou os ganhos e perdas irrelevantes. A explicação apresentada pela autora é que os ganhos e perdas a valor justo dos títulos de investimento poderiam ser compensados por ganhos e perdas de outros ativos e passivos correlacionados e não reconhecidos no modelo (erro de especificação do modelo, possivelmente com variáveis relevantes omitidas no modelo). Essa questão foi discutida por Nelson (1996), o qual destacou que os modelos dos estudos, de Barth (1994) e Barth, Beaver e Landsman (1996), poderiam conter erros. Isso porque não foi considerado o controle de variáveis omitidas correlacionadas referente a rentabilidade e o crescimento futuro, podendo causar um impacto substancial sobre as inferências apresentadas com relação à relevância das divulgações a valor justo.

Eng, Saudagaran e Yoon (2009) também não conseguiram identificar a presença da relevância nas informações a valor justo. Os autores analisaram títulos de investimento no setor de energia e ressaltaram que o mercado é consciente de que alguns valores justos de ativos e passivos do setor de energia são, na melhor das hipóteses, estimativas obtidas a partir de modelos de avaliação (Nível 3). Este fato é considerado uma justificativa para a falta de relevância das informações. No entanto, os autores também não possuem evidências empíricas sobre esta afirmação, pois a amostra de empresas analisadas era pequena e os valores justos eram valores agregados de ativos e passivos, pois não haviam dados suficientes para a análise por tipo específico.

Os resultados encontrados por Werner (2011) diferem dos anteriores, pois indicaram que tanto investidores quanto analistas de crédito não consideraram as informações a valor justo relevantes na avaliação dos *pension fund* de 200 empresas listadas na Fortune 500. O autor também constatou que os investidores levavam em consideração informações fora do balanço, enquanto que os avaliadores de crédito concentraram-se em passivos avaliados a custo histórico, e os custos apresentados na demonstração de resultados. Neste caso, as evidências apontam para uma falta de relevância mais consistente resultante da falta de interesse do usuário, já que não são apresentadas limitações contundentes ao modelo e amostra.

Outros estudos avaliaram se a relevância do valor justo é alterada quando novas normas sobre o tema são emitidas. Ahmed, Kilic e Lobo (2006) detectaram que

informações que não eram relevantes antes da publicação de uma nova norma, passaram a ser relevantes. A explicação dos autores para essas evidências de relevância das informações de derivativos para fins de gestão reconhecidos no balanço, e não relevância para os divulgados em notas explicativas, é a possível diferença de confiabilidade entre dados reconhecidos no balanço e os dados divulgados. Os dados derivativos que somente eram divulgados (fora do balanço) antes da norma, passaram também a ser reconhecidos depois da norma e tornaram-se relevantes.

Com relação ao tipo de informação, Hassan e Mohd-Saleh (2010) constataram que o tipo de informação (positiva ou negativa/boa ou má) divulgada pode não influenciar os investidores. Os autores chegaram a essa conclusão ao observar que os preços no mercado de capitais da Malásia eram altamente sincronizados e, portanto, somente a qualidade da informação era relevante, e não o tipo de informação. Resultados semelhantes foram encontrados por Seow e Tam (2002) ao constatarem que a informação sobre ganhos e perdas é relevante. No entanto, a divulgação das estimativas de ganhos separados das perdas não influenciou a decisão do investidor. Já Rozen (2015) investigou se havia diferença na relevância do valor justo quando as empresas divulgam ou não os bons resultados. A autora encontrou evidências de que as informações de valor justo somente apresentavam poder incremental sobre as informações do valor histórico quando as informações dos resultados nos investimentos eram positivas.

Nos estudos que avaliam a relevância dos níveis da hierarquia do valor justo, todos os resultados apresentam evidências de relevância, conforme apresentado no Quadro 9. Além dos itens avaliados, esses estudos tinham em comum o pressuposto de que a relevância dos níveis da hierarquia do valor justo dos Níveis 1 e 2 apresentariam relevância maior em relação ao Nível 3, por conta das informações de mercado utilizadas nas mensurações.

Quadro 9 – Estudos sobre a relevância das informações da hierarquia do valor justo.

Setor	Autores	Resultado
Financeiro	Song, Thomas e Yi (2010)	Nível 1 e 2 > Nível 3
	Du, Li e Xu (2014)	Relevância global > após as transferências entre níveis
	Lu e Mande (2014)	Nível 1 e 2 > Nível 3
	Goh et al (2015)	Nível 1 e 2 > Nível 3
	Siekkinen (2016a)	Antes da IFRS 13 - Nível 1 e 2 > Nível 3
		Depois da IFRS 13 - não há diferença entre os níveis
	Siekkinen (2016b)	Ativos - Nível 2 e 3 > Nível 1
Passivos - Nível 1 e 2 > Nível 3		
Fundos de investimentos	Lawrence, Siriviriyakul e Sloan (2016)	Não há diferença entre os níveis

Fonte: Dados da pesquisa.

Todos os estudos apresentados no Quadro 9 encontraram relevância em todos os valores justos de todos os Níveis da hierarquia. Nesse sentido, os ativos possuem uma associação positiva e o passivo uma associação negativa com o valor de mercado do patrimônio líquido. Porém, os coeficientes dos diferentes níveis não foram semelhantes entre os estudos. Song, Thomas e Yi (2010), Du, Li e Xu (2014), Lu e Mande (2014) e Goh et al (2015) realizaram os seus estudos com informações contábeis bancárias dos EUA em um período de crise financeira, entre 2008 e 2010. Os resultados foram semelhantes e indicaram que os investidores atribuíram menos peso nas avaliações dos valores justos considerados menos confiáveis, Nível 3, em relação aos valores justos dos Níveis 1 e 2, mais confiáveis.

Goh et al (2015) destaca que este resultado pode ser decorrente dos valores justos Nível 3 apresentarem-se com menos líquidos e com maior risco de informação, se comparados com os Níveis 1 e 2. As informações de Nível 3 são geradas a partir de modelos desenvolvidos na própria entidade, o que dificulta a verificabilidade dos dados, ao contrário dos Níveis 1 e 2 que são obtidos a partir de dados do mercado.

Siekkinen (2016a) e Siekkinen (2016b) utilizaram dados de 2012 e 2014, depois do período de turbulência econômica desencadeado pela crise financeira, bem como um ano antes e dois anos depois (2014) da implementação da IFRS 13 (2012). A amostra foi composta por informações contábeis bancárias de vários países, o que torna a amostra mais heterogênea, sendo influenciada pelos efeitos de diversas economias e ambientes regulatórios. Até então, estudos haviam sido baseados em dados mensurados com base em normas baseadas em regras (FASB), enquanto que esses foram baseados em países

que já haviam adotado as normas internacionais do IASB, baseadas em princípios. Seikkinen (2016a) ressalta que apesar de não ser possível afirmar que a relevância global dos valores justos aumentou, os resultados não apresentaram evidências de diferenças entre os níveis, apoiando o pressuposto de que a IFRS 13 resultou especialmente em estimativas menos subjetivas dos valores justos do Nível 3. Com isso, concluíram que depois da IFRS 13 os investidores passaram a atribuir valores semelhantes aos diferentes Níveis de valor justo, não considerando os dados utilizados para mensurar o valor justo.

Os resultados de Lawrence, Siriviriyakul e Sloan (2016) que usaram todos os fundos de investimento também sugeriram que existem apenas pequenas diferenças na relevância dos três níveis, e que não podiam afirmar que a relevância do Nível 3 diferia da relevância dos Níveis 1 e 2. Segundo os autores, a explicação para a diferença dos seus resultados em relação aos estudos anteriores decorria de problemas de especificação dos modelos utilizados pelos outros estudos, pela existência de variáveis correlacionadas omitidas nos modelos. Além disso, Lawrence, Siriviriyakul e Sloan (2016) destacaram outro problema relacionado à pequena fração de itens mensurados a valor justo no setor bancário em relação ao total do ativo ou passivo. Por exemplo, no estudo de Song, Thomas e Yi (2010), apenas 15% dos ativos eram mensurados a valor justo. Lawrence, Siriviriyakul e Sloan (2016) fundamentaram seu argumento no caso das empresas de fundos de investimento, nas quais os ativos mensurados a valor justo representam aproximadamente 100% do ativo total, o que elimina os problemas de variáveis omitidas correlacionadas nas análises.

Du, Li e Xu (2014) ressaltam que os aumentos da relevância dos níveis encontrados após as transferências de ativos Nível 1 e 2 para o Nível 3, ocorreram, principalmente, no período depois da emissão da SFAS nº. 157 e suas derivadas, que coincide com a crise financeira de 2007. Conforme seus resultados, esses aumentos podem ser decorrentes dos reflexos das alterações nas condições do mercado desse período, que melhorou as mensurações do valor justo de modo geral, bem como pode ser resultado do reflexo do aumento da atenção do público ao assunto, influenciados pelos vários debates sobre o tema. Poderia ser ainda o reflexo da mudança nos níveis de atividades do mercado durante os estágios iniciais e os posteriores da crise financeira. Portanto, os aumentos podem estar relacionados aos efeitos de diferentes eventos

decorrentes desse período de crise, que não puderam ser determinados pelo estudo realizado.

A relevância dos ganhos e perdas decorrentes dos instrumentos financeiros avaliados a valor justo foi confirmada nos cinco estudos analisados, mesmo que parcialmente, como nos estudos de Chiqueto et al (2015) e Fang, Chen e Fu (2013). Chiqueto et al (2015) afirmam que no período antes da crise financeira, os ganhos e perdas não realizados de títulos disponíveis para venda e mantidos até o vencimento não apresentam evidências de relevância, mas durante o período da crise essas informações se tornaram relevantes. No entanto, os dados do estudo, coletados no Brasil, foram coletados a partir do primeiro trimestre de 2007, e os autores consideraram o período de crise no Brasil como sendo do mês de agosto de 2008 a maio de 2010.

Já o estudo de Fang, Chen e Fu (2013), realizado em Taiwan com empresas de tecnologia, demonstrou que durante o período da crise financeira a relevância dos ganhos e perdas diminuiu significativamente, até chegar ao ponto de os ganhos e perdas realizados, perderem a relevância. Sobre a manutenção da relevância dos ganhos e perdas não realizados, os autores explicam que, possivelmente, foi devido às reclassificações dos instrumentos financeiros mantidos para negociação dos instrumentos financeiros disponíveis para venda, decorrente da adoção das normas internacionais de contabilidade do IASB. A adoção das normas, conseqüentemente, reclassificou algumas perdas originalmente reconhecidas na demonstração de resultado para o balanço patrimonial, como perdas não realizadas de instrumentos financeiros.

A presença da relevância também foi constatada em situações de: i) volatilidade do mercado sobre a relevância do valor justo (SONG, 2015); ii) ativos biológicos (SILVA FILHO; MACHADO; MACHADO, 2013; SILVA FILHO; MARTINS; MACHADO, 2013; MARTINS; MACHADO; CALLADO, 2014); iii) ágio do *goodwill* (BABOUKARDOS; RIMMEL, 2014); e iv) a relevância da concorrência externa no setor industrial (ZHUANG; LUO, 2015).

Para os estudos apresentados no Quadro 9, a relevância foi medida por meio de pesquisas empíricas baseadas em modelos de regressão. Esses modelos detectam o incremento de informações pelo uso da contabilidade a valor justo no preço das ações,

exceto o trabalho de Koonce, Nelson e Shakespeare (2011) que realizaram suas pesquisas por meio de experimento.

Os estudos analisados predominantemente, sugeriram que as informações a valor justo são relevantes (VENKATACHALAM, 1996; ECCHER; RAMESH; THIAGARAJAN, 1996; PARK; PARK; RO, 1999; KHURANA; KIM, 2003; WANG; ALAM; MAKAR, 2005; BELTRATTI; SPEAR; SZABO, 2013; FIECHTER; NOVOTNY-FARKAS, 2016; PETRONI; WAHLEN, 1995; HASSAN; PERCY; STEWART, 2006; DANBOLT; REES, 2008; GALERA; LÓPEZ, 2009; KOONCE; NELSON; SHAKESPEARE, 2011; SIMKO, 1999; GRAHAM; LEFANOWICZ; AROURI; BELLALAH; HAMIDA, 2012; SONG; THOMAS; YI, 2010; DU; LI; XU, 2014; LU; MANDE, 2014; GOH et al, 2015; SIEKKINEN, 2016a; SIEKKINEN, 2016b; LAWRENCE; SIRIVIRIYAKUL; SLOAN, 2016; AHMED; TAKEDA, 1995; SEOW; TAM, 2002; CARROLL; LINSMEIER; PETRONI, 2003; DANBOLT; REES, 2008; SONG, 2015; ROZEN, 2015; LIU; YAO; YAO, 2012; SILVA FILHO; MACHADO; MACHADO, 2013; SILVA FILHO; MARTINS; MACHADO, 2013; MARTINS; MACHADO; CALLADO, 2014; BABOUKARDOS; RIMMEL, 2014; ZHUANG; LUO, 2015; HASSAN; MOHD-SALEH, 2010). Os estudos que não conseguiriam identificar relevância nas informações podem ser considerados casos isolados, pois os estudos de Barth (1994), Barth, Beaver e Landsman (1996), Nelson (1996), Eng, Saudagaran e Yoon (2009) e Werner (2011) tiveram problemas de erros de especificação do modelo estatístico utilizado e problemas com amostras muito pequenas que não permitiram análises mais consistentes. Hassan e Mohd-Saleh (2010) não encontraram relevância, apenas quando as informações eram separadas em boas e ruins.

4.3.1.1 Atributos da relevância

4.3.1.1.1 Valor preditivo e confirmatório

A característica de valor preditivo foi elencada pelo FASB na SFAC No. 2 como sendo uma característica inerente à relevância da informação. Já na estrutura conceitual atual do FASB (2010) e do IASB (2010) o valor preditivo foi mantido como um atributo ligado diretamente à característica fundamental relevância e, nesse sentido, o atributo é desejável para que a relevância possa atingir altos níveis.

Essa característica consiste na capacidade da informação influenciar as decisões, geralmente acompanhada do valor confirmatório. A capacidade é alcançada se as informações puderem ser utilizadas como dados de entrada nos modelos ou processos utilizados pelos usuários para desenvolver suas previsões.

Foram identificados quatro estudos que abordaram o valor preditivo das informações contábeis a valor justo. Os resultados de Evans, Hodder e Hopkins (2014) sugeriram que os ganhos e perdas não realizados, avaliados a valor justo, estavam correlacionados à renda futura da venda desses títulos. Os resultados sugerem ainda que os valores justos de títulos de investimento com juros (títulos do governo, por exemplo) também têm um fator significativo para prever o preço das ações dos bancos analisados.

Já no estudo de Magnan, Menini e Parbonetti (2015), os pesquisadores buscaram avaliar a existência de relação entre a extensão do uso do valor justo para avaliar ativos e passivos, e a dispersão e/ou exatidão das previsões dos analistas. Os resultados trouxeram indícios de que o uso crescente do valor justo estava associado a maior dispersão na previsão de ganhos dos analistas, e não estava significativamente ligada à precisão das previsões. Os resultados também indicaram que a divulgação da hierarquia do valor justo (com a SFAS nº. 157) beneficiou os analistas, permitindo previsões de lucros mais precisas e menos dispersas. Considerando os três níveis da hierarquia do valor justo, os autores constataram que há menor precisão nas previsões baseadas em informações do nível 3, e atribuíram essa característica às limitações de confiabilidade da avaliação desse nível de valor justo. Os autores também esperavam que esse comportamento se repetisse nas informações a valor justo a nível 2, mas esse se comportou de forma semelhante às informações a nível 1, consideradas com maior confiabilidade. Aparentemente, as informações de valor justo a nível 3 produziram maior confusão entre os analistas que as informações dos outros níveis.

Os achados de Bratten, Causholli e Khan (2016) revelam que os outros resultados abrangentes, baseados no valor justo, podem prever o desempenho dos bancos com 1 ou 2 anos de antecedência, confirmando a capacidade preditiva dos dados analisados. Já a análise por itens que compõem os outros resultados abrangentes, indica que os ganhos e perdas líquidas não realizados, relacionados com a variação do valor justo de títulos disponíveis para venda, estão positivamente associados aos ganhos futuros, enquanto os ganhos e perdas líquidos não realizados relacionados com a variação do valor justo de

derivativos estão negativamente relacionados a lucros futuros. Já em tempos de crise financeira, a associação entre ajustes de valor justo e ganhos futuros se mantém, sugerindo que os ajustes de valor justo, durante a crise, previam o desempenho futuro. Com base nesses resultados, os autores afirmam que o valor justo atende aos objetivos da estrutura conceitual do FASB e do IASB em fornecer informações úteis para as decisões.

Fora do setor financeiro, Liang e Riedl (2014) analisaram o poder preditivo das informações de empresas de investimento no Reino Unido (que utilizam valor justo) e nos EUA (que avaliavam os investimentos a custo histórico sujeitos ao teste de recuperabilidade). Os resultados confirmaram a hipótese dos autores de que as previsões das empresas do Reino Unido tinham menos erros que as previsões para as empresas dos EUA. Por fim, Liang e Riedl (2014) compararam os erros de previsão com base nas informações contábeis produzidas sob as normas da IFRS (*full fair value model*) (2005-2010) e as normas domésticas do Reino Unido (2002-2004). Constataram que com a mudança das normas os balanços passaram a divulgar o valor justo de ganhos e perdas não realizados. Esse procedimento fez com que os erros de previsão fossem aumentados, possivelmente pela maior dificuldade de prever elementos da demonstração de resultado com baixa correlação serial.

Assim, os resultados dos estudos de Liang e Riedl (2014), Evans, Hodder e Hopkins (2014), Magnan, Menini e Parbonetti (2015) e Bratten, Causholli e Khan (2016) constataram que as informações a valor justo possuem valor preditivo e confirmatório, considerando que, de acordo com a estrutura conceitual, o valor preditivo e valor confirmatório normalmente acontecem concomitantemente. Este aspecto foi evidenciado no estudo de Liang e Riedl (2014) que utilizaram as informações da contabilidade a valor justo de diferentes anos para confirmar se as informações possuíam valor preditivo. Nesse sentido, confirmou-se que as informações possuíam valor preditivo por conta do valor confirmatório das informações dos anos subsequentes.

4.3.1.1.2 Tempestividade

A característica de tempestividade foi apresentada como um aspecto da relevância na SFAC nº 2 (FASB, 1980). Além disso, foi mantida na Estrutura Conceitual de 2010 do FASB e do IASB como uma característica qualitativa de melhoria.

A divulgação das informações contábeis em tempo hábil permite aos usuários a utilização em suas tomadas de decisões. No entanto, nem sempre a administração possui a informação completa, o que requerer da administração a decisão de informar ao usuário o fato, em tempo hábil, mesmo que de forma incompleta, ou prejudicando a confiabilidade da informação. Também, pode-se esperar para que se obtenha todos os dados sobre o fato e ter um atraso na divulgação. A consequência dessa decisão pode causar a total perda da relevância da informação. A tempestividade por si só não pode tornar a informação relevante, mas a sua falta pode tornar a informação relevante em não relevante (FASB, 1980a).

Apesar de não ser mais diretamente ligada à relevância na estrutura conceitual atual, a tempestividade continua sendo desejável, como um atributo de melhoria da relevância. Nesta pesquisa, somente três trabalhos que investigaram a tempestividade e as informações a valor justo foram identificados.

Lawrence, Siriviriyakul e Sloan (2016) testaram a tempestividade na divulgação das informações da hierarquia do valor justo para uma amostra de fundos de investimento durante o período de 2008 a 2013. O valor justo, principalmente o de Nível 3, foi criticado durante a crise financeira de 2007, pela sua aparente falta de tempestividade. Os resultados desse estudo demonstraram que existem evidências de atrasos na divulgação das informações dos valores justos quando são utilizados valores justos totais sem a separação por nível, na regressão. Mas quando os valores dos níveis foram analisados separadamente não foram encontradas evidências de atraso na divulgação. Porém, foram encontradas evidências de pequenas diferenças de tempestividade entre os níveis, sendo os valores justos nível 3 menos tempestivos do que os valores justos nível 1 e 2. Entretanto, mesmo que as estimativas de valor justo reflitam novas informações com o atraso de um trimestre, por exemplo, os autores afirmam que isso não afeta significativamente os resultados das análises de relevância da informação. Mas mesmo assim, os usuários das demonstrações financeiras podem considerar esse atraso como uma grave deficiência do método de valor justo.

O estudo de Beltratti, Spear e Szabo (2013) igualmente trata de outra crítica ao valor justo durante a crise financeira. Os autores investigaram as alegações de que as aplicações do valor justo eram excessivas e/ou desnecessárias (pois as distorções do mercado eram supostamente temporárias), ou que os padrões eram flexíveis o suficiente

para que os gerentes pudessem utilizar a discricionariedade para atrasar as baixas por perda nos valores dos ativos (*write-down*), e se envolverem em resultados ou gestão do capital de bancos estadunidenses e europeus. Com isso, as informações supostamente não atenderiam à tempestividade, à neutralidade e à representação fiel (a primeira em relação à relevância e as duas últimas em relação à confiabilidade). Os resultados sugeriram que as baixas foram oportunas durante toda a crise. Também não foi encontrada nenhuma evidência de que empresas com menores níveis de capital regulatório sofreram perdas desproporcionais decorrentes do reconhecimento de *write-down*. Com essas evidências, os autores ressaltaram que a SFAS nº. 157 forneceu aos gerentes discricionariedade suficiente para evitar a incorporação de informações distorcidas de mercado. Além disso, os autores rejeitaram a alegação de outros estudos que afirmavam que os administradores usaram o valor justo para adiar baixas ou sobrevalorizar substancialmente o valor de seus ativos (BELTRATTI, SPEAR, SZABO, 2013).

Já Barron, Chung e Yong (2016) examinaram se os ganhos e perdas não realizados das mudanças no valor justo do Nível 3 são informativos sobre os ganhos futuros das empresas. Há evidências de que os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo Nível 3, são informativos sobre os ganhos futuros das empresas. Embora as estimativas do Nível 3 sejam vistas como menos confiáveis e verificáveis do que as medições de Nível 1 e 2, entende-se que as divulgações sobre ganhos e perdas de valor justo de Nível 3 são capazes de desempenhar um papel informativo sobre os lucros futuros das empresas.

Os resultados desses estudos apresentam argumentos para afirmar que as informações a valor justo tendem a atender o fator tempestividade. Outro argumento que reforça essas constatações vem da própria estrutura conceitual, a qual afirma que a informação para ser relevante precisa ser apresentada no momento oportuno, e se for apresentada muito tempo depois (que não tem valor para ação futura), já não possui mais relevância (FASB, 1980). Em suma, a informação relevante não apresenta problemas (pelo menos não sérios) de tempestividade. Como foram diversos os estudos que identificaram relevância nos valores justos divulgados, pode-se pressupor que a tempestividade não tem sido uma deficiência das informações do valor justo.

4.3.2 Confiabilidade e/ou representação fiel

A característica **confiabilidade** foi relatada inicialmente pelo comitê Trueblood, em 1973, sem apresentar nenhum atributo ou orientação de como poderia ser confirmada. Essa característica já havia sido recomendada como um elemento necessário para a informação contábil por Sanders, Hatfield e Moore (1938). A partir da SFAC nº. 2, a **confiabilidade** recebeu os atributos de **verificabilidade** e **neutralidade** (vindos das características apresentadas pela ASOBAT e posteriormente pela APB 4) e a **representação fiel**. Já na estrutura conceitual do IASC (1989) a confiabilidade foi apresentada com os atributos de **neutralidade**, **representação fiel**, **essência sobre a forma**, **prudência** e **integralidade**.

Com base nos conceitos de confiabilidade do FASB e do IASB, essa característica já englobava a ausência de erro e viés, representação fiel, neutra e verificável. Mas em 2010, a **representação fiel** substituiu a **confiabilidade**, e trouxe um novo conceito: para ser uma perfeita representação fiel a informação teria que ser **neutra, completa e livre de erro** (FASB, 2010; IASB, 2010). Mas complementam que esta perfeição é rara e orientam que os esforços sejam concentrados na maximização desses atributos, na medida do possível. Diferentes e incorretas interpretações do termo confiabilidade, somadas às dificuldades de explicar o que o termo significava, levaram os órgãos normatizadores a tomarem a decisão de substituição do termo definitivamente.

Quanto aos atributos da **confiabilidade**, a **verificabilidade**, vinda do SFAC nº 2, foi mantida como característica desejável, enquanto que a **essência sobre a forma** e a **prudência** foram retirados da estrutura conceitual do IASB. A retirada da **essência sobre a forma** justificou-se por se sobrepor à **representação fiel**. Já a **prudência** foi excluída por apresentar inconsistência com a **neutralidade**. A prudência solicitava que os preparadores incluíssem um grau de cautela no exercício de julgamento em situações de incerteza, incluindo, assim, um viés conservador na informação, enquanto que a neutralidade solicitava que os preparadores não interferissem na apresentação da informação.

Desde a sua primeira descrição, em 1973, a **confiabilidade** foi dita como variável (maior ou menor confiabilidade) de acordo com a natureza da informação. Essa variação é devida às incertezas que podem ocorrer no momento da mensuração, por exemplo, pela aplicação de técnicas de estimação ou julgamentos necessários do preparador (AICPA,

1973; FASB, 1985; 2010; IASB, 1989; 2010). Outra observação em relação a *confiabilidade*, descrita desde seu relato inicial pelo comitê Trueblood, é que a exigência de uma informação confiável não significa uma informação exata, o que pode ser considerado até impossível de ser obtido.

Embora a confiabilidade seja essencial para que a informação contábil seja útil (IASB, 2010; FASB, 2010), Maines e Wahlen (2006) destacam que ela é difícil de observar e medir, pois se trata de uma construção complexa e imprecisa, seja na teoria, na prática ou na pesquisa. Isso é corroborado com os resultados do estudo de Kadous, Koonce e Thayer (2012) ao sugerirem que usuários confundiam confiabilidade com relevância.

Kadous, Koonce e Thayer (2012) suspeitavam que os usuários possivelmente não considerassem que a confiabilidade era uma característica distinta da relevância. Enquanto a relevância está associada à pertinência ou conveniência de uma construção econômica (fenômeno econômico) para a decisão de um usuário, a confiabilidade aborda quão bem essa construção ou fenômeno econômico é medido ou representado. Assim, a confiabilidade é uma característica que está relacionada ao modelo utilizado para gerar a informação, em específico, à capacidade de o modelo capturar a informação de maneira fiel que, neste caso, pode ser o custo histórico, o valor justo ou outro modelo (MAINES; WAHLEN, 2006; KADOUS; KOONCE; THAYER, 2012). Dessa forma, a confiabilidade pode ser prejudicada por modelos imprecisos de mensuração ou de informações que são necessárias para as construções econômicas que representarão os fatos contábeis.

Embora a relevância e a confiabilidade sejam ambas necessárias para que uma informação seja considerada útil na tomada de decisão, a informação pode ser relevante sem ser confiável, e pode ser confiável sem ser relevante (FASB, 2010), configurando duas características independentes. A confiabilidade envolve uma questão de grau, e não de ter ou não confiabilidade (FASB, 1980), sendo que as informações contábeis devem atender a algum nível de confiabilidade para ser considerada útil aos usuários (MAINES, WAHLEN, 2006).

Diversos são os estudos que abordaram a confiabilidade das informações a valor justo, mesmo sendo difícil determinar se os instrumentos utilizados para medir a

confiabilidade mediram a confiabilidade ou a relevância. Isso entra em questão porque se o usuário avaliar primeiramente a relevância da informação, somente a informação relevante seria considerada no teste de confiabilidade. Já, se o mercado, de modo predominante, associar a relevância à confiabilidade, seguindo a orientação dos órgãos reguladores, os modelos a expressam corretamente (os modelos precisam partir do pressuposto de que o mercado faz a associação para que eles funcionem).

No Quadro 10 são apresentados os estudos da amostra que analisaram a característica da confiabilidade, os itens avaliados e os respectivos achados.

Quadro 10 – Estudos empíricos que abordaram a confiabilidade.

Autores	Setor	Itens avaliados	Achados
Barth (1994)	Financeiro	Valor justo dos títulos de investimentos; Ganhos e perdas dos títulos de investimento.	O valor justo dos títulos de investimentos parece confiável, e dos ganhos e perdas não.
Bernard, Merton e Palepu (1995)		Manipulação das provisões de perdas em empréstimos.	Não encontraram evidências de que houve manipulação nas informações.
Beaver e Venkatachalam (2003)		Precificação de componentes discricionários, não discricionários e ruído nos valores justos de empréstimos.	Há evidências de diferentes níveis de confiabilidade dos valores justos nos três componentes.
Nissim (2003)		Empréstimos	Há evidências de que bancos sobrevalorizam o valor justo de empréstimos, na tentativa de afetar favoravelmente a avaliação do risco e desempenho pelo mercado.
Benston e Wall (2005)		Empréstimos	Empréstimos a valor justo geram informações não confiáveis, dado que a maioria dos empréstimos será avaliado por estimativas geradas pela administração do banco.
Mazza, Hunton e McEwen (2011)		Passivos relacionados à desmobilização de ativos.	Resultados sugerem que o reconhecimento inicial pela medida do IFRS é menos propenso à gestão de resultados e mais confiável que a mensuração a valor justo pelo US GAAP.
Arora, Richardson e Tuna (2014)		Contratos de swap (CDS) (por hierarquia).	Ativos de nível 2 e 3 menos confiável, especialmente nível 3, por conta da maior discricionarieidade
Dietrich, Harris e Muller (2001)	Investimentos imobiliários	Avaliação dos imóveis antes e depois da promulgação da FRS3.	Quando os gerentes podem optar entre os métodos de avaliação, eles optaram pela base que resultou em maiores ganhos; Depois da FRS3, a suavização de resultados foi menor; A FRS3 atenuou a manipulação (dentro das normas contábeis) de resultados; Avaliação externa do valor justo e auditoria externa de empresas Big6 reduziu as distorções.

Danbolt e Rees (2008)		Ganhos de valor justo das propriedades para investimento.	Maior confiabilidade das estimativas de valor justo para as empresas de investimento em relação às empresas imobiliárias.
Galera e López (2009)		Propriedades para investimento.	Pela percepção dos contadores, o valor justo é menos confiável que o custo histórico.
Nellessen e Zuelch (2011)		Avaliação dos imóveis.	O nível de confiabilidade das estimativas do valor justo influencia o valor patrimonial líquido.
BarHava e Rozen (2015)		Títulos de investimento.	Os valores justos dos investimentos são representações fiéis, pois os valores de saída são representativos na medida em que se aproximam do verdadeiro valor de saída à medida que o tempo de saída se aproxima.
Petroni e Wahlen (1995)	Seguros	Títulos de investimento.	O valor justo relacionado do patrimônio líquido e títulos do Tesouro Norte-Americano é mais confiável do que o valor justo de títulos municipais e corporativos.
Carroll, Linsmeier e Petroni (2003)	Fundo de investimento	Ganhos e perdas de títulos de investimento.	Foram encontradas evidências de confiabilidade para todos os títulos de investimento.
Bolívar e Galera (2012)	Outros	Setor público.	O valor justo é menos confiável quando não existem mercados apropriados; e Se os mercados existirem, a substituição do custo histórico pelo valor justo poderia melhorar a objetividade das demonstrações financeiras.
Palea e Maino (2013)		Empresas de capital fechado.	O conceito de valor justo não é adequado e as técnicas de avaliação não são confiáveis para as avaliações das empresas de capital fechado na União Europeia
Martins, Machado e Callado (2014)		Ativos biológicos.	Evidências de que os usuários observam informações de ativos biológicos de curto e longo prazo como confiáveis, mas com certo nível de conservadorismo.

Fonte: Dados da pesquisa

Mazza, Hunton e McEwen (2011) destacam que em relação aos instrumentos financeiros a confiabilidade das estimativas de ativos não financeiros é preocupante. Na maioria das vezes, não há mercado ativo para esses tipos de itens.

Os resultados encontrados nos estudos apresentam, em sua maioria, evidências de diferentes graus de confiabilidade, principalmente, para itens que permitem a discricionariedade dos gestores na avaliação no setor financeiro (BEAVER, VENKATACHALAM, 2003; NISSIM, 2003; MAZZA; HUNTON; MCEWEN, 2011; ARORA; RICHARDSON; TUNA, 2014), e em outros setores, como relatado por Petroni e Wahlen (1995) no setor de seguros, ou Dietrich, Harris e Muller (2001), Danbolt e Rees (2008) e Nellessen e Zuelch (2011) no setor imobiliário. Nesses estudos, a avaliação da confiabilidade traz resultados que estão de acordo com os órgãos normatizadores da contabilidade que preveem que existe um grau de confiabilidade que pode variar conforme o modelo utilizado para gerar a informação.

Os resultados de Martins, Machado e Callado (2014) apresentaram evidências de confiabilidade nas avaliações a valor justo de ativos biológicos. Porém, foi percebido certo nível de conservadorismo na divulgação dos valores a valor justo. Essa percepção, segundo os autores, pode ser explicada pelo fato de as empresas terem utilizado técnicas de avaliações internas (Nível 3) para essas mensurações, e talvez essas estimativas não tenham correspondido às expectativas do mercado quanto a geração de fluxos de caixa futuros.

Quando permitida a discricionariedade, os preparadores das demonstrações financeiras podem enfrentar diversos tipos de incentivos que influenciam suas decisões no momento de estimar o valor justo, interferindo na confiabilidade das informações. Esses incentivos podem servir para melhorar os resultados das empresas, como apresentado no estudo de Dietrich, Harris e Muller (2001) e Nissim (2003), ou apenas para melhorar a divulgação da informação da mensuração a valor justo, como apresentado por Bernard, Merton e Palepu (1995). Com essas interferências nas avaliações e prejuízos à confiabilidade, pode-se afirmar que o uso da discricionariedade fere a característica da neutralidade e até mesmo a representação fiel do item.

Carroll, Linsmeier e Petroni (2003) contrariam os resultados dos estudos de Barth (1994) e Petroni e Wahlen (1995) ao afirmar que os resultados de seu estudo evidenciam que existe confiabilidade para todos os tipos de títulos de investimentos analisados. O estudo de Barth (1994) possuía problemas nos modelos utilizados, como já discutido por Nelson (1996). No caso do estudo de Petroni e Wahlen (1995) não foram realizados todos os testes, pois não possuíam dados suficientes para calcular os ganhos e perdas a valor justo, e a custo histórico por tipo de título de investimento e problemas de variáveis omitidas correlacionadas (CARROLL; LINSMEIER; PETRONI, 2003).

A falta de confiabilidade das informações a valor justo foi apresentada por Benston e Wall (2005) no setor bancário, e por Galera e López (2009) de acordo com a percepção de contadores espanhóis. Já a confiabilidade menor do valor justo em relação ao custo histórico foi apresentada por Bolívar e Galera (2012) no setor público. Benston e Wall (2005) destacam que com a mudança no reconhecimento dos empréstimos bancários do custo histórico para o valor justo, as informações geradas não eram confiáveis aos usuários, pois a maioria dos empréstimos bancários não era comercializada em mercados líquidos. A alternativa aos investidores era a de confiar nas informações

geradas a partir de estimativas da administração do banco. A falta de confiabilidade dessas estimativas decorre dos muitos incentivos que a administração pode ter para ajustar as avaliações dos empréstimos com o objetivo de atingir o capital-alvo (deixando a neutralidade em segundo plano) (BENSTON; WALL, 2005).

Galera e López (2009) avaliaram, por meio de questionários no setor imobiliário, a percepção dos contadores espanhóis em relação ao tema. Os resultados sugerem que a contabilidade a valor justo é considerada mais relevante em relação ao custo histórico, no entanto, menos confiável que o custo histórico, devido à falta de objetividade e verificabilidade. Mas os contadores ressaltaram que o problema da confiabilidade pode ser resolvido com a divulgação sobre os métodos e premissas utilizadas nas estimativas do valor justo. Já Bolívar e Galera (2012) encontraram que o valor justo é menos confiável quando não existem mercados para as estimativas do valor justo, mas que a confiabilidade pode ser melhorada se esses mercados existirem.

Além dos estudos apresentados no Quadro 11, também foram analisados quatro estudos experimentais com o objetivo de avaliar a confiabilidade das informações a valor justo. Kadous, Koonce e Thayer (2012) partiram do pressuposto de que os usuários das informações contábeis a valor justo associavam a avaliação da relevância da informação à confiabilidade da sua mensuração. Esse pressuposto foi comprovado uma vez que os usuários se basearam basicamente na confiabilidade para definir se a informação era relevante ou não. Esse comportamento dos usuários era diferente do esperado/orientado pelo FASB (1980), no qual os usuários deveriam seguir uma sequência de etapas buscando, primeiramente, as informações mais relevantes para a decisão a ser tomada e, em seguida, verificar a confiabilidade das medidas utilizadas na informação.

Em sentido contrário, Du, McEroe e Stevens (2014) conduziram experimento no qual tentavam comprovar que os investidores percebiam maior confiabilidade em estimativas de valor justo imprecisas do que em estimativas precisas (por exemplo, a confiabilidade das estimativas do valor justo de nível 3 seria maior que a confiabilidade das estimativas dos níveis 1 e 2). Contudo, essa hipótese não foi comprovada. Também não foi comprovado que o grau de confiabilidade é mais alto quando a estimativa de valor justo for apresentada como uma estimativa pontual, com um nível de confiança específico. Mas os resultados sugerem que os investidores percebem um viés de gestão mais elevado nas estimativas de valor justo que conduzem a ganhos potenciais do que em

relação a valores que conduzem a perdas potenciais. Por fim, os resultados também sugerem que a estimativa de valor justo pontual, com um nível de confiança específico, é considerada mais confiável quando o valor justo resulta em ganho potencial, bem como quando a confiabilidade percebida não varia no momento em que as estimativas de valor justo resultam em perdas potenciais.

Por fim, no experimento de Mazza, Hunton e McEwen (2011) foi avaliada a gestão de resultados, com base no pressuposto de que existem oportunidades de manipulação para itens não financeiros que não possuem mercados ativos, para os quais as avaliações são baseadas exclusivamente em entradas de fluxo de caixa não observáveis (Nível 3). Os resultados apresentados sugerem que o grau da confiabilidade do valor justo se correlacionou com a associação do item avaliado em um preço de mercado comparável. Esse resultado representa que existe uma probabilidade de que itens avaliados aos Níveis 1 e 2 têm maior confiabilidade do que itens avaliados a nível 3.

Uzma (2011) conduziu um experimento cujos resultados sugerem que a força da confiabilidade do valor justo está relacionada a um preço de mercado comparável. Por conta disso, a confiabilidade e a relevância das informações do valor justo a nível 3 é prejudicada pela inexistência de preços de mercado comparáveis. No seu experimento, 86 gestores com experiência em contabilidade e finanças, todos de empresas diferentes, foram submetidos a uma questão hipotética que simulava o reconhecimento de obrigações de desmobilização de ativos. Na situação hipotética havia duas medidas válidas, preparadas pelas equipes da contabilidade subordinadas, para a determinação do valor das obrigações. A escolha do maior passivo proporcionava um bônus adicional aos salários dos gestores, ao mesmo tempo em que colocava a empresa em uma situação de insolvência. Todos os gestores compreenderam que nessa situação lhes foi concedida a discricionariedade para alterar a estimativa das equipes, estimulados pela falta de *benchmarks* de um mercado ativo. Nesse comportamento dos gestores, a confiabilidade é afetada tanto pela falta de comparabilidade por parte dos usuários da informação, quanto pela probabilidade da neutralidade não ser respeitada plenamente, e, conseqüentemente, a possibilidade do valor divulgado não ser a representação fiel.

Nessa perspectiva, Palea e Maino (2013) analisaram se o conceito de valor justo e a confiabilidade das técnicas de avaliação são adequadas para as avaliações das empresas de capital fechado na União Europeia. As questões foram levantadas em relação

à definição do valor justo como um preço de saída e sobre a confiabilidade das técnicas de avaliação baseadas no mercado. Os resultados apontam que a definição de valor justo como um preço de saída não é adequada aos ativos de empresas de capital fechado, os quais normalmente não são mantidos para negociação. Isso se deve aos ativos de empresas de capital fechado serem adquiridos com intenção estratégica e fazem parte de um investimento de longo prazo dedicado à exploração de oportunidades de negócios, sem expectativa de ganhos de capital. Para os interessados na informação contábil das empresas de capital fechado, o valor relevante para as decisões de investimento são os valores em uso, baseados em fluxos de caixa futuros, e não os valores de saída, exceto nos casos em que os ativos serão vendidos brevemente.

Palea e Maino (2013) destacam que, com relação à confiabilidade, os resultados do teste de campo para estimar o valor justo, baseado em transações e mercados múltiplos, demonstraram que as avaliações baseadas em transações são ruins porque referem-se apenas a transações bem sucedidas. Nesse sentido, deixam de fornecer valores justos que sejam uma representação fiel dos fenômenos econômicos do mundo real que pretendem representar. Já as avaliações baseadas no segundo, fornecem valores médios, que tendem a omitir características de risco. Tanto as avaliações baseadas em transações como os mercados múltiplos levaram a valores justos altamente voláteis, pois são afetadas pelo ciclo econômico, bem como pelas tendências de mercado que amplificam os efeitos e as avaliações de valor. Como resultado, a avaliação dos valores justos de capital fechado usando técnicas de avaliação baseadas no mercado poderiam induzir a erros de análise e avaliações de desempenho, erros nas escolhas da gestão e também alteração na comparação entre relatórios financeiros.

Portanto, de acordo com os resultados dos estudos analisados, observou-se que a informação a valor justo apresenta diferentes graus de confiabilidade (PETRONI; WAHLEN, 1995; DIETRICH; HARRIS; MULLER, 2001; BEAVER; VENKATACHALAM, 2003; DANBOLT; REES, 2008; GALERA; LÓPEZ, 2009; NELLESSEN; ZUELCH, 2011; MAZZA; HUNTON; MCEWEN, 2011; BOLÍVAR; GALERA, 2012; ARORA; RICHARDSON; TUNA, 2014) e representação fiel (BARHAVA; ROZEN, 2015). Pode-se destacar desde os níveis mais baixos até os mais altos, mas sem constatações da ausência total de confiabilidade.

Observou-se também que os estudos identificaram que a confiabilidade varia conforme o tipo de informação, com sugestões de que há redução na confiabilidade nas informações a valor justo de nível 3. O provável motivo seja a falta de comparabilidade e verificabilidade dos valores pela ausência de valores de mercado ativos. Também foram apresentados problemas de neutralidade e representação fiel, geralmente pelo motivo da ação discricionária dos gestores. Também ficou evidente a dificuldade da compreensão e discernimento entre a confiabilidade e a relevância.

4.3.1.2 Atributos da confiabilidade e/ou representação fiel

4.3.1.2.1 Neutralidade

Atualmente, a neutralidade é um dos atributos da característica de representação fiel. Foi também apresentada como um dos atributos da característica de confiabilidade nas estruturas do FASB e do IASB, e como um objetivo desejável da informação contábil apresentada pelo APB 4. Já no ASOBAT foi apresentada como “livre de viés”. Desde a sua apresentação inicial, teve o mesmo significado de apresentar a realidade econômica que está sendo relatada livre de viés na seleção e na apresentação da informação.

De Jager (2014) realizou um estudo de caso com o objetivo de investigar como a contabilidade a valor justo é aplicada na prática pelos bancos. Os resultados indicaram que a contabilidade a valor justo aplicada pelos bancos não é neutra, e sim pro-cíclica. Esta pro-ciclicidade em lucros não realizados e capital próprio, bem como o uso da discricionariedade permitida, gera assimetria no uso do valor justo quando lucros e perdas são gerados. Os bancos utilizaram dois tipos de transferências: i) entre os níveis do valor justo para maximizar os benefícios e gerenciar os custos do valor justo; e ii) entre os itens avaliados a custo histórico e a valor justo, o que era proibido pela IAS 39 e permitido apenas pela IAS 8.

Sobre a discricionariedade, Cheng (2012) examinou se o poder discricionário permitido pelo FSP 157-3 foi refletido nos relatórios de valor justo dos títulos lastreados em hipotecas, fornecendo evidências empíricas sobre a eficácia da norma. Os resultados sugerem que os relatórios de valor justo de derivativos transmitem informações além das informações transmitidas pelos custos amortizados, apresentando evidências de falta de neutralidade.

Apesar de ter sido encontrado somente um estudo que analisou diretamente a neutralidade da contabilidade a valor justo, estudos como Dietrich, Harris e Muller (2001), Nissim (2003), Mazza, Hunton e McEwen (2011) e Arora, Richardson e Tuna (2014), que abordaram a confiabilidade, também constataram a presença de manipulação das informações de valor justo. Consequentemente, perceberam a falta de neutralidade que provocou graus menores de confiabilidade nas informações.

4.3.1.2.2 Representação fiel

Na *representação fiel* não houveram estudos que analisaram diretamente este atributo da confiabilidade das informações a valor justo. Quanto à *representação fiel* como característica fundamental, a partir de 2010, apenas BarHava e Rozen (2015) utilizaram esta denominação. Percebeu-se que diversos estudos continuaram a utilizar características de confiabilidade mesmo após a sua substituição por *representação fiel*, como Mazza, Hunton e McEwen, (2011), Arora, Richardson e Tuna (2014), Nellesen e Zuelch (2011), Bolívar e Galera (2012), Palea e Maino (2013) e Martins, Machado e Callado (2014). Essa alteração não mudou apenas a nomenclatura da característica, mas conceitos importantes, como a retirada da verificabilidade e a inclusão do atributo *completa e livre de erro*, que ocasionaram a eliminação do *trade-off* entre a relevância e a confiabilidade, permitindo o uso do valor justo de forma mais alinhada (O'BRIEN, 2009; WHITTINGTON, 2008; BRADBURY, 2008; MARKARIAN, 2014; ZHANG, ANDREW, 2014; SUTTON; CORDERY; VAN ZIJL, 2015).

Na perspectiva da *confiabilidade* (entre 1980 e 2010) e *representação fiel* (de 2010 aos dias atuais), as informações a valor justo são suportadas, principalmente, em graus diferenciados como sugerem as estruturas conceituais. Quando analisadas as informações a valor justo com a característica da *confiabilidade* e os atributos sob a perspectiva do FASB (1980), pode-se afirmar que, por um lado, os valores marcados a mercado (Nível 1 e 2) atendem satisfatoriamente a característica e os atributos. Por outro lado, os valores marcados a modelo (Nível 3) não atendem à verificabilidade e a neutralidade. Quando analisada a *confiabilidade* e, individualmente os atributos, definidos pela estrutura do IASC (1989), as evidências sugerem que as informações a valor justo Nível 1 e 2 também atendem satisfatoriamente à característica e seus atributos.

No entanto, as informações de Nível 3 não atendem a neutralidade, e conseqüentemente a prudência e a integralidade.

Na perspectiva da *representação fiel* e dos atributos da informação *completa*, *neutra* e *livre de erro* (FASB, 2010; IASB, 2010), pode-se afirmar que as alterações ocorridas com relação à exclusão dos atributos prudência e verificabilidade melhoraram as condições de suporte das informações a valor justo pela estrutura conceitual. Entretanto, as dificuldades com a neutralidade (*neutra*) continuam presentes e o mesmo acontece com o novo atributo, *livre de erro*. Esse novo atributo significa que não deveriam existir erros ou omissões na descrição do fenômeno, bem como o processo utilizado para produzir as informações relatadas deveria ser selecionado e aplicado sem erros no processo de avaliação. Apesar da estrutura conceitual esclarecer que isso não significa uma informação perfeitamente exata em todos os aspectos, compreende-se que a informação não deve conter erros e omissões intencionais.

Com base nessas constatações, verificou-se que somente na estrutura sugerida pelo comitê Trueblood, o valor justo teria maiores condições de ser suportado pela estrutura conceitual proposta. Vale destacar que, nessa estrutura, a confiabilidade foi apresentada sem nenhum atributo, e a verificabilidade e neutralidade não foram mencionados nem mesmo como características secundárias.

O atendimento aos atributos para que a informação atenda às características, e o atendimento às características secundárias e de melhoria, segundo as próprias estruturas conceituais, podem ser “parciais”. A parcialidade acontece quando o enunciado da estrutura afirma que os atributos “deveriam ser” atendidos e não “devem ser” atendidos. Nessa perspectiva, as informações “devem” atender à relevância e à representação fiel, sem necessariamente atender integralmente a todos os atributos. Nesse diapasão, informações a valor justo a Nível 1 e 2 tendem a atender os atributos de informação neutra, completa e livre de erro, enquanto que as informações a valor justo do Nível 3 tendem a ter dificuldade em atender esses atributos. Assim, apesar da mudança no termo de “confiabilidade” para “representação fiel”, que aparentemente cria um efeito moderador, a estrutura conceitual do FASB e do IASB de 2010 suporta melhor as informações a valor justo Nível 3 que as estruturas anteriores. Essa melhora se dá, principalmente, pela alteração da *verificabilidade* de atributo para característica de melhoria, e pela exclusão do atributo da *prudência*. Pode-se afirmar, assim, que a

utilidade das informações a valor justo foi melhorada a partir de 2010, pois atendem mais satisfatoriamente às características qualitativas da informação contábil em relação às estruturas anteriores dos referidos órgãos normatizadores.

4.3.3 Comparabilidade

A *comparabilidade* foi apresentada inicialmente pela APB 4, em 1970, e pelo IASB, em 1989, como característica fundamental. Mas o comitê Trueblood a considerou como secundária/desejável, e incluiu a *consistência*. Na publicação da SFAC No. 2, o FASB manteve ambas como características secundárias, entretanto juntas como uma única característica. Já na estrutura conceitual de 2010 o FASB apenas excluiu a *consistência* e o IASB passou a apresentar a *comparabilidade* como característica de melhoria.

Dentre os estudos que compõem o *corpus*, quatro abordaram a comparabilidade das informações a valor justo. Cairns et al (2011) desenvolveram um estudo bastante abrangente, avaliando a comparabilidade das informações contábeis antes da IFRS (com base nos UK GAAP e Australian GAAP) com as informações produzidas depois da IFRS (ampliação do uso do valor justo em ativos e passivos), de 228 empresas (114 do Reino Unido e 114 da Austrália), totalizando 22 setores da economia. Os resultados encontrados para os seguintes itens patrimoniais foram os seguintes:

- Propriedades, plantas e equipamentos: a comparabilidade aumentou tanto internamente quanto entre os países;
- Propriedades para investimento: não houve alteração na Austrália, e houve redução no Reino Unido; redução da comparabilidade entre os países;
- Itens da agricultura:
 - Ativos biológicos: sem aumento significativo de comparabilidade na Austrália, e sem alterações no Reino Unido; melhoria na comparabilidade entre os países;
 - Produtos agrícolas colhidos: sem alteração em ambos os países; melhoria na comparabilidade entre os países;
- Instrumentos financeiros:

- Mantidos para negociação: comparabilidade melhorou na Austrália e no Reino Unido, tanto internamente quanto entre os países;
- Disponível para venda: incremento na comparabilidade nacional nos dois países; melhoria na comparabilidade internamente e entre os países;
- Derivativos: incremento na comparabilidade nacional nos dois países; melhoria na comparabilidade internamente e entre os países;
- Outros passivos e ativos financeiros: para passivos financeiros a comparabilidade reduziu no Reino Unido e se manteve na Austrália.
- Pagamento baseado em ações: a comparabilidade aumentou em ambos os países. A comparabilidade melhorou internamente e entre os países.

Cairns et al (2011) observaram que a inclusão de diferentes opções para a contabilização do mesmo fato reduziu a comparabilidade, motivo pelo qual a comparabilidade nas propriedades para investimento foi diminuída durante o período da amostra. Os autores também concluíram que o uso do valor justo é baixo nos itens ou empresas onde o uso era opcional, exceto em propriedades para investimento. No geral, onde a aplicação do valor justo é opcional, havia uma utilização limitada e seletiva de ativos e passivos financeiros, que de outra forma são avaliados pelo valor de custo. Já em alguns dos itens que o valor justo não era opcional, a comparabilidade entre os países foi melhorada, pela uniformização das normas.

Bolívar e Galera (2012) investigaram se a comparabilidade das demonstrações financeiras a valor justo, ao longo do tempo e entre as empresas do setor público, está associada a medidas objetivas de valor justo e a contratação de avaliadores independentes para a mensuração do valor justo. De acordo com os resultados, a comparabilidade ao longo do tempo não esteve associada à contratação de avaliadores independentes para estimar as medidas de valor justo. Porém, maior comparabilidade das demonstrações contábeis a valor justo entre as entidades do setor público está associada a medidas

objetivas de valor justo e à utilização de métodos credíveis e geralmente aceitos para o cálculo das medidas de valor justo.

Já Tahat et al (2016) estudaram a implementação da IFRS 7 nas empresas cotadas na bolsa de valores da Jordânia. A proporção dessas empresas que passaram a utilizar a contabilidade a valor justo aumentou, bem como o nível de divulgação a valor justo. O maior nível de disclosure foi registrado no setor bancário. Além disso, os resultados sugerem que houve aumento na utilidade das informações, constatada em alguns instrumentos financeiros que tiveram sua comparabilidade aumentada.

Oliveira et al (2015) avaliaram o impacto da adoção da Norma Contabilística e de Relato Financeiro 17 – Agricultura, no setor de lácteos, imposta pelo novo marco contábil do Sistema de Normalização Contabilístico Português, quando entrou em vigor em janeiro de 2010, em Portugal. A principal conclusão é que o impacto da nova norma no setor lácteo português é inconclusivo, uma vez que a informação financeira entre as explorações leiteiras não é comparável, pois a mensuração dos bovinos é estabelecida pelo Sistema de Informação de Mercados Agrícolas (SIMA) e pelos comerciantes de animais. As fazendas leiteiras usam os preços de mercado cotados em um mercado ativo para avaliar o valor justo, usando esses dois tipos de fontes de informação. No entanto, os critérios de avaliação das duas fontes são divergentes, levando a informações pouco confiáveis e não comparáveis.

Os resultados sugerem que a comparabilidade foi aumentada em itens nos quais o valor justo era opcional ou em itens divulgados fora do balanço antes da IFRS. Quando as novas normas instituíram o valor justo de maneira impositiva, a comparabilidade foi aumentada, já quando o valor justo se tornou opcional, houve até mesmo redução na comparabilidade. Nesse contexto, a comparabilidade está mais ligada à uniformidade de método que às possíveis variações durante a aplicabilidade do valor justo.

A **comparabilidade** se refere à possibilidade de a informação ser comparada com informações similares divulgadas em diferentes períodos na mesma empresa, ou por outras entidades em outros períodos. No entanto, o IASB (2010) destaca que na falta da comparabilidade as informações continuam apresentando utilidade desde que as características *relevância* e *representação fiel* estejam presentes. Já a consistência, por

sua vez, se refere à utilização dos mesmos métodos para os mesmos itens durante diferentes períodos e tinha como principal função apoiar a comparabilidade.

A exclusão da *consistência* da estrutura conceitual foi uma das mudanças que pode ter incentivado e/ou facilitado a ampliação do uso da contabilidade a valor justo, pois as técnicas de mensuração do valor justo mudam de acordo com a disponibilidade de dados que representam o item. Se for possível mensurar a valor de mercado a técnica utilizada será a marcação a mercado (informações dos Níveis 1 e 2), mas caso os dados não estejam disponíveis, a empresa utilizará premissas internas para realizar mensuração com base na marcação a modelo (informações Nível 3). Além disso, um determinado item poderia ser avaliado com marcação a modelo e, no período seguinte, passar a contar com dados de mercado e ser avaliado com marcação a mercado. No caso da marcação a modelo a consistência tinha outra dificuldade, pois cada entidade utiliza suas próprias premissas para a representação mais fiel possível do valor econômico do item. Logo, as informações não eram suportadas pela consistência e, por conta dela, a comparabilidade seria diminuída. Nesse quesito, o maior prejuízo à comparabilidade tende a se apresentar nas informações do Nível 3.

Apesar dessas mudanças incutirem um cenário bastante negativo quanto a comparabilidade das informações a valor justo, os resultados de Tahan et al (2016) sugerem que o uso do valor justo aumentou a comparabilidade das informações de instrumentos financeiros. Da mesma maneira, Cairns et al (2011) também identificaram diversos itens que tiveram a comparabilidade aumentada com o uso do valor justo, principalmente, em itens onde o uso do valor justo era opcional e passou a ser compulsório. Cairns et al (2011) também perceberam que a comparabilidade diminuiu nos itens onde as normas introduziram o uso opcional do valor justo. Assim, os estudos trouxeram indícios de que a menor *consistência* nos métodos de avaliações do valor justo, principalmente, no Nível 3, podem não ser suficientemente fortes para chegar ao ponto de prejudicar a comparabilidade do valor justo total.

Mas não se pode ignorar que a proporção de informações a Nível 3 também tendem a ser as menos representativas no valor justo total. Nesse contexto deve-se levar em consideração o fato das informações determinadas com marcação a modelo não serem suportadas pela comparabilidade. Uma evidência desse fato são os resultados do estudo de Eng, Saudagaran e Yoon (2009), os quais não encontraram relevância nas informações

a valor justo e não conseguiram comprovar empiricamente que o resultado poderia ser decorrente das estimativas de valor justo obtidas a partir de modelos de avaliação (a amostra do valor justo Nível 3 não foi suficiente para a análise). A pequena representatividade do valor justo Nível 3 também é apresentada em outros estudos, como Song, et al (2010), Tama-Sweet e Zhang (2015) e Marques et al (2017).

4.3.4 Verificabilidade

A verificabilidade foi uma das características da informação contábil recomendada por Paton e Littleton (1940). Ela era apontada com um dos elementos necessários para que a informação pudesse ser considerada confiável, característica recomendada por Sanders, Hatfield e Moore, em 1938. O ASOBAT e o APB 4 apresentaram a verificabilidade das informações no mesmo nível de importância da relevância, mas não apresentaram a confiabilidade. A recomendação de Paton e Littleton (1940) passou a ser atendida pelo FASB na SFAC nº 2, mas em 2010 foi reordenada como uma característica de melhoria. Esta mudança teve impacto na utilização do valor justo Nível 3, dado que em na maioria das vezes essas informações não são verificáveis. Como atributo da confiabilidade, a verificabilidade deixava a representação fiel menos abrangente quanto ao valor justo.

A falta de verificabilidade das informações a valor justo foi percebida por Cheng (2012). Ao avaliar o conteúdo informativo dos relatórios de derivativos Cheng (2012) relatou que enfrentou exatamente o mesmo desafio que os usuários das demonstrações financeiras enfrentam: a falta de verificabilidade dos relatórios de valor justo. Devido a assimetria de informação dos títulos lastreados em hipotecas, o autor não pôde verificar diretamente se o poder discricionário estava sendo exercido para melhorar a qualidade da informação contábil. Dito de outra forma, o autor não conseguiu constatar se o mercado estava reagindo às informações contábeis resultantes de reflexos do valor econômico dos ativos, ou se estavam simplesmente sendo enganados pelos vícios introduzidos pela administração. A escassez de informações do Nível 3 do valor justo impediu que qualquer evidência direta sobre esta questão fosse levantada.

Quando a empresa que relata substitui os dados observáveis de mercado por informações e suposições privada da entidade, os relatórios de valor justo deixam de ser

a melhor representação das expectativas dos participantes do mercado, e são influenciados por expectativas da entidade que relata (CHENG, 2012). O autor recomenda que os usuários das demonstrações financeiras e os organismos de normatização devem estar atentos a FSP 157-3. Esta norma aumenta a natureza discricionária dos relatórios de valor justo, embora pareça que apenas permita uma margem de discricionabilidade adicional para a entidade que relata desvincular-se da economia descendente.

Por fim, pode-se afirmar que as informações a valor justo enfrentaram dificuldades para serem suportadas de maneira plena desde 1960 (quando era considerada como característica primária pela ASOBAT e pela APB4), principalmente, nas situações nas quais o valor justo era determinado por meio da marcação a modelo (*mark-to-model*), atual Nível 3.

4.3.5 Compreensibilidade

A ***compreensibilidade*** também foi apresentada na APB-4 como característica fundamental. Na SFAC nº 2 foi apontada como uma qualidade específica do usuário, sendo apresentada separadamente das demais que se referiam à informação. A *compreensibilidade* faz alusão à apresentação de informações ao usuário de forma clara e concisa. No entanto, mesmo que a informação seja complexa ela não deve ser excluída dos relatórios financeiros, pois geraria problemas mais graves que a falta de compreensibilidade dos usuários. Não foram encontrados muitos achados sobre a compreensibilidade, mas Bolívar e Galera (2007) e Bolívar e Galera (2012) pesquisaram se informações adicionais divulgadas nas notas explicativas favoreciam a compreensibilidade dos usuários da informação do setor público. Os pesquisadores não encontraram resultados que sugerissem a confirmação dessa hipótese.

4.3.6 Materialidade

Quanto ao atributo *materialidade*, não foram encontrados estudos que a abordassem. Essa característica está ligada à decisão dos preparadores da entidade sobre a divulgação ou não de determinada informação. Como informações sem materialidade

tendem a não ter relevância, poder-se-ia deduzir que essa característica deve estar presente em pelo menos parte das informações a valor justo que são relevantes.

Apesar de poucos estudos sobre os atributos, os estudos sobre a relevância sugerem que as informações a valor justo têm se mostrado relevantes. Essa afirmação é resultado do seu uso crescente nas últimas décadas, inclusive no que se refere às informações a Nível 3 (*mark-to-model*). Não foram encontrados indícios de que algum dos atributos de materialidade, valor preditivo e valor confirmatório não tenha condições de suportar informações a valor justo, até mesmo as informações a Nível 3. Com base nessas constatações, entende-se que as informações a valor justo são suportadas pela principal característica qualitativa das estruturas conceituais (desde o ASOBAT até a atual), o que é condizente com o uso contínuo e crescente do método do valor justo, em especial ao nível 3.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta tese foi analisar como as características qualitativas da informação contábil requeridas pelas Estruturas Conceituais da Contabilidade são aplicadas às informações geradas a partir do método valor justo. Para atingir este objetivo foi realizada uma pesquisa descritiva, qualitativa e bibliográfica. Primeiramente, foram identificadas as estruturas conceituais da contabilidade norte-americanas e do IASB, e as características qualitativas da informação contábil determinadas por essas estruturas. Na sequência, foram identificados os estudos que analisaram as características qualitativas das informações a valor justo, e analisados os resultados dos estudos. Foi também promovida uma discussão sobre os dados coletados nas estruturas conceituais da contabilidade e nos resultados dos estudos.

O corpus final da pesquisa foi composto por 69 estudos publicados em 39 periódicos localizados em 11 países. Com relação aos autores, identificou-se que são vinculados a 100 instituições acadêmicas de 25 países dos cinco continentes. Os resultados demonstraram que 39 (48%) estudos utilizaram informações contábeis de bancos provenientes dos EUA para o desenvolvimento das pesquisas. O restante dos estudos utilizou dados de outros setores e que foram coletados em 15 países. Essas características demonstram a importância que as discussões sobre as características

qualitativas da informação e as informações geradas a partir do método valor justo têm apresentado ao redor do mundo. Esses resultados podem estar atrelados ao número expressivo de países (que ultrapassa 140 países) que têm adotado as normas internacionais de contabilidade, que implica na utilização do valor justo como método de mensuração.

Para atender ao objetivo geral dessa pesquisa, foram estabelecidos três objetivos específicos. O primeiro objetivo específico foi identificar se as informações a valor justo têm atendido às características qualitativas da informação contábil. Observou-se que as informações a valor justo têm atendido satisfatoriamente a característica de relevância, bem como os atributos valor preditivo, valor confirmatório, materialidade e tempestividade. Quanto à confiabilidade, as informações vinham atendendo em grau satisfatório à característica e seus atributos de verificabilidade, neutralidade, representação fiel, essência sobre a forma e integralidade, porém tinha maiores dificuldades com o atributo da prudência. Já a característica fundamental representação fiel, sucessora da confiabilidade, é atendida satisfatoriamente junto com seus atributos completa, neutra e livre de erro. Não foi possível realizar afirmativas sobre a compreensibilidade, pois não foram encontrados estudos que abordaram esta característica desejável. Com base nas constatações individuais das características e atributos, pode-se afirmar que a informação a valor justo tem atendido a estrutura conceitual da contabilidade de maneira satisfatória, visto que sempre atendeu suficientemente as características fundamentais dessas estruturas.

O segundo objetivo específico foi identificar se há diferença no atendimento às características qualitativas do valor justo entre informações baseadas em valores obtidos a partir de marcação a mercado e a partir de marcação a modelo. Em relação a estrutura do FASB de 1980, pode-se afirmar que o valor justo marcado a mercado, Nível 1 e 2, não apresentou dificuldades em atender às características qualitativas e seus atributos de forma muito próxima a integralidade. Quanto aos valores marcados a modelo, Nível 3, as informações a valor justo atenderam a característica fundamental da relevância, mas apresentaram dificuldades em atender os atributos de *neutralidade* e *verificabilidade*, bem como a característica secundária da *comparabilidade*, a qual refletiu em um menor grau de confiabilidade das informações a valor justo. Com relação as características qualitativas do IASB (1989), as informações a valor justo com marcação a modelo

apresentaram dificuldades em atender os atributos da confiabilidade por conta de dificuldades com os atributos *neutralidade*, *prudência* e *integralidade*, e a característica desejável *comparabilidade*, resultando em menor grau de confiabilidade.

Em relação às características qualitativas das estruturas conceituais do FASB e do IASB de 2010, as informações a valor justo marcadas a mercado (Nível 1 e 2) não apresentaram dificuldades em atender às características qualitativas fundamentais e de melhoria. Quanto às informações marcadas a modelo (Nível 3), pode-se afirmar que atendem a característica fundamental da *relevância* com seus respectivos atributos, mas há evidências de que a falta de neutralidade (atributo *neutra*) poderá diminuir o grau de representação fiel dos fenômenos econômicos. Também sugere-se que há dificuldades quanto a falta de *verificabilidade* e *comparabilidade* das informações a nível 3.

O terceiro objetivo específico foi avaliar a evolução das características qualitativas da Estrutura Conceitual da Contabilidade e a aplicação dessas às informações a valor justo. De maneira geral, o valor justo encontrou suporte na estrutura conceitual básica a partir de 1966, com a estrutura conceitual proposta pela AAA, a ASOBAT, até os dias atuais, principalmente, para as informações obtidas a partir da marcação a mercado (Níveis 1 e 2 da hierarquia) e, de maneira parcial, para as informações obtidas a partir da marcação a modelo (Nível 3). Pode-se sugerir que essa premissa é verdadeira porque as estruturas conceituais sempre assumiram que o principal objetivo qualitativo de uma informação contábil é a relevância, pois uma informação que não influencia as decisões para as quais é utilizada, é considerada inútil. Considerando a evolução das características das estruturas conceituais do FASB (SFAC No. 2) e estrutura conceitual do IASB de 1989 para as estruturas conceituais do FASB e IASB de 2010, pode-se afirmar que as modificações foram favoráveis às informações do valor justo, principalmente, pela substituição da *confiabilidade* pela *representação fiel*, e a retirada dos atributos das informações fundamentais *verificabilidade* e *prudência*.

Com base nos resultados das análises desta tese e nas respostas aos três objetivos específicos, pode-se sugerir que as informações a valor justo são úteis para a tomada de decisão, pois as informações marcadas a mercado (Nível 1 e 2) atendem às características qualitativas fundamentais e de melhoria da informação contábil. Além disso, as informações a valor justo marcadas a modelo (Nível 3) são úteis, especialmente, por atenderem de modo satisfatório a relevância. Porém, informações a valor justo marcadas

a modelo apresentam graus mais baixos de representação fiel por conta da menor neutralidade e comparabilidade, mesmo após as mudanças nas estruturas conceituais consideradas favoráveis para a adoção do valor justo introduzidas pelo IASB e FASB em 2010.

Com base no exposto, como contribuição desta tese, destaca-se que os resultados demonstrados contribuem para uma percepção mais ampla acerca do atendimento das características qualitativas, apresentadas nas estruturas conceituais da contabilidade, pelas informações geradas a partir do método de mensuração valor justo, considerando que os estudos que foram realizados nessa temática analisaram as referidas características individualmente. Portanto, como as estruturas conceituais recomendam a presença do conjunto de características qualitativas primárias ou fundamentais nas informações contábeis para que possam ser consideradas úteis, essa tese apresenta evidências da presença dessas características nas informações contábeis e, assim, sugere-se a utilidade das informações geradas a partir do valor justo.

É importante destacar que, apesar do rigor científico presente neste estudo, existem limitações na pesquisa. Entende-se como limitações o viés do pesquisador na escolha dos estudos que fazem parte do *corpus* desta pesquisa, as estruturas conceituais da contabilidade existentes ao longo da história, como também o fato desta pesquisa ser desenvolvida com base em dados de outras pesquisas, sem a possibilidade de conferência dos dados e nem de análise das metodologias utilizadas.

Por fim, recomenda-se que investigações sejam realizadas para complementar este estudo, por exemplo: i) analisar a compreensibilidade dos conceitos das características qualitativas da informação contábil; ii) analisar a compreensibilidade das informações a valor justo pelos usuários; iii) se as normas de divulgação das informações a valor justo Nível 3 são suficientes para melhorar a compreensão dos usuários; iv) estudos conceituais sobre os possíveis efeitos da redução do conservadorismo nas estruturas conceituais.

REFERÊNCIAS

AAA – American Accounting Association. **A Statement Of Basic Accounting Theory – ASOBAT**. Sarasota, Florida American Accounting Association, 1966.

ABOODY, D.; BARTH, M. E.; KASZNIK, R. Do firms understate stock option-based compensation expense disclosed under SFAS n°. 123? **Review of Accounting Studies**, v. 11, n. 4, p. 429–461, 2006.

AHMED, A. S.; KILIC, E.; LOBO, G. J. Does Recognition versus Disclosure Matter? Evidence from Value-Relevance of Banks' Recognized and Disclosed Derivative Financial Instruments. **The Accounting Review**, v. 81, n. 3, p. 567–588, 2006.

AHMED, A. S.; TAKEDA, C. Stock market valuation of gains and losses on commercial banks' investment securities an empirical analysis. **Journal of Accounting and Economics**, v. 20, n. 2, p. 207–225, set. 1995.

AICPA – American Institute of Certified Public Accountants. **Basic Concepts and Accounting Principles Underlying Financial Statements of Business Enterprises - APB 4**. New York, American Institute of Certified Public Accountants, Inc., 1970.

AICPA – American Institute of Certified Public Accountants. **Objectives of Financial Statements - Report Trueblood Committee**. New York: American Institute of Certified Public Accountants, Inc., 1973.

ALALI, F.; CAO, L. International financial reporting standards - credible and reliable? An overview. **Advances in Accounting**, v. 26, n. 1, p. 79–86, 2010.

ARORA, N.; RICHARDSON, S.; TUNA, İ. Asset reliability and security prices: evidence from credit markets. **Review of Accounting Studies**, v. 19, n. 1, p. 363–395, 2014.

AROURI, M. E. H. et al. Relevance of fair value accounting for financial instruments: Some French evidence. **International Journal of Business**, v. 17, n. 2, p. 209–220, 2012.

BABOUKARDOS, D.; RIMMEL, G. Goodwill under IFRS: Relevance and disclosures in an unfavorable environment. **Accounting Forum**, v. 38, n. 1, p. 1–17, 2014.

BADERTSCHER, B. A.; BURKS, J. J.; EASTON, P. D. A Convenient Scapegoat: Fair Value Accounting by Commercial Banks during the Financial Crisis. **The Accounting Review**, v. 87, n. 1, p. 59–90, 2012.

BARHAVA, K.; ROZEN, H. Can manager-provided fair value estimates be both relevant and reliable? Evidence from the United States Public Venture capital industry. **Journal of Accounting and Finance**, v. 15, n. 2, p. 129–156, 2015.

BARLEV, B.; HADDAD, J. R. Fair value accounting and the management of the firm. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 14, n. 4, p. 383–415, 2003.

BARR, E. Pass-through entity valuations and fair market Value: A new perspective. **The Value Examiner**, n. December, p. 16–20, 2012.

BARRON, O. E.; CHUNG, S. G.; YONG, K. O. The effect of Statement of Financial Accounting Standards No. 157 Fair Value Measurements on analysts' information environment. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 35, n. 4, p. 395–416, 2016.

BARTH, M. E. Fair Value Accounting: Evidence from investment securities and the market valuation of banks. **The Accounting Review**, v. 69, n. 1, p. 1–25, 1994.

BARTH, M. E. Standard-setting measurement issues and the relevance of research. **Accounting and Business Research**, n. Special Issue: International Accounting Policy Forum, p. 7–15, 2007.

BARTH, M. E.; BEAVER, W. H.; LANDSMAN, W. R. The relevance of the value relevance literature for financial accounting standard setting: another view. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, n. 1-3, p. 77–104, 2001.

BARTH, M. E.; BEAVER, W. H.; LANDSMAN, W. R. Value-relevance of banks' fair value disclosure under SFAS n°. N. 107. **The Accounting Review**, v. 71, n. 4, p. 513–537, 1996.

BARTH, M. E.; LANDSMAN, W. R. How did Financial Reporting Contribute to the Financial Crisis? **European Accounting Review**, v. 19, n. 3, p. 399–423, 2010.

BEAVER, W. H.; VENKATACHALAM, M. Differential pricing of components of bank loan fair values. **Journal of Accounting, Auditing & Finance**, v. 18, n. 1, p. 41–67, 2003.

BELTRATTI, A.; SPEAR, N.; SZABO, M. D. The value relevance and timeliness of write-downs during the financial crisis of 2007–2009. **The International Journal of Accounting**, v. 48, n. 4, p. 467–494, 2013.

BENS, D. A.; CHENG, M.; NEAMTIU, M. The impact of SEC disclosure monitoring on the uncertainty of fair value estimates. **The Accounting Review**, v. 91, n. 2, p. 349–375, 2016.

BENSTON, G. J. The shortcomings of fair-value accounting described in SFAS n°. 157. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 27, n. 2, p. 101–114, 2008.

BENSTON, G. J.; WALL, L. D. How should banks account for loan losses. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 24, n. 2, p. 81–100, mar. 2005.

BERNARD, V. L.; MERTON, R. C.; PALEPU, K. G. Mark-to-market accounting for banks and thrifts: Lessons from the danish experience. **Journal of Accounting Research**, v. 33, n. 1, p. 1–32, 1995.

BOLÍVAR, M. P. R.; GALERA, A. N. Could fair value accounting be useful, under NPM models, for users of financial information? **International Review of Administrative Sciences**, v. 73, n. 3, p. 473–502, 2007.

BOLÍVAR, M. P. R.; GALERA, A. N. The role of Fair Value Accounting in promoting government accountability. **Abacus**, v. 48, n. 3, p. 348–386, 2012.

BONACI, C. G.; MATIS, D.; STROUHAL, J. I. Ř. Í. **Crisis of Fair Value**

Measurement ? Some Defense of the Best of All Bad Measurement Bases. WSEAS TRANSACTIONS on BUSINESS and ECONOMICS. *Anais...Iasi*, Romania: 2010.

BOWEN, R. M.; KHAN, U. Market reactions to policy deliberations on fair value accounting and impairment rules during the financial crisis of 2008–2009. *Journal of Accounting and Public Policy*, v. 33, n. 3, p. 233–259, 2014.

BOYER, R. Assessing the impact of fair value upon financial crises. *Socio-Economic Review*, v. 5, p. 779–807, 2007.

BRADBURY, M. **Discussion of Whittington.** *Abacus*, v. 44, n. 2, 2008.

BRATTEN, B.; CAUSHOLLI, M.; KHAN, U. Usefulness of fair values for predicting banks' future earnings: evidence from other comprehensive income and its components. *Review of Accounting Studies*, v. 21, n. 1, p. 280–315, 2016.

BRYAN, S.; LILIEN, S. How Fair Values and Accounting Structures Allow Triple-Counting Income: Implications for Standard Setters, Market Participants, and Academics. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, v. 28, n. 1, p. 79–98, 2013.

BUCKLEY, J. W.; KIRCHER, P.; MATHEWS, R. L. Methodology in Accounting Research. *The Accounting Review*, p. 274–283, 1968.

BURTON, J. C. A symposium on the conceptual. *The Journal of Accountancy*, n. January, p. 53–59, 1978.

CAIRNS, D.; MASSOUDI, D.; TEPLIN, R.; TARCA, A. IFRS fair value measurement and accounting policy choice in the United Kingdom and Australia. *The British Accounting Review*, v. 43, n. 1, p. 1–21, 2011.

CAMPBELL, R. L.; OWENS-JACKSON, L. A.; ROBINSON, D. R. Fair value accounting from theory to practice. *Strategic Finance*, p. 31–37, 2008.

CARROLL, T. J.; LINSMEIER, T. J.; PETRONI, K. R. The reliability of fair value versus historical cost information: Evidence from closed-end mutual funds. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, v. 18, n. 1, p. 1–24, 2003.

CHEBAC, N.; ONICA, C. M. Correlation between International Financial Reporting Standards and assessment in the context of market value relations - fair value. *Euroeconomica*, v. 23, n. 2, p. 32–49, 2009.

CHENG, K. Accounting discretion and fair value reporting: A study of us banks' fair value reporting of mortgage-backed-securities. *Journal of Business Finance & Accounting*, v. 39, n. 5-6, p. 531–566, 2012.

CHIQUETO, F.; SILVA, R. L. M.; COLOSSAL, G.; CARVALHO, N. G. Relevance of fair value of Brazilian banks securities in the financial crisis. *International Journal of Emerging Markets*, v. 10, n. 4, p. 684–696, 2015.

CHRISTENSEN, H. B.; NIKOLAEV, V. V. Does fair value accounting for non-financial assets pass the market test? *Review of Accounting Studies*, v. 18, n. 3, p. 734–775, 2013.

- CHRISTENSEN, J. Conceptual frameworks of accounting from an information perspective. **Accounting and Business Research**, v. 40, n. 3, p. 287–299, 2010.
- CORNETT, M. M.; REZAEE, Z.; TEHRANIAN, H. An investigation of capital market reactions to pronouncements on fair value accounting. **Journal of Accounting and Economics**, v. 22, p. 119–154, 1996.
- CRISTEA, V. G. The Necessity to Introduce the Accounting Rules and Fair Value in the Conceptual Framework. **Procedia Economics and Finance**, v. 26, n. 15, p. 515–521, 2015.
- DANBOLT, J.; REES, W. An Experiment in Fair Value Accounting: UK Investment Vehicles. **European Accounting Review**, v. 17, n. 2, p. 271–303, 2008.
- DE JAGER, P. Fair value accounting, fragile bank balance sheets and crisis: A model. **Accounting, Organizations and Society**, v. 39, n. 2, p. 97–116, 2014a.
- DE JAGER, P. Liberal fair value accounting in banks: A South African case study. **Australian Accounting Review**, v. 24, n. 2, p. 134–153, 2014b.
- DEAN, G.; CLARKE, F. Commentary: Business Black Swans and the Use and Abuse of a Notion. **Australian Accounting Review**, v. 20, n. 2, p. 185–194, 2010.
- DELOITTE GLOBAL SERVICES LIMITED. **IAS 18 - Revenue**. Disponível em: <<https://www.iasplus.com/en/standards/ias/ias18>>. Acesso em: 30 jan. 2017a.
- DELOITTE GLOBAL SERVICES LIMITED. **IAS 22 - Business Combinations (Superseded)**. Disponível em: <<https://www.iasplus.com/en/standards>>. Acesso em: 31 jan. 2017b.
- DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas S.A., 1985.
- DIETRICH, J. R.; HARRIS, M. S.; MULLER, K. A. The reliability of investment property fair value estimates. **Journal of Accounting and Economics**, v. 30, p. 125–158, 2001.
- DOPUCH, N.; SUNDER, S. FASB's statements on objectives and elements of financial accounting: A Review. **The Accounting Review**, v. 55, n. I, p. 1–21, 1980.
- DORCHESTER, J. Market value, fair value, and duress. **Journal of Property Investment & Finance**, v. 29, n. 4/5, p. 428–447, 2011.
- DU, H.; LI, S. F.; XU, R. Z. Adjustment of valuation inputs and its effect on value relevance of fair value measurement. **Research in Accounting Regulation**, v. 26, n. 1, p. 54–66, 2014.
- DU, N.; MCENROE, J. E.; STEVENS, K. The joint effects of management incentive and information precision on perceived reliability in fair value estimates. **Accounting Research Journal**, v. 27, n. 2, p. 188–206, 2014.
- ECCHER, E. A.; RAMESH, K.; THIAGARAJAN, S. R. Fair value disclosures by bank holding companies. **Journal of Accounting and Economics**, v. 22, p. 79–117, 1996.

EMERSON, D. J.; KARIM, K. E.; RUTLEDGE, R. W. Fair value accounting: A historical review of the most controversial accounting issue in decades. **Journal of Business & Economics Research**, v. 8, n. 4, p. 77–86, 2010.

ENG, L. L.; SAUDAGARAN, S.; YOON, S. A note on value relevance of mark-to-market values of energy contracts under EITF Issue No. 98-10. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 28, n. 3, p. 251–261, 2009.

ERB, C.; PELGER, C. “Twisting words”? A study of the construction and reconstruction of reliability in financial reporting standard-setting. **Accounting, Organizations and Society**, v. 40, p. 13–40, 2015.

EUROPEAN COMMISSION. **International Accounting Standard 39: Financial Instruments: Recognition and Measurement**, 2011. Disponível em: <http://ec.europa.eu/internal_market/accounting/docs/consolidated/ias39_en.pdf>

EVANS, M. E.; HODDER, L.; HOPKINS, P. E. The predictive ability of fair values for future financial performance of commercial banks and the relation of predictive ability to banks’ share prices. **Contemporary Accounting Research**, v. 31, n. 1, p. 13–44, 2014.

FANG, S.-Y.; CHEN, S. K.; FU, C.-J. The Impact of a Major Financial Event on the Value Relevance of Financial Instruments Fair Value. **Journal of Asia-Pacific Business**, v. 14, n. 2, p. 130–153, 2013.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Project update - Conceptual Framework - Phase F: Framework purpose and status in GAAP hierarchy (Inactive)**. 201?. Disponível em: <http://www.fasb.org/jsp/FASB/FASBContent_C/ProjectUpdatePage&cid=900000011084#objective>. Acesso em: 10 fev. 2017.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 1: Disclosure of Foreign Currency Translation Information**. Norwalk: FASB, 1973.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 8: Accounting for the Translation of Foreign Currency Transactions and Foreign Currency Financial Statements**. Norwalk: FASB, 1975a.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 12: Accounting for Certain Marketable Securities**. Norwalk: FASB, 1975b.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 13: Accounting for Leases**. Norwalk: FASB, 1976.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 15: Accounting by Debtors and Creditors for Troubled Debt Restructurings**. Norwalk: FASB, 1977a.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 19: Financial Accounting and Reporting by Oil and Gas Producing Companies**. Norwalk: FASB, 1977b.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Concepts No. 1: Objectives of Financial Reporting by Business Enterprises.** Norwalk: FASB, 1978a.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 23: Inception of the Lease an amendment of FASB Statement No. 13.** Norwalk: FASB, 1978b.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 28: Accounting for Sales with Leasebacks an amendment of FASB Statement No. 13.** Norwalk: FASB, 1979a.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 26: Profit Recognition on Sales - Type Leases of Real Estate an amendment of FASB Statement No. 13.** Norwalk: FASB, 1979b.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Concepts No. 2: Qualitative Characteristics of Accounting Information.** Norwalk: FASB, 1980a.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Concepts No. 3: Elements of Financial Statements of Business Enterprises.** Norwalk: FASB, 1980b.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Concepts No. 4: Objectives of Financial Reporting by Nonbusiness Organizations.** Norwalk: FASB, 1980c.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 35: Accounting and Reporting by Defined Benefit Pension Plans.** Norwalk: FASB, 1980d.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 38: Accounting for Preacquisition Contingencies of Purchased Enterprises an amendment of APB Opinion No. 16.** Norwalk: FASB, 1980e.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 39: Financial Reporting and Changing Prices - Specialized Assets - Mining and Oil and Gas a supplement to FASB Statement No. 33.** Norwalk: FASB, 1980f.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 40: Financial Reporting and Changing Prices: Specialized Assets - Timberlands and Growing Timber a supplement to FASB Statement No. 33.** Norwalk: FASB, 1980g.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 41: Financial Reporting and Changing Prices: Specialized Assets - Income-Producing Real Estate a supplement to FASB Statement No. 33.** Norwalk: FASB, 1980h.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting**

Standards No. 45: Accounting for Franchise Fee Revenue. Norwalk: FASB, 1981.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 60: Accounting and Reporting by Insurance Enterprises.** Norwalk: FASB, 1982a.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 63: Financial Reporting by Broadcasters.** Norwalk: FASB, 1982b.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 65: Accounting for Certain Mortgage Banking Activities.** Norwalk: FASB, 1982c.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 67: Accounting for Costs and Initial Rental Operations of Real Estate Projects.** Norwalk: FASB, 1982d.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 72: Accounting for Certain Acquisitions of Banking or Thrift Institutions an amendment of APB Opinion No. 17, an interpretation of APB Opinions 16 and 17, and an amendment of FASB Interpretation No. 9.** Norwalk: FASB, 1983.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Concepts No. 5: Recognition and Measurement in Financial Statements of Business Enterprises.** Norwalk: FASB, 1984a.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 80: Accounting for Futures Contracts.** Norwalk: FASB, 1984b.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Concepts No. 6: Elements of Financial Statements FASB, Financial Accounting Standards Board.** Norwalk: FASB, 1975.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 88: Employers' Accounting for Settlements and Curtailments of Defined Benefit Pension Plans and for Termination Benefits.** Norwalk: FASB, 1985b.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 90: Regulated Enterprises - Accounting for Abandonments and Disallowances of Plant Costs an amendment of FASB Statement No. 71.** Norwalk: FASB, 1986.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 93: Recognition of Depreciation by Not-for-Profit Organizations.** Norwalk: FASB, 1987a.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 96: Accounting for Income Taxes.** Norwalk: FASB, 1987b.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting**

Standards No. 98: Accounting for Leases: Sale-Leaseback Transactions Involving Real Estate; Sales-Type Leases of Real Estate; Definition of the Lease Term; Initial Direct Costs of Direct Financing Leases. Norwalk: FASB, 1988.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 102: Statement of Cash Flows - Exemption of Certain Enterprises and Classification of Cash Flows from Certain Securities Acquired for Resale an amendment of FASB Statement No. 95.** Norwalk: FASB, 1989a.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 104: Statement of Cash Flows - Net Reporting of Certain Cash Receipts and Cash Payments and Classification of Cash Flows from Hedging Transactions an amendment of FASB Statement No. 95.** Norwalk: FASB, 1989b.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 106: Employers' Accounting for Postretirement Benefits Other Than Pensions.** Norwalk: FASB, 1990.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 107: Disclosures about Fair Value of Financial Instruments.** Norwalk: FASB, 1991.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 110: Reporting by Defined Benefit Pension Plans of Investment Contracts an amendment of FASB Statement No. 35.** Norwalk: FASB, 1992a.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 113: Accounting and Reporting for Reinsurance of Short-Duration and Long-Duration Contracts an amendment of FASB Statement No. 60.** Norwalk: FASB, 1992b.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 114: Accounting by Creditors for Impairment of a Loan an amendment of FASB Statements No. 5 and 15.** Norwalk: FASB, 1993a.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 115: Accounting for Certain Investments in Debt and Equity Securities.** Norwalk: FASB, 1993b.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 116: Accounting for Contributions Received and Contributions Made.** Norwalk: FASB, 1993c.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 117: Financial Statements of Not-for-Profit Organizations.** Norwalk: FASB, 1993d.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 118: Accounting by Creditors for Impairment of a Loan-Income Recognition and Disclosures an amendment of FASB Statement No. 114.** Norwalk: FASB, 1994a.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 119: Disclosure about Derivative Financial Instruments and Fair Value of Financial Instruments**. Norwalk: FASB, 1994b.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 121: Accounting for the Impairment of Long-Lived Assets and for Long-Lived Assets to Be Disposed Of**. Norwalk: FASB, 1995a.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 122: Accounting for Mortgage Servicing Rights an amendment of FASB Statement No. 65**. Norwalk: FASB, 1995b.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 123: Accounting for Stock-Based Compensation**. Norwalk: FASB, 1995c.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 124: Accounting for Certain Investments Held by Not-for-Profit Organizations**. Norwalk: FASB, 1995d.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 125: Accounting for Transfers and Servicing of Financial Assets and Extinguishments of Liabilities**. Norwalk: FASB, 1996a.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 126: Exemption from Certain Required Disclosures about Financial Instruments for Certain Nonpublic Entities an amendment of FASB Statement No. 107**. Norwalk: FASB, 1996b.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 128: Earnings per Share**. Norwalk: FASB, 1997a.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 130: Reporting Comprehensive Income**. Norwalk: FASB, 1997b.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 133: Accounting for Derivative Instruments and Hedging Activities**. Norwalk: FASB, 1998.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Concepts No. 7: Using Cash Flow Information and Present Value in Accounting Measurements**. Norwalk: FASB, 2000.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 157: Fair Value Measurements**: Financial Accounting Series. Norwalk: FASB, 2006. Disponível em: <http://www.fasb.org/jsp/FASB/Document_C/DocumentPage?cid=1218220125441&acceptedDisclaimer=true>

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Standards No. 159: The Fair Value Option for Financial Assets and Financial Liabilities**. Norwalk: FASB, 2007.

FASB – Financial Accounting Standards Board. **Statement of Financial Accounting Concepts No. 8: Conceptual Framework for Financial Reporting Financial Accounting Standards Board**. Norwalk: FASB, 2010.

FIECHTER, P.; NOVOTNY-FARKAS, Z. The impact of the institutional environment on the value relevance of fair values. **Review of Accounting Studies**, 2016.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2009.

FORNARO, J. M.; BARBERA, A. T. The new fair value hierarchy: Key provisions, implications, and effect on information usefulness. **Review of Business**, v. 28, n. 1, p. 31–37, 2007.

FRANCIS, S. How to “mark-to-market” when there is no market. **Journal of Derivatives & Hedge Funds**, v. 17, n. 2, p. 122–132, 2011.

GAFFIKIN, M. J. R. Creating a Science of Accounting: accounting theory to 1970. **School of Accounting and Finance Working Papers Series**. Australia, 2005.

GALERA, A. N.; LÓPEZ, M. D. C. P. La repercusión del valor razonable de los bienes inmuebles en la utilidad de los estados financieros: una nota de investigación. **Revista de Contabilidad**, v. 12, n. 1, p. 141–161, 2009.

GEORGIU, O.; JACK, L. In pursuit of legitimacy: A history behind fair value accounting. **The British Accounting Review**, v. 43, n. 4, p. 311–323, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 Edição ed. São Paulo: Atlas S.A., 2008.

GODFREY, J.; HODGSON, A.; HOLMES, S.; TARCA, A. **Accounting theory**. 6 ed ed. John Wiley & Sons Australia, Ltd, 2006.

GOH, B. W.; LI, D.; NG, J.; YONG, K. O. Market pricing of banks’ fair value assets reported under SFAS n°. 157 since the 2008 financial crisis. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 34, n. 2, p. 129–145, 2015b.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 12. ed. São Paulo: Record. 2011.

GRAČANIN, Š.; KALAČ, E. The impact of fair value accounting on the crisis in banking sector of EU and USA. **Ekonomika istraživanja**, v. 24, n. 2, p. 126–153, 2011.

GRAHAM, R. C.; LEFANOWICZ, C. E.; PETRONI, K. R. The value relevance of equity method fair value disclosures. **Journal of Business Finance and Accounting**, v. 30, n. 7-8, p. 1065–1088, 2003.

GRIFFIN, J. B. The Effects of Uncertainty and Disclosure on Auditors’ Fair Value Materiality Decisions. **Journal of Accounting Research**, v. 52, n. 5, p. 1165–1193, 2014.

HAHN, A. D.; COLLIER, H. G. Fair market value: Appraisal practice in an evolving legal. **Journal of Health Care Compliance**, n. May/June, p. 5–67, 2010.

HASSAN, M. S. BIN; PERCY, M.; STEWART, J. The value relevance of fair values disclosures in Australian firms in the extractive industries. **Asian Academy of Management Journal of Accounting and Finance**, v. 2, n. 1, p. 41–61, 2006.

HASSAN, M. S.; MOHD-SALEH, N. The value relevance of financial instruments disclosure in Malaysian firms listed in the Main Board of Bursa Malaysia (versão do autor). **International Journal of Economics and Management**, v. 4, n. 2, p. 243–270, 2010b.

HENDRIKSEN, E. S.; BREDA, M. F. VAN. **Accounting Theory**. 5. ed. Boston, EUA: Richard D. Irwin, Inc, 1991.

HENRY, E.; HOLZMANN, O. Conceptual framework revisions: Say goodbye to “Reliability” and “Stewardship”. **Journal of Corporate Accounting & Finance**, v. 22, p. 91–94, 2011.

HITZ, J.-M. The Decision Usefulness of Fair Value Accounting – A Theoretical Perspective. **European Accounting Review**, v. 16, n. 2, p. 323–362, 2007.

IASB – International Accounting Standards Board. **Conceptual Framework for Financial Reporting**. London: IFRS Foundation, 2010.

IASB – International Accounting Standards Board. **IFRS Standard 13: Fair Value Measurement**. London: IFRS Foundation, 2011.

IASB – International Accounting Standards Board. **IFRS Standard 7: Financial Instruments: Disclosures**. London: IFRS Foundation, 2001.

IASB – International Accounting Standards Board. **Press Release - IASB and US FASB seek views on two consultative documents on the conceptual framework**, 2008. Disponível em: http://www.ifrs.org/News/Press-Releases/Documents/PR_conceptual_framework_0508.pdf. Acesso em: 10 fev. 2017.

IASB – International Accounting Standards Committee. **Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements**. London: IASCF, 1989.

IASB – International Accounting Standards Committee. **IAS Standard 20: Accounting for Government Grants and Disclosure of Government Assistance**. London: IASCF, 1983.

IASB – International Accounting Standards Committee. **IAS Standard 32: Financial Instruments: Presentation**. London: IASCF, 2000.

IASB – International Accounting Standards Committee. **IAS Standard 40: Investment Property**. London: IASCF, 2001a.

IASB – International Accounting Standards Committee. **IAS Standard 41: Agriculture**. London: IASCF, 2001b.

IASB – International Accounting Standards Committee. **IAS Standard 39: Financial Instruments: Recognition and Measurement**. London: IASB, 2001.

IASB – International Accounting Standards Committee. **International Accounting Standard 16: Property, Plant and Equipment**. London: IASB, 1993.

IUDICIBUS, S.; MARTINS, E. A. Estudando e Pesquisando teoria: O futuro chegou? **Universo Contábil**, v. 11, n. 1, p. 6–24, 2015.

JAGGI, B.; WINDER, J. P.; LEE, C.-F. Is There a Future for Fair Value Accounting After the 2008–2009 Financial Crisis? **Review of Pacific Basin Financial Markets and Policies**, v. 13, n. 03, p. 469–493, 2010.

JONES, M. J.; OLDROYD, D. Financial accounting: Past, present and future. **Accounting Forum**, v. 33, n. 1, p. 1–10, 2009.

KADOUS, K.; KOONCE, L.; THAYER, J. M. Do financial statement users judge relevance based on properties of reliability? **The Accounting Review**, v. 87, n. 4, p. 1335–1356, 2012.

KAYA, C. T. Fair value versus historical cost: Which is actually more “Fair”? **Journal of Accounting & Finance**, n. 60, p. 127–138, 2013b.

KAYA, C. T. Threatening nature of level 3 inputs under the hierarchy of fair value accounting. **Muhasebe ve Vergi Uygulamaları Dergisi**, v. 6, n. 2, p. 55–65, 2013a.

KHURANA, I. K.; KIM, M.-S. Relative value relevance of historical cost vs. fair value: Evidence from bank holding companies. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 22, n. 1, p. 19–42, 2003.

KOEPPEN, D. R. Using the FASB’s conceptual framework: Fitting the pieces together. **Accounting Horizons**, v. 2, n. June, p. 18–26, 1988.

KOONCE, L.; NELSON, K. K.; SHAKESPEARE, C. M. Judging the Relevance of Fair Value for Financial Instruments. **The Accounting Review**, v. 86, n. 6, p. 2075–2098, 2011.

KRIPKE, H. Reflections on the FASB’s Conceptual Framework for Accounting and on Auditing. **Journal of Accounting, Auditing & Finance**, v. 4, p. 3–65, 1989.

LAFOND, R.; WATTS, R. L. The information role of conservatism. **The Accounting Review**, v. 83, p. 447–478, 2008.

LANDSMAN, W. R. Is fair value accounting information relevant and reliable? Evidence from capital market research. **Accounting and Business Research**, v. 37, n. sup1, p. 19–30, 2007.

LAUX, C.; LEUZ, C. Did Fair-Value Accounting Contribute to the Financial Crisis? **Journal of Economic Perspectives**, v. 24, n. 1, p. 93–118, 2010.

LAUX, C.; LEUZ, C. The crisis of fair-value accounting: Making sense of the recent debate. **Accounting, Organizations and Society**, v. 34, n. 6-7, p. 826–834, 2009.

- LAWRENCE, A.; SIRIVIRIYAKUL, S.; SLOAN, R. G. Who's the fairest of them all? Evidence from closed-end funds. **The Accounting Review**, v. 91, n. 1, p. 207–227, 2016.
- LEE, T. A. Review of 'The Routledge Companion to Fair Value and Financial Reporting'. **Accounting and Business Research**, v. 38, n. 1, p. 93–96, 2008.
- LENNARD, A. Stewardship and the objectives of Financial Statements: A comment on IASB's preliminary views on an improved conceptual framework for financial reporting: The objective of Financial Reporting and Qualitative Characteristics of Decision-Useful Financial Re. **Accounting in Europe**, v. 4, n. 1, p. 51–66, 2007.
- LIANG, L.; RIEDL, E. J. The effect of fair value versus historical cost reporting model on analyst forecast accuracy. **Accounting Review**, v. 89, n. 3, p. 1151–1177, 2014.
- LIAO, L.; KANG, H.; MORRIS, R. D.; TANG, Q. Information asymmetry of fair value accounting during the financial crisis. **Journal of Contemporary Accounting & Economics**, v. 9, n. 2, p. 221–236, 2013.
- LIMA, T. C. S. DE; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, n. esp., p. 37–45, 2007.
- LINSMEIER, T. J. Financial Reporting and Financial Crises: The Case for Measuring Financial Instruments at Fair Value in the Financial Statements. **Accounting Horizons**, v. 25, n. 2, p. 409–417, 2011.
- LIU, C.; YAO, L. J.; YAO, M. Y. M. Value Relevance Change Under International Accounting Standards: An Empirical Study of Peru. **Review of Pacific Basin Financial Markets & Policies**, v. 15, n. 2, p. 1150008–1150017, 2012.
- LU, H.-Y. (RICHARD); MANDE, V. Does disaggregation of fair value information increase the value relevance of the fair value hierarchy? **Research in Accounting Regulation**, v. 26, n. 1, p. 90–97, 2014.
- MAGNAN, M. Fair value accounting and the financial crisis: Messenger or contributor? **CIRANO - Scientific Publications Paper**, 2009.
- MAGNAN, M.; MENINI, A.; PARBONETTI, A. Fair value accounting: information or confusion for financial markets? **Review of Accounting Studies**, v. 20, n. 1, p. 559–591, 2015.
- MAINES, L. A.; WAHLEN, J. M. The Nature of Accounting Information Reliability: Inferences from Archival and Experimental Research. **Accounting Horizons**, v. 20, n. 4, p. 399–425, 2006.
- MALA, R.; CHAND, P. Effect of the global financial crisis on accounting convergence. **Accounting and Finance**, v. 52, p. 21–46, 2012.
- MARCONI, M. DE A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 Edição ed. São Paulo: Atlas S.A., 2003.

- MARKARIAN, G. The Crisis and Fair Values: Echoes of early twentieth century debates? **The Accounting Historians Journal**, v. 41, n. 1, p. 35–60, 2014.
- MARQUES, T. O.; NIYAMA, J. K.; SOUZA, R. M.; SCHULTZ, C. A. Avaliação do value relevance das informações sobre a hierarquia do valor justo das empresas brasileiras. **Revista Ambiente Contábil**, v. 9, n. 1, p. 146–162, 2017.
- MARTINS, V. G.; MACHADO, M. A. V.; CALLADO, A. L. C. Relevância e representação fidedigna na mensuração de ativos biológicos a valor justo por empresas listadas na BM&FBovespa. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 11, n. 22, p. 163–188, 2014.
- MASOOD, O.; BELLALAHB, M. Role of accountants and fair value accounting leading towards the global financial crisis. **International Journal of Business**, v. 19, n. 3, 2014.
- MAZZA, C. R.; HUNTON, J. E.; MCEWEN, R. A. Fair Value (U.S. GAAP) and Entity-Specific (IFRS) Measurements for Performance Obligations: The Potential Mitigating Effect of Benchmarks on Earnings Management. **Journal of Behavioral Finance**, v. 12, n. 2, p. 68–77, 2011.
- MCCARTY, R. J. **Federal valuation: railroad property**. Kansas City: Tiernan-Dart Printing Company, 1915.
- MCGREGOR, W.; STREET, D. L. IASB and FASB face challenges in pursuit of joint conceptual framework. **Journal of International Financial Management and Accounting**, v. 18, p. 39–51, 2007.
- MOONITZ, M. **The basic postulates of accounting**. Nova York: 1961.
- MOST, K. S. **Accounting Theory**. Second ed. Columbus, Ohio: Grid Publishing, INC, 1982.
- NELLESSEN, T.; ZUELCH, H. The reliability of investment property fair values under IFRS. **Journal of Property Investment & Finance**, v. 29, n. 1, p. 59–73, 2011.
- NELSON, K. K. Fair value accounting for commercial banks: an empirical analysis of SFAS n°. n° 107. **The Accounting Review**, v. 71, n. 2, p. 161–182, 1996.
- NISSIM, D. Reliability of Banks' Fair Value Disclosure for Loans. **Review of Quantitative Finance and Accounting**, v. 20, p. 355–384, 2003.
- O'BRIEN, P. C. Changing The Concepts To Justify The Standards. **Accounting Perspectives**, v. 8, n. 4, p. 263–275, 2009.
- OLIVEIRA, J. S.; AZEVEDO, G. M. C.; SANTOS, C. S. A.; VASCONCELOS, S. C. S. Fair value: model proposal for the dairy sector. **Agricultural Finance Review**, v. 75, n. 2, p. 230–252, 2015.
- PALEA, V.; MAINO, R. Private Equity Fair Value Measurement : A Critical Perspective on IFRS 13. **Australian Accounting Review**, v. 23, n. 66, 2013.

PARK, M. S.; PARK, T.; RO, B. T. Fair value disclosures for investment securities and bank equity: evidence from SFAS n°. No. 115. **Journal of Accounting, Auditing & Finance**, v. 14, n. 3, p. 347–370, 1999.

PATON, W. A. **Accounting theory**. New York, EUA: Ronald Press Company, 1922.

PATON, W. A.; LITTLETON, A. C. **An introduction to corporate accounting standards**. Iowa: American Accounting Association, 1940.

PAULSON GJERDE, K. A.; HUGHES, S. B. Racing to Success by Identifying Key Performance Drivers. **The Journal of Corporate Accounting & Finance**, v. 20, n. September, p. 59–66, 2009.

PEASNELL, K. V. The function of a conceptual framework for corporate financial reporting. **Accounting and Business Research**, p. 243–256, 1982.

PEASNELL, K.; DEAN, G.; GEBHARDT, G. Reflections on the revision of the IASB framework by EAA academics. **Abacus**, v. 45, n. 4, p. 518–527, 2009.

PETRONI, K. R.; WAHLEN, J. M. Fair Values of Equity and Debt Securities and Share Prices of Property-Liability Insurers. **The Journal of Risk and Insurance**, v. 62, n. 4, p. 719–737, 1995.

PIKE, B.; CHUI, L. An evaluation of the FASB's conceptual framework from a user's perspective. **Academy of Accounting and Financial Studies Journal**, v. 16, n. 1, p. 77–95, 2012.

PLANTIN, G.; SAPRA, H.; SHIN, H. S. Marking-to-Market: Panacea or Pandora's Box? **Journal of Accounting Research**, v. 46, n. 2, p. 435–460, 2008.

POWER, M. Fair value accounting, financial economics and the transformation of reliability. **Accounting and Business Research**, v. 40, n. 3, p. 197–210, 2010.

POZEN, R. C. Is It Fair to Blame Accounting Fair Value for the Financial Crisis? **Harvard Business Review**, 2009.

PREVITS, G. J.; MERINO, B. D. **A history of accountancy in the United States: The cultural significance of accounting**. Columbus, Ohio: Ohio State University Press, 1998.

PROCHÁZKA, D. The role of fair value measurement in the recent financial crunch. **Prague Economics Papers**, v. 1, p. 71–88, 2011.

QUDAH, G. M. A. AL. Fair Value Accounting and the Global Financial Crisis. **European Journal of Economics, Finance and Administrative Sciences**, n. 49, p. 80–89, 2012.

RAMANNA, K. Why "Fair Value" is the rule. **Harvard Business Review**, p. 2–3, 2013.

RIAHI-BELKAOUI, A. **Accounting theory**. 5. ed. Singapore: Thomson Learning, 2004.

RIEDL, E. J.; SERAFEIM, G. Information Risk and Fair Values: An Examination of Equity Betas. **Journal of Accounting Research**, v. 49, n. 4, p. 1083–1122, 2011.

RONEN, J. To fair value or not to fair value: A broader perspective. **Abacus**, v. 44, n. 2, p. 181–208, 2008.

ROZEN, H. The relationship between firm performance and the market's trust in security estimates: evidence from the public venture capital industry. **Journal of Accounting and Finance**, v. 15, n. 4, p. 183–196, 2015.

RYAN, S. G. Accounting in and for the subprime crisis. **The Accounting Review**, v. 83, n. 6, p. 1605–1638, 2008.

SANDERS, T. H.; HATFIELD, H. R.; MOORE, U. **A Statement of Accounting Principles**. New York: American Institute of Accountants, 1938.

SEBASTIAN, E. G.; DĂNUȚ, C.; MARIA, D. L. Relevance and credibility of the fair value measurement during the crisis. **Procedia Economics and Finance**, v. 8, n. 14, p. pp. 306–312, 2014.

SEOW, G. S.; TAM, K. The Usefulness of Derivative-related Accounting Disclosures. **Review of Quantitative Finance and Accounting**, v. 18, p. 273–291, 2002.

SHANKLIN, S. B.; HUNTER, D. R.; WILHELMS, C. A review and reassessment of U.S. GAAP fair value accounting in anticipation of IFRS convergence and international harmonization. **International Journal of the Academic Business World**, v. 4, n. 2, p. 131–137, 2010.

SIEKKINEN, J. Board characteristics and the value relevance of fair values. **Journal of Management & Governance**, v. 37, 2016a.

SIEKKINEN, J. Value relevance of fair values in different investor protection environments. **Accounting Forum**, v. 40, n. 1, p. 1–15, 2016b.

SILVA FILHO, A. C. D. C.; MARTINS, V. G.; MACHADO, M. A. V. Adoção do valor justo para os ativos biológicos: análise de sua relevância em empresas brasileiras. **Revista Universo Contábil**, n. 83, p. 110–127, 2013.

SILVA FILHO, A. C. DA C.; MACHADO, M. A. V.; MACHADO, M. R. Historical cost X fair value: Which information is more relevant on the measurement of biological assets? **Custos e Agronegócio**, v. 9, n. 2, p. 27–50, 2013.

SIMKO, P. J. Financial Instrument Fair Values and Nonfinancial Firms. **Journal of Accounting, Auditing & Finance**, v. 14, n. 3, p. 247–274, 1999.

SINGH, J.; DOLIYA, P. On the audit of fair value measurements. **Ekonomski horizonti**, v. 17, n. 1, p. 61–71, 2015.

SONG, C. J.; THOMAS, W. B.; YI, H. Value relevance of SFAS n°. No. 157 Fair Value hierarchy information and the impact of corporate governance mechanisms. **Accounting Review**, v. 85, n. 4, p. 1375–1410, 2010.

SONG, X. Value relevance of fair values - Empirical evidence of the impact of market volatility. **Accounting Perspectives**, v. 14, n. 2, p. 91–116, jun. 2015.

SPROUSE, R. T.; MOONITZ, M. **A tentative set of broad accounting principles for business enterprises**. New York: AICPA, 1962.

SUTTON, D. B.; CORDERY, C. J.; VAN ZIJL, T. The Purpose of Financial Reporting: The Case for Coherence in the Conceptual Framework and Standards. **Abacus**, v. 51, n. 1, p. 116–141, 2015.

SWIERINGA, R. J. Robert T. Sprouse and Fundamental Concepts of Financial Accounting. **Accounting Horizons**, v. 25, n. 1, p. 207–220, 2011.

TAHAT, Y. A.; DUNNE, T.; FIFIELD, S.; POWER, D. M. The impact of IFRS 7 on the significance of financial instruments disclosure. **Accounting Research Journal**, v. 29, n. 3, p. 241–273, 2016.

TAMA-SWEET, I.; ZHANG, L. The Value Relevance of Fair Value Financial Assets During and After the 2008 Financial Crisis: Evidence from the Banking Industry. **Journal of Finance and Bank Management**, v. 3, n. 1, p. 11–24, 2015.

THE APPRAISAL FOUNDATION. **Uniform standards of professional appraisal practice: 2016-2017 Edition (e-Book)**. Washington: 2016.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas S.A., 1987.

UZMA, S. H. Challenges of reporting intangible assets in financial statements. **The IUP Journal of Accounting Research & Audit Practices**, v. X, n. 4, p. 28–39, 2011.

VENKATACHALAM, M. Value-relevance of banks' derivatives disclosures. **Journal of Accounting and Economics**, v. 22, n. 1-3, p. 327–355, 1996b.

VERON, N. Fair Value Accounting is the Wrong Scapegoat for this Crisis. **Accounting in Europe**, v. 5, n. 2, p. 63–69, 2008.

WALKER, R. G. The SEC's ban on upward asset revaluations and the disclosure of current values. **Abacus**, v. 28, n. 1, p. 3–35, 1992.

WALLACE, M. Is fair value accounting responsible for the financial crisis? **Bank Accounting & Finance**, p. 9–18, 2009.

WANG, L.; ALAM, P.; MAKAR, S. The value-relevance of derivative disclosures by commercial banks: A comprehensive study of information content under SFAS n°. Nos. 119 and 133. **Review of Quantitative Finance and Accounting**, v. 25, n. 4, p. 413–427, 2005.

WELLS, M. J. C. Framework-based Approach to Teaching Principle-based Accounting Standards. **Accounting Education**, v. 20, n. 4, p. 303–316, 2011.

WERNER, E. M. The value relevance of pension accounting information: evidence from Fortune 200 firms. **Review of Accounting and Finance**, v. 10, n. 4, p. 427–458,

2011.

WHITTINGTON, G. Fair value and the IASB/FASB conceptual framework project: An alternative view. **Abacus**, v. 44, n. 2, p. 139–168, 2008.

WOLK, H. I.; DODD, J. L.; ROZYCHI, J. J. **Accounting theory: Conceptual issues in a political and economic environment**. 7. ed. California: Sage Publications, Inc, 2008.

WOLK, H. I.; TEARNEY, M. G. **Accounting Theory: A conceptual and institutional approach**. 4. ed. Cincinnati: South-Western College Publishing, 1996.

WYATT, A. The SEC Says : Mark to Market ! **Accounting Horizons**, v. 5, n. 1, p. 80–84, 1991.

YU, Q. **Fair Value Accounting Problems and Coping Strategies**. 2014 Seventh International Joint Conference on Computational Sciences and Optimization. **Anais...IEEE**, 2014Disponível em: <<http://ieeexplore.ieee.org/lpdocs/epic03/wrapper.htm?arnumber=6923717>>

ZEFF, S. A. The evolution of the conceptual framework for business enterprises in the United States. **Accounting Historians Journal**, v. 26, n. 2, p. 89–131, 1999.

ZHANG, Y. **Accounting and Neoliberalism: A critical reading of IASB / FASB's Conceptual Framework for Financial Reporting 2010**. (Elsevier, Ed.)Critical Perspectives on Accounting Conference 2011. **Anais...Clearwater Beach, Florida, USA**: 2011.

ZHANG, Y.; ANDREW, J. Financialisation and the Conceptual Framework. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 25, n. 1, p. 17–26, 2014.

ZHUANG, X.; LUO, Y. Relevance between the degree of industrial competition and fair value information: Study on the listed companies in China. **Journal of Industrial Engineering and Management**, v. 8, n. 3, p. 894–908, 2015.

ANEXO A

Relação dos periódicos analisados

Periódico
Abacus
Accounting and Business Research
Accounting and Finance
Accounting Forum
Accounting Horizons
Accounting Perspectives
Accounting, Auditing and Accountability Journal
Accounting, Organizations and Society
Australian Accounting Review
Contemporary Accounting Research
Critical Perspectives on Accounting
European Accounting Review
Journal of Accounting and Economics
Journal of Accounting and Public Policy
Journal of Accounting Research
Journal of Accounting, Auditing and Finance
Journal of Business Finance and Accounting
Journal of Contemporary Accounting and Economics
Journal of Corporate Accounting & Finance
Journal of International Accounting Research
Journal of International Financial Management & Accounting
Review of Accounting and Finance
Review of Accounting Studies
The Accounting Review
The British Accounting Review
Journal of International Accounting Auditing and Taxation
The International Journal of Accounting